



n . 2
abr - jun
2 0 2 4

BOLETIM OPSA



BOLETIM OPISA

ISSN 1809-8827

O Boletim OPISA reúne análises sobre acontecimentos de destaque na conjuntura política da América do Sul e tem periodicidade trimestral. A publicação é composta por editorial e textos dirigidos a leitores que querem ter acesso rápido a informações de qualidade sobre temas contemporâneos. As fontes utilizadas para sua confecção são resumos elaborados pelos pesquisadores do OPISA com base nos jornais de maior circulação em cada um dos países e documentos de autoria de pesquisadores ou agências independentes que complementam as informações divulgadas pela imprensa.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ).

É permitida a reprodução deste boletim e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Corpo Editorial

Editor Executivo

Guilherme Domingues Fritz

Conselho Editorial

Maria Regina Soares de Lima

Marianna Albuquerque

Diogo Ives de Quadros

Editoria de Redação

Beatriz Bandeira de Mello

Débora Bedim Loures

Diogo Ives de Quadros

Ghaio Nicodemos Barbosa

Guilherme Domingues Fritz

Isabella Pereira

Jefferson Nascimento

Júlia Furtado Reis

Kethlyn Winter

Marianna Albuquerque

Marília Bernades Closs

Matheus Petrelli

Stephanie Braun

Thaís Jesinski Batista

Observatório Político Sul-Americano

opsa.com.br



Instituto de Estudos Sociais e Políticos
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rua da Matriz, 82 - Botafogo
Rio de Janeiro – RJ
(21) 2266-8300



Sumário

EDITORIAL

GOLPISMOS NO CONTEXTO DA CRISE CLIMÁTICA

DIOGO IVES E MARÍLIA CLOSS.....PÁGINA 04

ARTIGOS

A QUARTELADA DE ZÚÑIGA, O FUTURO DA BOLÍVIA E LIÇÕES PARA A AMÉRICA LATINA

CLAYTON M. CUNHA FILHO.....PÁGINA 07

A PRESIDÊNCIA DE EDUARDO BOLSONARO NA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL: OS ACORDOS ESTRATÉGICOS BRASIL-ISRAEL E OS JOGOS DE DOIS NÍVEIS

TADEU MORATO MACIEL E ENZO MELLO BARROSO MENUCCI.....PÁGINA 11

A RELAÇÃO ENTRE PARAGUAI E BRASIL DIANTE DA RENEGOCIAÇÃO DO ANEXO C DO TRATADO DE ITAIPU

STEPHANIE BRAUN CLEMENTE.....PÁGINA 21

OS DESAFIOS DO PRESIDENTE COLOMBIANO NA CONDUÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA PARA O CLIMA

ISABELLA PEREIRA.....PÁGINA 28

GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

MONITOR DA GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA: ABRIL DE 2024

PESQUISADORES DO OPSA.....PÁGINA 36

MONITOR DA GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA: MAIO DE 2024

PESQUISADORES DO OPSA.....PÁGINA 51

MONITOR DA GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA: JUNHO DE 2024

PESQUISADORES DO OPSA.....PÁGINA 66

Editorial

Golpismos no contexto da crise climática

No dia 8 de julho, a 64ª cúpula presidencial do Mercosul foi realizada em Assunção, no Paraguai. O evento foi marcado por dois episódios: a ausência do presidente da Argentina, Javier Milei, anunciada em meio a um clima hostil com o presidente Lula; e a inclusão oficial da Bolívia como sexto membro pleno do bloco (embora a Venezuela siga suspensa), dias depois de o país passar por uma tentativa de golpe militar, que terminou fracassada.

A ausência de Milei no evento foi justificada pelo porta-voz da presidência argentina devido a “questões de agenda”¹. Entretanto, dias antes, o presidente Lula havia declarado, em entrevista à imprensa, que ainda não tivera conversas com Milei desde a sua posse porque esperava um pedido de desculpas pelas ofensas proferidas contra ele durante a campanha eleitoral argentina². Por sua vez, Milei negou qualquer intenção de se desculpar e voltou a criticar o homólogo brasileiro³.

Em vez de ir a Assunção, o presidente argentino preferiu participar, nos dias 6 e 7 de julho, de um encontro em Santa Catarina da Conservative Political Action Conference (CPAC), o maior fórum político conservador dos Estados Unidos, que ganhou visibilidade durante a presidência de Donald Trump. O evento foi realizado em Balneário Camboriú. Tratou-se da primeira viagem de Milei ao Brasil, onde foi recebido pelo ex-presidente Jair Bolsonaro e aliados da extrema-direita regional⁴.

Em discurso no evento, Milei afirmou que Bolsonaro é vítima de uma perseguição judicial no Brasil. Além disso, criticou ideais que chamou de socialistas, como o uso do Estado para regular atividades econômicas e fomentar políticas de inclusão social de minorias, em detrimento do capitalismo de livre mercado. Declarou que o socialismo do século XXI, fomentado pelo Foro de São Paulo e pelo Grupo de Puebla na América Latina, atenta contra os princípios superiores da vida, da liberdade e da propriedade⁵.

Em contraste com a visão de Milei, o presidente Lula discursou na cúpula presidencial do Mercosul em defesa do Estado democrático de direito e do seu papel como planejador e indutor do desenvolvimento econômico, em apoio do setor privado. Afirmou que “falsos democratas tentam solapar as instituições e colocá-las a serviço de interesses reacionários” e que não há “justificativa para resgatar as experiências ultraliberais que apenas agravaram as desigualdades em nossa região”⁶.

Vinculada à defesa do Estado, Lula destacou a importância de ações coordenadas entre os países da vizinhança para lidar com a crise climática, exemplificada pela atual seca na Pan-Amazônia e pelas fortes chuvas recentes no Cone Sul. Nos seus termos, há uma oportunidade para “o Mercosul e a América do Sul apresentarem uma visão coletiva sobre os desafios do desenvolvimento sustentável”⁷. Neste sentido, saudou a inclusão da Bolívia como nova integrante do bloco e expôs sua visão para o futuro do Mercosul:

1Disponível em: <https://istoe.com.br/milei-cancela-participacao-na-cupula-do-mercosul-onde-encontraria-lula/>.

2Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2024/06/26/lula-afirma-que-nao-falara-com-milei-ate-que-peca-desculpas-porque-falou-muita-bobagem.htm>.

3Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/06/28/milei-nega-pedido-de-desculpas-a-lula-e-critica-ego-inflado-do-presidente-brasileiro.ghtml>.

4Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2024/07/08/milei-evita-criticas-diretas-a-lula-e-defende-ex-presidente.ghtml>.

5Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TCusXJ3T40E>.

6Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/discurso-do-presidente-lula-na-64a-cupula-de-chefes-de-estado-do-mercosul-e-de-estados-associados>.

7Op. cit.

A adesão plena da Bolívia tem enorme valor estratégico e faz do nosso bloco ator incontornável no contexto da transição energética. Somos ricos em recursos minerais e possuímos abundantes fontes de energia limpa e barata. Temos tudo para nos tornar um elo importante na cadeia de semicondutores, baterias e painéis solares. Podemos formar uma aliança de produtores de minerais críticos para que os benefícios do processamento desses recursos fiquem em nossos países⁸.

Lula também apoiou cooperações em matéria de inteligência artificial e negociações conjuntas de acordos comerciais, inclusive com a China. Entretanto, convém salientar o projeto que o presidente brasileiro sugeriu ao Mercosul. A sugestão de se tornar, também, uma aliança entre produtores de minerais críticos ocorre em meio ao crescimento do debate global sobre transições energéticas que reduzam gradualmente o uso de combustíveis fósseis, conforme estipulado na COP-28 do Clima, em 2023.

Neste sentido, em abril deste ano, o Brasil se juntou a outros 19 países na Coalizão Global sobre Minerais Críticos para a Transição Energética, criada pelo secretário-geral da ONU. A coalizão terá um painel de especialistas que desenvolverá “um conjunto de princípios comuns para orientar os governos e outras partes interessadas e envolvidas em cadeias de valor de minerais críticos, abordando questões relacionadas à equidade, transparência, investimento, sustentabilidade e direitos humanos”⁹.

Minerais críticos incluem cobre, lítio, níquel, cobalto, grafite, manganês e elementos de terras raras. Em 2022, os Estados Unidos, a União Europeia e países aliados do Norte lançaram a Minerals Security Partnership, hoje também integrada pela Índia. Trata-se de uma parceria que visa a lhes assegurar o abastecimento de metais para baterias de computadores, celulares e geradores de energia, considerados essenciais para a descarbonização das suas economias¹⁰.

Neste contexto, um Mercosul mais alinhado em matéria de mineração pode ajudar a evitar novas formas de dependência econômica do Sul em meio à transição energética, reduzindo-o apenas a exportador de matérias-primas baratas para o Norte. Além disso, o compromisso com Estados democráticos de direito abre espaço para a participação da sociedade civil no tema, a fim de evitar projetos extrativistas (privados ou estatais) danosos às populações locais, em nome de transições justas.

Todo este cenário estratégico, por sua vez, funciona como uma nova lente de análise para se interpretar as consequências de golpes de Estado na América do Sul hoje. A disputa entre modelos de desenvolvimento na região abre caminhos diferentes para um país no tabuleiro geopolítico da transição energética, a depender dos atores que o governem. Golpismos podem receber novas pressões externas, à medida que conflitos por matérias-primas críticas se intensifiquem.

Em 2023, o Brasil viveu uma tentativa de golpe, impulsionada por bolsonaristas descontentes com o início do governo Lula 3. Se bem sucedido, o golpe provavelmente teria produzido mudanças na política externa, aproximando-a das preferências da extrema-direita por um fundamentalismo de livre mercado e uma subordinação ao capital externo, inclusive em matéria ambiental. Nos quatro anos anteriores, o governo Bolsonaro foi marcado por negacionismo climático e avanço de queimadas na Amazônia.

Por sua vez, no último dia 26 de junho, foi a vez de a Bolívia passar por uma tentativa de golpe. A quartelada, liderada por um ex-chefe do Exército, Juan José Zuñiga, junto a setores militares e policiais pontuais, mostrou que, no país, o golpismo também ainda tem eco. Isto é especialmente preocupante em função da memória, ainda muito presente, do golpe civil-militar-policial exitoso em 2019, que pôs fim ao governo de Evo Morales e deu início ao curto governo de Jeanine Áñez.

8Op. cit.

9Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/267142-brasil-se-une-%C3%A0-nova-coaliz%C3%A3o-global-sobre-minerais-cr%C3%ADticos-para-transi%C3%A7%C3%A3o-energ%C3%A9tica>.

10Disponível em: <https://www.state.gov/minerals-security-partnership/>.

Assim como o bolsonarismo no Brasil, a extrema-direita mostra resiliência na Bolívia e se firma hoje como o segundo campo político mais importante do país, atrás apenas do Movimento ao Socialismo – MAS (com seus diversos grupos e rachas). Também como em outros lugares, trata-se de um campo político com pouquíssimo apreço pelas regras democráticas do Estado de direito e com uma inclinação ao ultraliberalismo econômico.

Ainda que, em tempos recentes, tenham-se visto formas mais sofisticadas de mudança de regime na América Latina, explorando mecanismos legais como o impeachment, o episódio boliviano mostrou que métodos mais antigos, como levantes militares com mobilização de violência, seguem presentes. Esta forma mais clássica de golpe, ainda que não tenha sido vitoriosa, conseguiu, em pouco tempo, mobilizar um contingente suficiente para bloquear a principal praça do país.

A soma entre a resiliência de setores golpistas, a diversificação de formas de golpe de Estado e o crescimento da extrema-direita complexifica a delicada conjuntura ligada à valorização de recursos naturais e ao colapso ecológico pelo qual o continente passa. É notório que a disputa por lítio entre o governo Morales e empresas estadunidenses foi um componente fundamental do golpe boliviano de 2019, conforme admitido por Elon Musk, interessado naquele mineral para a produção de baterias para carros elétricos pela Tesla¹¹.

Com o agravamento das mudanças climáticas e, conseqüentemente, da disputa por recursos estratégicos como o lítio, há um risco de tendências golpistas aumentarem na região. Neste cenário, o fortalecimento de instituições e processos de integração regional são meios importantes para que a população sul-americana tenha maiores possibilidades de garantir – e aprofundar – o Estado democrático de direito, em sintonia com modelos democráticos de transição ecológica.

Nesta edição do Boletim OPISA, contamos com duas contribuições especiais sobre Bolívia e Brasil: uma de autoria de Clayton M. Cunha Filho, que analisa a recente quartelada na Bolívia, e outra de Tadeu Maciel e Enzo Menucci, que avaliam a influência de parlamentares bolsonaristas na política externa do governo Bolsonaro. Em seguida, Stephanie Braun Clemente examina a relação entre Brasil e Paraguai à luz das recentes negociações sobre a tarifa de energia produzida na usina binacional de Itaipu. Por sua vez, Isabella Pereira trata do peso que o presidencialismo de Gustavo Petro desempenha na agenda climática da política externa da Colômbia. Por fim, a equipe do OPISA apresenta os monitores de março, abril e maio de 2024 do projeto “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia”.

Rio de Janeiro, 15 de julho de 2024

Diogo Ives, coordenador-adjunto do OPISA

Marília Closs, pesquisadora do OPISA

¹¹Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/vamos-dar-golpe-em-quem-quisermos-diz-elon-musk-no-twitter>.

A quartelada de Zúñiga, o futuro da Bolívia e lições para a América Latina

Clayton M. Cunha Filho¹²

As imagens de tanques e blindados cercando o palácio presidencial boliviano em La Paz, na quarta-feira 26 de junho de 2024, percorreram o mundo ao vivo e reviveram memórias de um passado não tão distante, mas que muitos julgavam superado. O fato de que a “aventura” tenha sido rapidamente debelada certamente é algo a ser comemorado, mas o próprio fato de sua ocorrência constitui-se em sinal preocupante que precisa ser entendido em sua completude para que não volte a se repetir como tragédia anunciada.

No quadro boliviano, o episódio se insere, tanto em sua gestação quanto nas consequências ainda em desenvolvimento, na cada vez mais ácida disputa interna do MAS pela liderança do partido e candidatura presidencial em 2025¹³ que na situação atual já tem o partido dividido, na prática, em duas facções beligerantes – “arcistas” e “evistas”, pelo alinhamento ao atual presidente Luis Arce ou ao ex, Evo Morales – e em que uma delas já se constitui na principal oposição institucional enfrentada pelo presidente do país, apesar de formalmente correligionário partidário. Em meio à evolução desse conflito, Evo Morales já havia, há alguns meses, denunciado – sem apresentar quaisquer provas – o então comandante das Forças Armadas que liderou o levante de junho, General Juan José Zúñiga, de, supostamente, estar tramando com os setores de inteligência um complô para comprometê-lo ou mesmo eliminá-lo fisicamente e exigido a demissão do general de seu cargo, o que fora recusado pelo presidente Arce (SCHAVELZON, 2024).

Entretanto, na segunda-feira 24 de junho, o general deu uma entrevista televisiva em que diretamente ameaçava Morales de prisão caso insistisse em se candidatar e dizia que as forças armadas não permitiriam que ele fosse novamente presidente, em uma clara intromissão política não autorizada a um oficial da força ativa, muito menos um comandante de força. Talvez o general – que claramente já demonstrava ambições políticas há algum tempo – tenha calculado que sua intromissão na disputa interna do MAS lhe granjearia pontos com o presidente Arce, mas esse, ao contrário, agiu de forma republicana e legalista e anunciou na terça 25 a destituição de Zúñiga do comando militar. Que respondeu então com a quartelada do dia seguinte que, ao ser televisionada ao vivo, aumentava imensamente os custos políticos de se impor pela força das armas, e se viu encurralado diante da falta de apoios internos ou externos¹⁴ e de um presidente que, apesar da ameaça armada, recusou-se a renunciar mesmo sitiado em seu palácio. Encurralado em seu próprio labirinto, o general tentou dar sentido político a sua quartelada anunciando que libertaria o que chamou de “presos políticos” e que incluiriam a ex-presidenta Jeanine Áñez e o governador de Santa Cruz, Luis Fernando Camacho, além de militares envolvidos no governo da primeira – todos presos por acusação de golpe de Estado na questionável sucessão presidencial que se seguiu à derrocada de Morales em 2019. Mas mesmo Camacho e Áñez condenaram o levante em comunicados desde a prisão. Sem mais alternativa, Zúñiga retrocedeu e terminou preso na mesma noite¹⁵, mas não sem antes “deixar uma granada ativada” (STEFANONI, 2024) no sistema político do país ao declarar que tudo fora um autogolpe em conluio com o próprio Arce para aumentar-lhe a popularidade.

¹²<https://orcid.org/0000-0001-6073-3570>.

¹³Sobre as disputas no MAS, ver Cunha Filho (2023a, 2023b), Molina (2023) e Stefanoni(2023).

¹⁴Todos os principais atores bolivianos, à direita e à esquerda, incluindo todos os ex-presidentes vivos, condenaram de partida a intentona golpista, que tampouco recebeu apoio de qualquer governo internacional da região ou de fora.

¹⁵Além do General Zúñiga, nos dias que se seguiram à intentona outras 21 pessoas foram presas por suposto envolvimento na quartelada, a maioria deles militares incluindo o ex-comandante da Marinha, Juan Arnez.

O relato não parece fazer o menor sentido lógico, afinal a intentona se deu quando Zúñiga já havia sido destituído do cargo e se fosse mesmo um plano orquestrado apenas para beneficiar o governo como ele alega, não parece que poderia resultar em qualquer benefício ao general. A alegação de autogolpe, no entanto, vem sendo fartamente reverberada tanto por Morales e sua facção no MAS, quanto pelas várias oposições de direita como sendo relato factual e verídico em clara demonstração de que a disputa política rumo às eleições gerais de 2025 se dará de forma encarniçada. E tudo isso com um pano de fundo de desaceleração econômica¹⁶ e latente crise de escassez de divisas, que já começam a gerar impactos perceptíveis na vida cotidiana, como desabastecimento pontual de combustíveis e remédios que dependem de importação.

Vista em perspectiva, a quartelada parece ser um ponto de eclosão de uma crise múltipla que vinha se desenrolando em várias frentes de fervura baixa. Do ponto de vista militar, a intromissão política explícita de Zúñiga, com a malfadada entrevista que lhe custou o cargo e o conduziu ao levante, foi apenas o ponto alto de um processo de politização cada vez maior das forças armadas bolivianas que já vinha dos tempos de Evo Morales, que frequentemente as envolvia em anúncios de projetos e programas sociais de governo. Recorde-se, ainda, que a crise desatada nas eleições de 2019 contou em seus momentos finais com a participação decisiva do então comandante das forças armadas, General Williams Kaliman, que do alto de seu cargo “sugeriu” ao então presidente Morales que renunciasse (LEVITSKY; MURILLO, 2020). O pronunciamento do general Kaliman, que até então era acusado por opositores de ser um aliado de Morales, terminou sendo decisivo para a queda do ex-presidente. E de modo semelhante, Zúñiga, que também era presença frequente em atos governamentais e acusado por opositores – incluindo Morales – de ser um aliado funcional aos planos do governo, terminou por alçar-se na desastrada intentona de junho.

Ao mesmo tempo, mas em outra dimensão da crise, as cortes superiores do sistema de justiça boliviano que, de acordo com a Constituição do Estado Plurinacional de 2009, são eleitas diretamente para um mandato de seis anos, encontram-se nesse momento em uma questionável extensão autoconcedida de mandatos. Eleitas pela última vez em 2017, deveriam ter sido renovadas em 2023 mas chegaram ao fim de seus mandatos com um Congresso incapaz de fazer a pré-seleção de candidatos que lhe ordena a Constituição – em grande medida como fruto da profunda divisão do MAS que atravancou o processo legislativo mesmo o partido detendo maioria. A prorrogação autoconcedida de seus mandatos – fartamente criticada pelas oposições ao governo – agrega mais um elemento de instabilidade institucional na medida em que suas decisões em vez de solucionar os conflitos que fatalmente surgirão nesse conturbado cenário poderão ser questionadas em um panorama político já tensionado.

A esses sinais perigosos de desinstitucionalização do conflito e do próprio sistema político do país se sobrepõe e os potencializa a disputa interna do MAS, que por força da lei eleitoral precisa renovar neste ano sua direção partidária, mas não consegue fazê-lo pela divisão interna. A ala “evista” do partido realizou congresso partidário com esse fim no bastião cocaleiro do Chapare em outubro de 2023, mas por não contar com as alas “arcistas” foi desconhecido pelo Órgão Eleitoral Plurinacional (OEP). Posteriormente, já em maio de 2024, a ala “arcista” realizou seu congresso em El Alto, mas que igualmente não foi validado pelo OEP pelos mesmos motivos e paira sobre o partido a possibilidade jurídica de perda do registro eleitoral caso o impasse persista, embora poucos acreditem nesse cenário extremo ainda mais diante da crise no sistema de justiça. O MAS é ainda o único partido com presença verdadeiramente nacional na Bolívia, contando com laços orgânicos significativos na sociedade civil do país e, diante de oposições extremamente fragmentadas e carentes tanto de um projeto nacional alternativo, quanto de lideranças claras capazes de empolgar o eleitorado, seria o franco favorito nas eleições de 2025, mesmo diante dos sinais econômicos desfavoráveis caso se apresentasse unificado. Mas dividido, torna o cenário eleitoral muito mais incerto e imprevisível.

¹⁶Sobre a desaceleração econômica em curso na Bolívia, ver Molina (2024).

A instabilidade política sempre fora na vida boliviana uma verdadeira história sem fim (GUIMARÃES; DOMINGUES; MANEIRO, 2009), mas que parecia superada desde que Morales, em fins de seu primeiro governo, lograra superar em seu favor o forte conflito com as oposições nucleadas nos governos departamentais da chamada “Meia-Lua” em 2008 (ver CUNHA FILHO, 2008) e promulgar a nova Constituição em 2009. O MAS ascendeu, a partir da primeira reeleição de Morales em 2009, a uma posição de hegemonia no sistema político boliviano (MOLINA, 2010) e desde essa posição, num momento econômico de alta das commodities e abundância de recursos pela exportação de gás, garantiu a estabilidade política de uma década há muito inédita no país. A pax boliviana rompeu-se em 2019, já num contexto de sinais de declínio nas reservas de gás e desaceleração econômica e tendo como estopim a insistência de Morales em candidatar-se a um novo mandato apesar da vedação constitucional e da derrota no referendo¹⁷ sobre a emenda que poderia tê-lo habilitado. A folgada vitória de Luis Arce em 2020, após o questionado ano de interinato de Jeanine Áñez, parecia, contudo, reconduzir o país aos trilhos de certa normalidade política, mas a disputa desatada no seio do partido pelo desejo e insistência de Morales em ser novamente o candidato logo desfizeram essa ilusão.

Desse modo, a quartelada de Zúñiga e a maneira como ela vem sendo utilizada politicamente pelas oposições parecem reinstalar o “modo crise” na política boliviana no mínimo até a realização do pleito em 2025, mas potencialmente mais além. Mas para além das fronteiras bolivianas, o episódio também traz lições e questionamentos que convém não ignorar. Embora a ciência política recente venha apontando para o surgimento de outras modalidades de golpe de Estado operadas através do tensionamento interno e distorção dos mecanismos democráticos para construção de regimes autoritários de novo tipo¹⁸, o putsch boliviano, ainda que fracassado, mostra que apesar de talvez menos prováveis hoje, os levantes militares não são impossíveis. E num contexto regional em que as forças armadas têm adentrado cada vez mais a disputa política, da qual legalmente deveriam estar impedidas de participar, e dão sinais pontuais – mas recorrentes – de crença em suposto dever de tutela militar sobre a democracia, é preciso que os governos e instituições latino-americanos estejam atentos para evitar reinstalar de vez a tentação militar na região..

Referências Bibliográficas

CUNHA FILHO, C. M. 2008, o ano da virada de Evo Morales? Observador On-line, v. 3, n. 12, p. 2–17, dez. 2008.

CUNHA FILHO, C. M. A disputa de liderança no MAS e as perspectivas políticas na Bolívia rumo a 2025. Boletim OPISA, n. 1, p. 28–33, 2023a.

CUNHA FILHO, C. M. Què ocorre a Bolívia? De les eleccions fallides del 2019 al retorn triomfal del MAS el 2020 i més enllà. Debats. Revista de cultura, poder i societat, v. 137, n. 2, p. 41–56, 17 nov. 2023b.

GUIMARÃES, C.; DOMINGUES, J. M.; MANEIRO, M. Bolívia - A História Sem Fim. Em: DOMINGUES, J. M. et al. (Eds.). A Bolívia no espelho do futuro. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: EDUFMG ; IUPERJ, 2009. p. 13–26.

LEVITSKY, S.; MURILLO, M. V. La tentación militar en América Latina. Nueva Sociedad, n. 285, p. 4–11, 2020.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. Como as democracias morrem. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MOLINA, F. El MAS en el centro de la política boliviana. Em: GARCÍA ORELLANA, L. A.; GARCÍA YAPUR, F. (Eds.). Mutaciones del Campo Político en Bolivia. La Paz: PNUD-Bolivia, 2010. p. 241–301.

MOLINA, F. Guerra abierta en el mas boliviano. Nueva Sociedad, n. 307, p. 4–13, 2023.

MOLINA, F. Las «Arcenomics» no escapan a la «maldición de los recursos naturales» | Nueva Sociedad. Nueva Sociedad, n. Edición Web, fev. 2024.

MOUNK, Y. O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-

¹⁷Sobre o referendo constitucional, ver Welp e Lissidini(2016).

¹⁸Ver, por exemplo, Santos (2017), Levitsky e Zibblatt(2018), Mounk(2019) e Sanctis et al. (2023).

la. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SANCTIS, A. et al. O caminho da autocracia: Estratégias atuais de erosão democrática. São Paulo: Tinta da China Brasil, 2023.

SANTOS, W. G. DOS. A democracia impedida: o Brasil no século XXI. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

SCHAVELZON, S. A possibilidade de um golpe na Bolívia: o ex abrupto de Zúñiga. Passa Palavra, 29 jun. 2024. Disponível em: <<https://passapalavra.info/2024/06/153394/>>. Acesso em: 1 jul. 2024

STEFANONI, P. La «ch'ampa guerra» del MAS boliviano. Nueva Sociedad, n. Edición Web, dez. 2023.

STEFANONI, P. Bolivia: claves de la asonada militar y sus coletazos. Nueva Sociedad, n. Edición Web, jun. 2024.

WELP, Y.; LISSIDINI, A. Democracia directa, poder y contrapoder: Análisis del referendo del 21 de febrero de 2016 en Bolivia. Bolivian Studies Journal/Revista de Estudios Bolivianos, v. 22, p. 162–190, 2016.



A presidência de Eduardo Bolsonaro na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional: os acordos estratégicos Brasil-Israel e os jogos de dois níveis

Tadeu Morato Maciel¹⁹Enzo Mello Barroso Menucci²⁰

Introdução

Entre 2019 e 2022, as relações entre Brasil e Israel sofreram grandes mudanças, saindo de uma postura mais comercial, para um posicionamento menos neutro e mais alinhado, desproporcional aos cálculos racionais de perdas e ganhos²¹. A mudança é um reflexo das diferentes concepções de política externa no período, quando a proximidade com Israel foi expressamente defendida pelo presidente Jair Bolsonaro. Ao mesmo tempo, o alinhamento do governo brasileiro com Israel é compreendido no âmbito da aproximação com a gestão de Donald Trump, nos Estados Unidos, e os governos de extrema-direita do mundo (como Polônia e Hungria)²².

Nessa linha, este artigo tem como objetivo analisar a interação entre o Brasil e o Estado de Israel, com enfoque nos acordos aprovados pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN), da Câmara dos Deputados do Congresso Nacional, entre os anos de 2019 e 2022. Foram levantados os discursos e votos competentes à temática durante a 56^a legislatura diretamente do site da Câmara dos Deputados e, como referencial teórico-metodológico, vale-se do modelo de jogos de dois níveis de Robert Putnam, que conecta os acordos internacionais com a disputa de poder interna. Em conformidade com o direcionamento ideológico do governo na condução da política externa, também foram observados outros aspectos da aproximação com Israel através da moção de louvor e o ensaio de troca da embaixada.

A CREDN foi estabelecida para ser um espaço de debate e ratificação de questões pertinentes às relações do Brasil com outros atores internacionais, de modo que cabe aos seus deputados tanto o convite e a convocação de ministros e outros agentes pertinentes às pautas, quanto a avaliação dos assuntos, que podem ser redirecionados para votação no plenário ou, simplesmente, votados na comissão. Se, por um lado, uma das características da comissão é de ser um espaço de prestação de contas do Executivo para o Legislativo, sempre atentando para a sua função de opinar sobre proposições pertinentes às políticas externas e de defesa em consonância com a devida condução da legislação pertinente, por outro, a depender da correlação de forças entre situação e oposição, a comissão pode ser instrumentalizada como ferramenta governista para a ratificação de acordos, sem o efetivo debate que deveria caracterizar esse espaço.

Desta forma, a questão a ser debatida neste texto é em que medida é possível observar a dinâmica dos jogos de dois níveis em relação ao papel da CREDN no conjunto de vitórias

¹⁹Professor do Instituto de Relações Internacionais e Defesa da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IRI-D-UFRJ).

²⁰Doutorando em Estudos Estratégicos no Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense (INEST-UFF).

²¹No ano de 2021, por exemplo, Israel figurou com menos de 0,5% da corrente de comércio do país latino-americano. Ver: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/10/09/israel-representa-037percent-da-corrente-de-comercio-com-brasil.ghtml>>.

²²Sublinha-se a aproximação do governo Bolsonaro com a Polônia e Hungria, onde ganhou força movimentos políticos que defendem posições anti-comunistas e contrárias à integração regional. Ambos os países fazem parte do Grupo Visegrado, junto com a República Checa e Eslováquia, representando a ascensão da direita nacionalista na Europa Oriental.

nos acordos entre Brasil e Israel no recorte proposto. Para alcançar esse objetivo, o texto está estruturado em três tópicos centrais, contendo uma apresentação bastante sintética da teoria dos jogos de dois níveis de Putnam, alguns elementos gerais da política externa do governo Jair Bolsonaro, e a análise da presidência de Eduardo Bolsonaro na CREDN, além dessa introdução e da conclusão.

Teoria dos jogos de dois níveis

Em 1988, Putnam propôs no artigo *Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis* um modelo de análise de política externa que compreenderia tanto a política doméstica quanto a externa nos cálculos de tomada de decisão. O estudo de caso do trabalho de Putnam são as negociações da Cúpula de Bonn, em 1978, porém os jogos de dois níveis possibilitam outros empregos e estudos de caso. Partindo de uma perspectiva teórico-metodológica pluralista, o autor compreende as influências de diferentes atores sobre uma mesma negociação e acordo, de tal sorte que o Estado não é um agente monolítico, mas constituído por grupos e interesses.

Assim, para Putnam (2010), há um nível I (externo), de negociação, e um nível II (interno), de ratificação. Em uma lógica de trade-off, no jogo de dois níveis há as capacidades de barganha, voltadas para fora, e o conjunto de vitórias, voltado para dentro. Essa dinâmica encontra-se sob influência de um ator, o negociador-chefe (ex.: Presidente da República), de tal forma que cabe a este a decisão final, de acordo com os interesses políticos e as correlações de forças demonstradas pelo conjunto de vitórias.

Haja vista que a política doméstica e a política internacional estão sempre relacionadas, não é possível dizer qual determina qual, senão por uma influência mútua, ao que Putnam indica como uma teoria de “equilíbrio geral” composta pelos dois níveis. Assim, também são determinantes da luta política “os partidos, as classes sociais, os grupos de interesse [...], os legisladores e mesmo a opinião pública” (Putnam, 2010, p. 150).

A fase I, de negociação, envolve a barganha no plano externo e o estabelecimento de um acordo provisório. Por sua vez, a fase II envolve os debates entre os grupos internos sobre a ratificação, ou não, do acordo. Dessa maneira, pensando as duas fases de forma relacional, o nível I pode ser influenciado pelas perspectivas de ratificação no nível II, desde a definição dos termos do acordo até a própria sobrevivência da negociação. Nas palavras do autor:

Aluta política de várias negociações internacionais pode ser utilmente concebida como um jogo de dois níveis. No nível nacional, os grupos domésticos perseguem seu interesse pressionando o governo a adotar políticas favoráveis a seus interesses e os políticos buscam o poder constituindo coalizões entre esses grupos. No nível internacional, os governos nacionais buscam maximizar suas próprias habilidades de satisfazer as pressões domésticas, enquanto minimizam as consequências adversas das evoluções externas. Nenhum dos dois jogos pode ser ignorado pelos tomadores de decisão, pois seus países permanecem ao mesmo tempo interdependentes e soberanos. (Putnam, 2010, p. 434).

As chances de um tema ser acordado no nível internacional, em conformidade com o apoio interno, compõem o conjunto de vitórias (win-sets): quanto maiores forem as chances de ratificação, maior será a chance de fechar a negociação. Ou seja, para um acordo ser fechado, é que preciso que os dois níveis estejam alinhados, de tal maneira que o grau de alinhamento, a favor ou contra, compõe o conjunto de vitórias (que representa a capacidade de um acordo ser aprovado ou rejeitado). Assim, quanto mais favorável o nível interno (ratificação) for ao acordo no nível internacional (negociação), maior a probabilidade de o acordo ser fechado.

Por outro lado, quanto maiores forem as chances de um acordo ser fechado, menor é o conjunto de vitórias. Isso, porque a margem de negociar o acordo sob os próprios termos de interesse ficam reduzidas, devido à baixa capacidade de barganha, já que o acordo pode ser aprovado em diversas formas, não necessariamente benéficas em relação aos termos almejados. Ou seja, na perspectiva de Putnam, as divergências internas são vantajosas

para o governo como negociador internacional, pois tornam evidente ao parceiro durante as negociações que, caso os acordos não estejam alinhados com seu conjunto de condições favoráveis, sua ratificação pelo Parlamento pode ser comprometida.

O conjunto de vitórias, então, é definido por três condicionantes: arranjos internos, processo institucional de ratificação e estratégica do negociador-chefe (Putnam, 2010, p. 157). Assim, é possível que uma negociação seja intensificada, conforme haja alinhamentos entre grupos nacionais e internacionais, de modo que um grupo doméstico possa ver a possibilidade de ganhos políticos. O processo interno de ratificação também reduz ou amplia o conjunto de vitórias, como a rigidez do ordenamento jurídico, a autonomia decisória do negociador-chefe, a politização do tema, e a fidelidade da base governista.

Diante da sucinta explanação acima, entendemos ser possível mobilizar o modelo de dois níveis de Putnam para analisarmos a Política Externa Brasileira no recorte tomado pela pesquisa, visualizando certos momentos emblemáticos da chamada “nova política externa”, como a tentativa de mudança da embaixada em Israel, a assinatura de acordos internacionais (como a Aliança pela Liberdade e o Consenso de Genebra) e, em especial, a atuação da CREDN.

Breve mirada sobre a política externa do governo Jair Bolsonaro

A política externa do governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) representou uma ruptura com as variadas construções propostas desde o processo de redemocratização e com as diferentes formas de inserção internacional que haviam norteado a ação diplomática brasileira por longas décadas. Houve uma inflexão no sentido de temáticas ideológicas e menos racionais no processo de tomada de decisão, visto que a política externa passou a refletir os valores morais estabelecidos pelo novo governo, em consonância com os ideários da extrema direita em âmbito mundial.

Para Maria Regina Soares de Lima (2023), a política externa do governo Bolsonaro funcionou como uma antítese da tradição diplomática brasileira desde o pós-Segunda Guerra Mundial, centrada na superação do atraso e na busca por modernização. Com Bolsonaro, por outro lado, a PEB foi focada no isolacionismo, no retrocesso e alinhamento ideológico com a extrema-direita internacional, estratégia pautada pelo projeto de perpetuação no poder do presidente. A fim de ampliar suas chances de permanecer no poder, o governo renunciou à condução de uma política externa estratégica, em razão da prioridade conferida à fidelização das bases mais radicais do mandato.

Para Hirst e Maciel (2020, p. 7), a política externa do governo Bolsonaro, como parte do projeto de poder vigente no Brasil naquele período, poderia ser compreendida a partir de três pilares estruturantes: uma política econômica liberal-conservadora; o complexo de segurança e defesa; e um núcleo político-ideológico. Em síntese, o primeiro e o segundo núcleos seriam caracterizados pela defesa das reformas econômicas liberais, o agronegócio e o capital financeiro, bem como uma presença maior de militares em cargos do primeiro escalão e a redefinição da política de defesa e da cooperação militar e de inteligência com regimes conservadores.

Há, dessa forma, importantes mudanças quanto à forma como importantes e poderosos grupos de interesses econômicos e sociais no âmbito interno se articularam para o processo de formulação da política externa no governo Bolsonaro. Tendo em vista o nível II (interno e de ratificação) dos jogos de dois níveis, acordos comerciais e de cooperação que se pautam pelo livre-comércio, expansão da exportação de commodities, e de investimento em Defesa e Segurança acabam por ter um conjunto de vitórias reduzido²³. Nesse sentido, uma

²³Uma amostra importante dessa dinâmica foi o relacionamento com os Estados Unidos nesse período, o qual demonstrou-se pouco eficaz quando avaliado com base em trocas concretas de reciprocidade. Por exemplo, visando obter, sem efetivo sucesso, o apoio dos EUA para a adesão do Brasil à OCDE, o governo Bolsonaro concedeu isenção tarifária para uma cota anual de 750 mil toneladas de trigo dos Estados Unidos. Além disso, prorrogou por um ano a isenção de tarifa de 20% para a importação de etanol americano, aumentando a cota isenta de 600 milhões para 750 milhões de litros. Adicionalmente, renunciou ao status de país em desenvolvimento nas negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC) (BBC News, 2020).

comparação com governos anteriores pode ser o acordo de livre-comércio entre o Mercosul e a União Europeia, que, durante o governo Bolsonaro, logrou alguns avanços após 20 anos de negociações, ao abrir mão de pontos de impasse como os bens industriais europeus.

Ainda segundo Hirst e Maciel, o núcleo político-ideológico da política externa teve, em plano doméstico, internacional e regional, um relacionamento mais intenso entre atores internos e governos ou organizações da extrema-direita internacional, permeado pelo ativismo anti-globalista, alinhamento ao governo Trump e desconstrução de iniciativas progressistas latino-americanas. O chanceler Ernesto Araújo (sucedido por Carlos Alberto Franco França, em março de 2021), o assessor Felipe Garcia Martins e o deputado Eduardo Bolsonaro (então no PSL-SP²⁴) formaram uma espécie de núcleo ideológico guia da política externa do governo, sob a influência de Olavo de Carvalho.

Dessa forma, a política externa ressoava as condicionalidades internas em um governo marcado por um pró-ativismo neofascista e personalista, liderado pelo presidente Bolsonaro. Aproveitando o fato de que a política externa no Brasil é amplamente centralizada no Poder Executivo, Bolsonaro a utilizou como um instrumento declaratório, visando fidelizar sua base eleitoral mais radical (Lima; Albuquerque, 2019). Em consonância com os discursos que defendem os supostos perigos do chamado “globalismo”, houve crescente ceticismo em relação às instituições multilaterais e uma convicção de que o aquecimento global seria uma conspiração de orientação marxista, o que servia de base retórica para remodelar o perfil internacional do Brasil, incluindo as alianças com seus pares.

A título de exemplo, o protagonismo na aproximação com os governos da Hungria, Polônia, Estados Unidos e Israel representou o alinhamento ideológico governista, traduzido em acordos assinados em 2020, como a Aliança Internacional pela Liberdade Religiosa²⁵ e a Declaração do Consenso de Genebra sobre Saúde da Mulher e Fortalecimento da Família, que condenava a interrupção voluntária da gravidez²⁶.

Também houve a reiterada declaração de desejo de mudança da embaixada brasileira em Israel de Tel Aviv para Jerusalém, embora Bolsonaro tenha recuado desse posicionamento, ao anunciar apenas a abertura de um escritório em Jerusalém para a promoção do comércio, investimento, tecnologia e inovação, o qual teria como missão explicitar os desejos comuns de estreitamento dos laços de cooperação entre os dois países em diferentes áreas²⁷.

Tais esforços receberam importante impulso no final de março de 2019, quando Bolsonaro visitou Israel para a assinatura de uma série de acordos, em retribuição à visita de Benjamin Netanyahu para a posse do homólogo brasileiro (G1, 2019). A comitiva foi integrada pelos ministros Ernesto Araújo (Relações Exteriores), Marcos Pontes (Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações), Bento Albuquerque (Minas e Energia) e Augusto Heleno (Gabinete de Segurança Institucional) e os senadores Flávio Bolsonaro (PSL-RJ), Soraya Thronicke (PSL-MG) e Chico Rodrigues (Dem-RR), assim como a deputada Bia Kicis (PSL-DF). Entre 30 de novembro e 7 de dezembro do mesmo ano, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional lançou uma missão oficial para os Emirados Árabes Unidos e Israel.

Durante a viagem presidencial, foram assinados acordos nos âmbitos da Defesa, da Segurança Pública, da Ciência e Tecnologia e de serviços aéreos. O acordo sobre Cooperação em Questões Relacionadas à Defesa²⁸ é amplo e versa desde a troca de expertises, aquisição de materiais e serviços, até visitas de alto nível e eventos esportivos. Tem validade de 5 anos

²⁴Todas as filiações expressas são relativas ao período tratado.

²⁵Em tese, a iniciativa, encampada pelos EUA e contando com o Brasil como um membro fundador, visava defender todas as religiões, mas o tema foi abraçado especialmente por (e em função de) evangélicos e católicos mais atuantes.

²⁶Em 2020, durante o governo de Jair Bolsonaro, o Brasil aderiu a esse documento, assinado por mais de 30 países que se posicionavam contra o aborto, defendendo o direito à vida e reconhecendo a família como base da sociedade. Esta iniciativa foi promovida também pelos EUA durante o governo Trump, com o apoio de nações como Arábia Saudita, Sudão, Egito, Emirados Árabes Unidos e Bielorrússia.

²⁷Além dos acordos firmados na cidade de Jerusalém em 2019, também se destaca que houve a cooperação com Israel na ocasião do desastre ambiental de Brumadinho, com o envio das Forças de Defesa.

²⁸O acordo também foi encaminhado pela mesa diretora para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

após os trâmites de ratificação, com possibilidade de prorrogação por igual período de tempo. Por outro lado, o acordo de Ciência e Tecnologia²⁹ prevê a cooperação entre instituições científicas e tecnológicas, bem como a constituição de um Comitê Diretor, responsável pelo planejamento, monitoramento e avaliação de atividades bilaterais. O acordo tem como proposta ser a atualização de uma cooperação técnica no mesmo campo de 1962 e fornecer solidez jurídica para o orçamento do “Protocolo de Intenções”, de 2018, entre os ministérios correspondentes.

Por sua vez, o acordo para cooperação em Segurança Pública, Prevenção e Combate ao Crime Organizado³⁰ trata das autoridades competentes, as formas e campos de cooperação, o intercâmbio de informações e dados pessoais, o procedimento e recusa de pedidos, além da formação de um grupo de trabalho conjunto. Por fim, o acordo de Serviços Aéreos³¹ define o sobrevoos das partes sem pouso, escala para voos não comerciais e comerciais, paridade de tarifas aeronáuticas, preços, concorrência entre outros.

Vale ressaltar que, após recuar na mudança da embaixada brasileira para Jerusalém, em março de 2019, no início do ano seguinte Bolsonaro retomou a ideia, afirmando que realocaria a representação diplomática até 2021. Ao tomar o modelo de dois níveis de Robert Putnam, pode-se compreender a excessiva aproximação com Israel como um gerador de pressão externa de reverberação interna, ao passo em que os países importadores de carne halal, cujo principal mercado consumidor são os países árabes, se posicionaram de maneira firme contra o movimento do governo brasileiro, fazendo com que grupos internos do agronegócio exercessem pressão, diminuindo, assim, o conjunto de vitórias.

Diante dessa dinâmica, é preciso atentar que a relação estabelecida nas últimas décadas pela nova direita cristã e o eixo neoconservador se traduz na aproximação entre grupos neopentecostais e católicos conservadores com o sionismo, compreendendo a sobrevivência do Estado de Israel como fundamental para a previsão escatológica do retorno de Cristo para o julgamento final. Por meio do sionismo cristão, sobreposição do nacionalismo cristão, Israel repousa sobre o mundo como pilar da resistência do “Ocidente” a uma espécie de multiculturalismo globalista. O Estado de Israel é, assim, visto em uma amálgama idealizada com as capacidades materiais de Defesa, sendo a inflexão democrática no Oriente Médio e resistência civilizacional frente à barbárie³².

Na mesma medida, houve um forte movimento de judaização de grupos cristãos, como o da Igreja Universal do Reino de Deus, com o uso de símbolos e signos judaicos, uma característica presente, também, na tentativa de cooptação da comunidade judaica por Bolsonaro (Gherman, 2022). Aliás, a presença do fundamentalismo religioso por meio das faces neopentecostais de uma “religião pública” está inserida em um contexto teológico de domínio e adequação do espaço público à fé cristã (Menucci, 2024), como é possível verificar na atuação da ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, nas Nações Unidas, durante o referido governo (Santos; Campos, 2022).

Essa dinâmica explicitava o forte componente religioso e moral na política externa brasileira, caracterizado pelo “internacionalismo evangelista”, que esteve combinado com a exaltação dos valores nacionais por meio da mobilização popular e da comunicação intensiva pelas redes sociais. Nesse cenário, a política externa do governo Bolsonaro valorizou o relacionamento com Israel justamente como forma de destacar esse diálogo inter-religioso entre o cristianismo evangélico e as posições radicais do sionismo.

Como apresentado, o modelo de Robert Putnam pressupõe um conjunto de vitórias que amplia e contrai de acordo com as pressões domésticas e externas, bem como as capacidades do negociador-chefe nas fases de negociação e ratificação. Assim, parte-se

29O acordo também foi encaminhado pela mesa diretora para as comissões de Ciência e Tecnologia, Inovação e Informática, e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

30O acordo também foi encaminhado pela mesa diretora para as comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

31O acordo também foi encaminhado pela mesa diretora para as comissões de Viação e Transportes, e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

32Não por acaso, nesse período a contrapartida lógica do fortalecimento dos laços com Israel foi o abandono pelo governo brasileiro de posicionamentos e ações de solidariedade com a causa palestina (Schutte et al., 2019).

do entendimento de que o alinhamento de discursos internacionais neoconservadores, religiosos, nacionalistas e sionistas convergem e embasam a tomada de decisão. Isto é, os arranjos políticos ocorrem na medida em que os discursos são veiculados, conformam e são conformados pelos emissores em seus níveis de atuação.

Presidência de Eduardo Bolsonaro na CREDN

O Congresso Nacional é um dos principais espaços de ratificação no nível II, incluindo instâncias mais específicas de atuação, como a CREDN, da Câmara dos Deputados. A dinâmica interna da comissão reflete a correlação de forças expressa em toda a casa, a qual é vista na composição da mesa diretora, por exemplo. Assim, a capacidade de agendar os debates, as votações e as pautas interfere no conjunto de vitórias de um possível acordo.

Na Câmara dos Deputados, o que se observa é um compartilhamento de valores morais e securitários entre parlamentares das chamadas “Bancadas do Boi, da Bala e da Bíblia”. Uma das formas de atuação desta última bancada é a Frente Parlamentar Evangélica (FPE), embora conformada por representantes de perfis heterogêneos. Sua atuação, entretanto, não se limita a pautas religiosas. De acordo com Marina Lacerda (2018, p. 137-139), há um concerto entre a “nova” direita cristã e pautas conservadoras de segurança pública, de modo que as chances de um deputado militar ou policial ser evangélico é 80% maior que outros cruzamentos. A redução da maioria penal e a flexibilização da legislação de armas são exemplos das pautas entrepostas, assim como as tentativas de restrição do aborto e da educação sexual nas escolas. Essa dinâmica foi bastante visível em posicionamentos na CREDN durante a gestão Bolsonaro, nos quais era frequente o tratamento de Israel como referencial absoluto de Segurança Pública e Defesa Nacional.

Entre 2019 e 2021, o deputado federal Eduardo Bolsonaro presidiu a CREDN ao lado de Luiz Phillipe de Orleans e Bragança (PSL-SP), Marcel van Hattem (Novo-RS) e José Rocha (PL-SP) na mesa diretora. Tanto Eduardo Bolsonaro quanto Luiz Phillipe compunham a FPE. Já em março de 2019, Eduardo Bolsonaro propôs uma moção de louvor à Israel no auxílio às autoridades brasileiras após os desastres de Brumadinho, em Minas Gerais. Nos debates da casa, a oposição acusou a motivação religiosa da ação, o que os deputados favoráveis rejeitaram.

No entanto, apesar de negar o componente religioso, o deputado Pastor Marcos Feliciano (Podemos-SP), membro da FPE, afirma na sua fala que “Israel é uma nação sobrevivente e vai sobreviver para sempre” (1ª Sessão..., 2019a). O deputado Alan Rick (Democratas-AC), também da FPE, acusou os deputados contrários de antisemitismo e afirmou “[...] nós vamos vencer. No fim, sempre o bem vence” (ibidem). Por fim, o Pastor Eurico (Patriota-PE), da FPE, deu corpo à luta do bem contra o mal no apoio ao Estado de Israel: “Parabéns ao Brasil, que está reconhecendo que quem ama Israel tem a benção de Israel sobre ele” (ibidem).

A moção seria aprovada por votação simbólica e contra quatro pedidos de verificação, dos deputados Glauber Rocha (Psol-RJ), Paulão (PT-AL), Arlindo Chinaglia (PT-SP) e Paulo Ramos (PDT-RJ). No entanto, pelo fato de o quórum real não corresponder com o do painel, como apontado pelo deputado Paulão, houve votação nominal. O Psol, o PT e o PDT optaram pela obstrução, e apesar da dificuldade de preencher o quórum mínimo para a aprovação, com deputados entrando e saindo no meio da sessão, o requerimento de moção à Israel acabou sendo aprovado na margem mínima de 20 votos favoráveis e nenhum contra (1ª Sessão..., 2019a).

Dominada pelas temáticas sanitárias em 2020, a CREDN voltou a tratar de Israel em 2021 a partir dos acordos que haviam sido firmados em 2019. O supracitado acordo de cooperação no âmbito da Defesa foi criticado pela oposição pelo emprego tecnológico e de conhecimento israelense em ocupação de território, violação de direitos humanos e militarização da sociedade brasileira. Em 2 de junho de 2021, o referido acordo foi aprovado em votação simbólica com votos contrários dos deputados David Miranda, Arlindo Chinaglia,

Glauber Braga, Paulão, Henrique Fontana (PT-RS) e Perpétua Almeida (PCdoB-AC)³³ (Comissão..., 2021a).

A deputada Perpétua Almeida argumentou sobre os riscos e incoerências do acordo, alertando, por exemplo, para as investigações de violações dos direitos humanos em Gaza e denúncias precedentes do governo brasileiro e empresas israelenses de espionagem, em referência à tentativa de compra do Brasil do spyware Pegasus, e propôs ao relator retirar do acordo as empresas e tecnologias mobilizadas em operações das forças armadas israelenses (ibidem).

Os acordos competentes à Ciência e Tecnologia, Segurança Pública e uma adequação de um entendimento entre os dois Estados para a Lei Geral de Proteção de Dados também foram aprovados. O acordo de Ciência e Tecnologia foi aprovado em 10 de junho de 2021, com 19 votos favoráveis, 1 contra (Arlindo Chinaglia) e três obstruções, de David Miranda (então Psol-RJ), Paulão e Odair Cunha (PT-MG). Os votos foram contabilizados em virtude do pedido do deputado David Miranda de verificação da votação (Comissão..., 2021b).

O acordo de Cooperação em Segurança Pública, Prevenção e Combate ao Crime Organizado foi aprovado em votação simbólica, com voto contrário expresso por David Miranda (PDT-RJ). Glauber Braga e David Miranda propuseram dois requerimentos competentes ao item (de retirada de pauta e de votação nominal), mas as sugestões foram rejeitadas (Comissão..., 2021c). Em 2022, o acordo entre Brasil e Israel sobre Serviços Aéreos, de relatoria de Eduardo Bolsonaro, foi aprovado com expressiva facilidade. Compondo o rol de negociações realizadas em 2019, esse acordo foi votado em 14 de dezembro de 2022 na Comissão esvaziada no fim de ano.

Ao defender o acordo de Segurança Pública, Eduardo Bolsonaro evocou o argumento de que apenas Israel é um país democrático na sua região e é extremamente seguro, pois deve resistir aos terroristas. Também na defesa do acordo acima, Bolsonaro deixou subentendido que Israel seria mais seguro para “todos” por ter mais segurança e ter menos corrupção, ao lembrar de um encontro com um líder evangélico palestino que morava em Israel (Câmara..., 2019). Na comunhão de valores entre a “nova” direita cristã e os grupos securitários, os discursos religiosos, apesar de presentes, eram sistematicamente negados como motivação aos acordos, creditados à “notória” superioridade israelense nos temas propostos.

A questão de haver menos corrupção é outro ponto importante no nexos estabelecido com o desejo de aproximação com Israel, pois compreende um elemento de reforma e “enxugamento” do Estado. Um exemplo dessa associação está na visita realizada pelo embaixador de Israel em 2019, Yossi Shelley, para o seminário Novos anseios da política externa brasileira: renovar para avançar, quando afirmou que a burocracia havia sido reduzida em seu país: “Sabe quem é a pessoa mais importante de Israel? O empresário. [...] Ele é que aquece o comércio, ele é que vai abaixar o desemprego. Onde você vai trabalhar? No Governo? Todos vão trabalhar no Governo? Então, quem vai trabalhar?” (1ª Sessão, 2019b).

Em meio às constantes vitórias e à aprovação bem sucedida dos acordos, ressaltam-se dois requerimentos rejeitados pela comissão em 2022: o concernente à moção de repúdio ao Estado de Israel, em razão do assassinato da jornalista Shireen Abu Akleh, da Al Jazeera, e de lembrança da Nakba³⁴. O primeiro foi proposto pelo deputado David Miranda no dia 23 de maio de 2022 e foi rejeitado em 25 do mesmo mês, com apenas dois votos favoráveis, de Miranda e de Paulo Ramos. O segundo foi proposto pelo deputado Leonardo Monteiro (PT-MG) no dia 1 de junho de 2022 e foi rejeitado em 14 do mesmo mês, por votação simbólica e apenas com voto favorável de Arlindo Chinaglia. O principal argumento para a rejeição das propostas foi Israel ser a “única democracia” na região e “garantidora dos direitos humanos”, em contraposição aos argumentos da oposição de violação dos direitos humanos.

³³Quatro requerimentos competentes ao item foram avaliados. A retirada de pauta e a votação nominal foram rejeitados e o encerramento da discussão para a votação foi aprovado.

³⁴A Nakba, “tragédia” ou “catástrofe” em árabe, é como são referenciadas as expulsões e extermínios em massa da ocupação do Estado de Israel de territórios palestinos em 1948.

O indeferimento dos requerimentos encorpa a aliança sem concessões da Comissão com o Estado de Israel e a recusa a qualquer posicionamento crítico frente às questões regionais.

Dentre os exemplos mobilizados, há elementos comuns que apontam para aspectos religiosos na política externa de forma enfática. O Estado de Israel é tratado como uma referência nos campos tecnológico e de Defesa, assim como um modelo de gestão, mas essa dinâmica não indica as deformidades e contradições da condução política e do emprego militar de Israel, partindo de uma admiração acrítica que se resguarda no alinhamento ideológico.

No sentido da aproximação preferencial com Israel e Estados Unidos para os dois níveis, a ampla capacidade de ratificação na CREDN diminuiu o conjunto de vitórias com os dois Estados em mesas de negociação, pois, conforme ressalta Putnam (2010), a falta de dissensos efetivos no âmbito doméstico é observada e aproveitada pelas contrapartes externas para angariarem mais ganhos nos acordos estabelecidos. Aliás, um questionamento pertinente é se havia qualquer interesse por potencialidades de barganha no nível I (externo), ou se apenas “ser alinhado” já justificava aproximações e acordos por parte do governo brasileiro, a fim de afirmar determinados discursos para o público interno.

Dessa forma, em conjunto com a atuação personalista de Bolsonaro e de Ernesto Araújo, que afirmavam seus posicionamentos no exterior como resposta aos anseios do povo brasileiro, no sentido de uma fé e uma política pública alinhadas, criou-se o ajustamento entre as barganhas nos níveis I e II, algo que mostrou certa força enquanto Eduardo Bolsonaro esteve à frente da CREDN. O papel de Eduardo Bolsonaro na presidência da comissão indica a facilitação do processo de ratificação dos acordos negociados em viagem oficial pelo presidente da República, aliado político e pai do deputado. Reiteradas vezes, Eduardo Bolsonaro foi acusado por deputados da oposição da CREDN de ser o ministro das Relações Exteriores de facto, além das pretensões de assumir a embaixada em Washington e a lógica de perpetuação de poder de Bolsonaro e sua família, ao passo que foi Eduardo Bolsonaro o laço de relacionamento com lideranças internacionais, como Steve Bannon.

Portanto, a CREDN, sob a presidência do filho do presidente da República, mostrou um alinhamento governista sem grandes dificuldades e com reduzidas pressões domésticas para a aprovação de acordos de motivação religiosa. Isso permitiu que a CREDN servisse de canal para a nova política externa do governo, ao mesmo tempo que auxiliava na defesa governista domesticamente, refletindo em um conjunto amplo de vitórias, mas de curta margem de negociação no nível I.

Conclusão

Quanto ao modelo do tripé da política externa do governo, como proposto por Hirst e Maciel (2020), é possível identificar um enlace nos acordos com o Estado de Israel entre o núcleo ideológico e o complexo de segurança e defesa. O alinhamento da base governista na CREDN não representou grandes dificuldades para a aprovação dos acordos.

Dados os três determinantes do conjunto de vitórias definido por Putnam (grupos internos, processo institucional e liberdade do negociador-chefe), é possível concluir que os acordos firmados entre Brasil e Israel durante a presidência de Eduardo Bolsonaro na CREDN foram possibilitados, respectivamente, pelo interesse dos parlamentares ligados à temática religiosa-securitária; o processo de ratificação na comissão sem necessidade de amplo debate na casa e, comumente, em votação simbólica; e a autonomia do negociador-chefe com a fidelidade da base governista.

Apesar dos acordos se situarem, majoritariamente, na interseção entre os núcleos ideológico e o complexo de segurança e defesa (Hirst; Maciel, 2020), a motivação ideológica do acordo com o Estado de Israel, em específico, pesou mais do que termos de real negociação racional. A intensidade do processo de ratificação, a prioridade dada à viagem oficial no início do governo, o tom das relações internacionais estabelecidas durante o mandato e o papel de Eduardo Bolsonaro na presidência da CREDN são elementos adicionais que demonstram isso.

Portanto, foi possível observar que, mesmo quando os argumentos religiosos não estão expostos de maneira aberta, eles compõem a amplitude imagética de justificativas para acordos e alinhamentos com Israel em temáticas diversas, como a ideia de superioridade militar e tecnológica, independente das suas condicionantes.

Referências Bibliográficas

1ª SESSÃO legislativa ordinária da 56ª legislatura. Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (reunião deliberativa ordinária). Em 20 de março de 2019 (quarta-feira) às 10 horas (2019a). Disponível em: <<https://escriba.camara.leg.br/escriba-servicosweb/html/54424>>. Acesso em: 17 jul. 2024.

1ª SESSÃO legislativa ordinária da 56ª legislatura. Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (seminário). Em 21 de novembro de 2019 (quinta-feira) às 9 horas (2019b). Disponível em: <<https://escriba.camara.leg.br/escriba-servicosweb/html/58502>>. Acesso em: 17 jul. 2024.

BBC News. Brasil na OCDE: O que o país cedeu aos EUA em troca de apoio à entrada no -clube dos países ricos. BBC News Brasil, 15 jan. 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50009155>>. Acesso em: 15 jan. 2024.

CÂMARA dos Deputados do Congresso Nacional. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/>>. Acesso em: 27 dez. 2023.

COMISSÃO de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. 56ª legislatura – 3ª sessão legislativa ordinária. Ata da 13ª reunião deliberativa extraordinária (virtual) realizada em 02 de junho de 2021 (2021a). Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/ordemdodia/integras/2063792.htm>>. Acesso em: 18 jul. 2024.

COMISSÃO de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. 56ª legislatura – 3ª sessão legislativa ordinária. Ata da 14ª reunião deliberativa extraordinária (virtual) realizada em 10 de junho de 2021 (2021b). Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/ordemdodia/integras/2063792.htm>>. Acesso em: 18 jul. 2024.

COMISSÃO de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. 56ª legislatura – 3ª sessão legislativa ordinária. Ata da 27ª reunião extraordinária deliberativa (virtual) realizada em 25 de agosto de 2021 (2021c). Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/ordemdodia/integras/2063792.htm>>. Acesso em: 18 jul. 2024.

G1. Presidente Bolsonaro embarca para Israel. G1, 30 mar. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/30/presidente-bolsonaro-embarca-para-israel.ghtml>>. Acesso em: 18 jul. 2024.

GHERMAN, Michel. O não judeu judeu: a tentativa de colonização do judaísmo pelo bolsonarismo. São Paulo: Fósforo, 2022.

HIRST, Mônica; MACIEL, Tadeu Morato. O tripé da política externa brasileira no governo Bolsonaro. Boletim OPISA, n. 3, jul./set. 2020.

MENUCCI, Enzo. Agência evangélica na política externa brasileira durante o governo Bolsonaro à luz do fundamentalismo cristão (2019-2022). 2024. 161f. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2024.

LACERDA, Marina Basso. Neoconservadorismo de periferia: articulação familista, punitiva e neoliberal na Câmara dos Deputados. 2018. 209f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2018.

LIMA, Maria Regina Soares. A dialética da política externa de Lula 3.0. CEBRI-Revista, ano 2, n.º 5, jan.-mar. 2023.

LIMA, Maria Regina Soares de; ALBUQUERQUE, Marianna R. O Estilo Bolsonaro de Governar e a Política Externa. Boletim OPISA, n. 1, Jan./Mar., 2019. Disponível em: <http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2017/01/Boletim_OPISA_2019_n1-jan-mar.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2024.

PUTNAM, Robert D. Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 18, n.º 36, p. 147-174, 2010.

RELATÓRIO de Atividades da CREDN (2019). Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/arquivos/arquivo-2019>>.

RELATÓRIO de Atividades da CREDN (2021). Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/relatorios-de-atividades/Relatorio%20de%20Atividades%20CREDN%20-%202021.pdf/view>>.

RELATÓRIO de Atividades da CREDN (2022). Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/relatorios-de-atividades/relatorio-de-atividades-de-2022/view>>.

SANTOS, Leonardo Alexandre dos; CAMPOS, Tales de Paula Roberto de. A política externa bolsonarista e aproximação com os Estados Unidos: o fundamentalismo cristão como agente unificador. *Revista Monções*, Dourados, MS, v. 11, n.º 22, 2022.

SCHUTTE, Giorgio R.; FONSECA, Bruno C. D.; CARNEIRO, Gabriel S. Jogo de Dois Níveis voltado ao eleitorado: uma análise da política externa bolsonarista. *Conjuntura Global*, v. 8, n. 2, 2019, pp. 97-116. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/conjglobal/article/view/69854/39896>>. Acesso em: 08 jun. 2024.



A relação entre Paraguai e Brasil diante da renegociação do Anexo C do Tratado de Itaipu

Stephanie Braun Clemente³⁵
Pesquisadora do OPISA

Introdução

O relacionamento bilateral entre Paraguai e Brasil é pautado, historicamente, por eventos controversos, que levam estes países a momentos de maior aproximação ou distanciamento. Um dos episódios que mais impactou tais relações foi a Guerra do Paraguai (1864-1870), também conhecida como “Guerra da Tríplice Aliança” ou, pelo lado do Paraguai, como a “Grande Guerra”. O conflito é considerado como o mais sangrento da América Latina³⁶, por ter ocasionado a morte de mais de 60% da população paraguaia, para além do fato de que várias cidades do país foram saqueadas, diversas mulheres paraguaias foram estupradas e houve tráfico de crianças e prisioneiros, que eram vendidos como escravos para o Brasil ou como “criados” para a Argentina³⁷. Além disso, a nação paraguaia perdeu grande parte de seu território.

Apesar deste histórico negativo, manter em boas bases o relacionamento com o Brasil acabou sendo, nas décadas seguintes, uma prioridade de quase todos os governos paraguaios. Para o Paraguai, o Brasil é percebido como uma parceria essencial e incontornável, sendo, por vezes, “elemento fundamental para a realização de objetivos nacionais”³⁸. Assim sendo, durante a maior parte da sua história, tanto a política externa quanto a interna do Paraguai acabaram sendo amplamente impactadas pelo Brasil e, como aponta Peter Lambert (2015), relações de hegemonia e dependência conformam as bases do relacionamento entre os dois Estados³⁹.

Em especial, ao se tratar das relações entre as duas nações, é demandante salientar o maior acordo de cooperação firmado pelas partes: o Tratado de Itaipu. O acordo foi assinado em 1973 e depois dele nenhum outro instrumento bilateral logrou alcançar tamanha importância, tanto política quanto econômica, entre os dois vizinhos⁴⁰. Todavia, desde o momento de sua formulação, assinatura e implementação, o Tratado é fonte de controvérsias, o que demanda a revisão de seus termos de tempos e tempos, buscando satisfazer melhor ambos os lados. Ponto essencial das controvérsias é que o Paraguai não consome metade da energia produzida na usina de Itaipu, que lhe cabe por direito, e a vende ao Brasil por uma tarifa que, constantemente, defende que seja maior.

Entrementes, outra constante na negociação é que o Brasil acaba tendo maior

35Doutoranda em Relações Internacionais no PPGRI/UERJ. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8399297087812948>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9867-1181>.

36NATIONAL GEOGRAPHIC, Qual foi a guerra mais sangrenta da história latino-americana? Disponível em: <<https://www.nationalgeographicbrasil.com/historia/2023/06/qual-foi-a-guerra-mais-sangrenta-da-historia-latino-americana>>. Acesso em: 08. jul. 2024.

37FUINI, Pedro, Guerra do Paraguai: Guerra foi o maior e mais letal conflito ocorrido na América Latina, colocando Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai. Disponível em: <<https://www.fflch.usp.br/43329#:~:text=Foi%20ainda>

<<https://www.fflch.usp.br/43329#:~:text=Foi%20ainda%20imposta%20uma%20d%C3%ADvida,Argentina%E2%80%9D%2C%20explica%20o%20pesquisador>>. Acesso em: 08. jul. 2024.

38CÉSAR, Gustavo et. al.. Brasil e Paraguai: questões das relações bilaterais. Disponível em: <<https://www.obs.br/integracao/851-brasil-e-paraguai-questoes-das-relacoes-bilaterais>>. Acesso em: 08. jul. 2024.

39LAMBERT, Peter, The Myth of the Good Neighbour: Paraguay’s Uneasy Relationship with Brazil. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/blar.12410>>. Acesso em: 08. jul. 2024.

40CÉSAR, Gustavo et. al., Op Cit.

poder de barganha do que o Paraguai, de maneira que a busca por melhores condições da parte paraguaia acaba sendo atendida de maneira insuficiente, precisamente devido às relações de hegemonia e dependência mencionadas anteriormente. Todavia, a última revisão do Tratado, realizada em maio de 2024, durante as administrações de Lula da Silva e Santiago Peña, consistiu em um dos melhores resultados alcançados pelo Paraguai, como será abordado em maiores detalhes neste artigo, que visa a abordar, sob a ótica paraguaia, a importância que renegociar o Tratado de Itaipu possui para a política externa do país.

O texto se divide em três seções, além das presentes notas introdutórias e das considerações finais. A primeira seção traça breves ponderações a respeito do histórico da criação da usina de Itaipu, assim como aborda o contexto que levou à assinatura do Tratado de Itaipu, em 1973. Posteriormente, a segunda seção destaca, resumidamente, as principais negociações posteriores sobre aspectos do Tratado, com destaque para as ocorridas durante os governos paraguaios de Nicanor Duarte Frutos (2003-2008) e Fernando Lugo (2008-2012), enquanto o Brasil era governado por Lula da Silva (2003-2010). Após isto, chega a vez de se debruçar sobre a recente negociação, realizada em maio de 2024, durante o governo de Santiago Peña (2023-atual) e o terceiro mandato de Lula da Silva (2023-atual). Por fim, a seção final destaca as conquistas históricas que o Paraguai conseguiu obter na recente negociação.

Histórico da criação de Itaipu

O Tratado de Itaipu foi assinado em 26 de abril de 1973⁴¹, durante os governos ditatoriais de Alfredo Stroessner (1954-1989), no Paraguai, e Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), no Brasil. No que se refere ao período stonista na política paraguaia, a política externa era voltada para a manutenção de uma boa relação com países considerados estratégicos, os quais eram a Argentina, o Brasil, os Estados Unidos e a Comunidade Europeia. Dentro desse âmbito, o relacionamento com o Brasil foi fortalecido, o que pode ser melhor compreendido ao saber que Stroessner foi um dos primeiros oficiais militares do Paraguai a se formar na academia militar brasileira.

Ao longo do período stonista, eram enfatizados benefícios políticos e econômicos significativos que o regime poderia obter ao ter uma aliança estável e mais próxima com a contraparte brasileira, de maneira que a tradicional dependência paraguaia perante a Argentina foi substituída por uma dependência frente ao Brasil. O Brasil tornou-se o principal sócio comercial, financeiro e militar do Paraguai no período. Em relação à economia, o Paraguai desempenhou um modelo baseado em exportação de commodities agrícolas, intermediação comercial e venda de energia elétrica para o Brasil⁴². Em tal contexto de aproximação, foi assinado o Tratado de Itaipu.

Conforme o documento firmado pelas partes, o acordo se refere ao “aproveitamento Hidrelétrico dos Recursos Hídricos do Rio Paraná, pertencentes em Condomínio aos dois Países, desde e inclusive o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guaíra até a Foz do Rio Iguazu”⁴³. Ademais, o Tratado deu origem à barragem de Itaipu e funciona como o instrumento legal que permite o aproveitamento hidrelétrico do Rio Paraná pelos dois Estados. Em termos de sua estrutura, é composto por 25 artigos e três anexos: o Anexo A trata sobre o estatuto de Itaipu; o Anexo B versa a respeito da descrição geral das instalações de produção de energia e sobre obras auxiliares; e, por fim, o Anexo C, que é o principal alvo das tentativas de renegociação, traça as bases financeiras e de prestação de serviços da hidrelétrica⁴⁴. No que diz respeito a negociações para revisão do Tratado, o próprio texto

41 ITAIPU BINACIONAL, Tratado de Itaipu. Disponível em: <<https://www.itaipu.gov.br/sites/default/files/u13/tratadoitaipu.pdf>>. Acesso em: 08. Jul. 2024.

42 ARCE, Lucas, En la búsqueda de una estrategia global: La Política Externa del Paraguay. Disponível em: <<https://biblat.unam.mx/pt/revista/cuadernos-sobre-relaciones-internacionales-regionalismo-y-desarrollo/articulo/en-la-busqueda-de-una-estrategia-global-la-politica-externa-del-paraguay>>. Acesso em: 08. Jul. 2024.

43 ITAIPU BINACIONAL, Op. Cit.

44 ITAIPU BINACIONAL, Há 50 anos, Tratado de Itaipu entrava em vigor: cinquentenário abre espaço para início das negociações. Disponível em: <<https://www.itaipu.gov.br/sala-de-imprensa/noticia/ha-50-anos-tratado-de-itaipu-entrava-em-vigor-cinquentenario-abre-espaco-pa>>. Acesso em: 08. Jul. 2024.

do Anexo C prevê que o documento poderia vir a ser alterado após 50 anos de vigência do acordo, ou seja, em abril de 2023⁴⁵.

O anexo C aborda as condições de suprimento de energia, os custos dos serviços da hidrelétrica, a receita e outras disposições financeiras⁴⁶. Como definido nele, tanto o Brasil quanto o Paraguai detêm direito, cada um, sobre 50% da energia elétrica gerada na barragem e, em caso de que uma das partes não utilize o total sobre o qual tem propriedade, pode vender à outra contraparte seu excedente gerado e não consumido. Esse é o ponto chave para compreender as controvérsias ocasionadas pela assinatura do Tratado da forma com que foi feita. O Paraguai nunca consumiu os 50% sobre os quais tem direito: em realidade, apenas 5% de sua parte sobre a energia já atende a demanda interna do país, sendo os 45% restantes adquiridos, exclusivamente, pelo sócio brasileiro. Nesse sentido, a tentativa mais recente de renegociação por parte do Paraguai diz respeito a negociar a possibilidade de vender seu excedente produtivo para outros países além do Brasil, com o intuito de conseguir negociar com outras partes valores melhores sobre seu excedente.

Principais negociações sobre o Tratado

Tendo visto os pontos substanciais concernentes ao Tratado de Itaipu, é preciso frisar que o acordo não se trata somente de um projeto para o aproveitamento conjunto dos recursos hídricos bilaterais, posto que é, principalmente, oriundo de uma decisão política de construir um destino comum. De acordo com Cordeiro (2009), o sentido mais profundo do tratado consiste na “construção de uma parceria permanente que vincula, através da integração energética, a economia dos dois países em proveito do desenvolvimento econômico e social”⁴⁷. Todavia, isso não exime o acordo da necessidade de revisão para acomodar reivindicações, principalmente do Paraguai, que clama por maior soberania sobre a energia produzida e maior participação na receita da hidrelétrica. Na prática, é o Brasil que obtém 95% da energia produzida, além de 80% da receita gerada por Itaipu. Nesse sentido, o lado paraguaio nunca se viu plenamente contemplado pelas cláusulas firmadas, posto que sempre houve uma percepção de “forte desequilíbrio de benefícios entre os dois países”⁴⁸ por parte da opinião pública no Paraguai. É por isso que já houve mais de uma tentativa de renegociar os cláusulas acordadas em 1973.

Como salienta Lemgruber (2007), o acordo original foi revisto em 1986 e em 1992, momentos em que houve reajuste nos valores da energia excedente vendida pelo Paraguai ao Brasil. Porém, o acordado nessas ocasiões foi rechaçado por políticos e por empresários do lado paraguaio, que compreendiam as correções feitas como “migalhas”⁴⁹. Assim sendo, governos posteriores ficaram encarregados de manter a pauta da renegociação com relevância em termos de política externa. Nesse sentido, é possível apontar três momentos nos quais houve algum avanço em termos de renegociação para a parte paraguaia, tendo sido todos eles logrados em períodos compreendidos dentro das administrações sob comando do presidente Lula da Silva no Brasil: I) durante a administração de Nicanor Duarte Frutos; II) no governo de Fernando Lugo; e III) na atual gestão de Santiago Peña.

É preciso pontuar que o fato de os três momentos de maiores conquistas nas renegociações para a parte paraguaia terem se dado nas ocasiões das administrações de Lula da Silva é uma variável política importante. Tal variável demonstra a presença de vontade política do lado brasileiro para rever o acordo, afinal, os governos de Lula são reconhecidos por possuírem uma visão internacional favorável ao aprofundamento da integração regional e da ampliação da presença do Brasil regionalmente. Além disto, em

45ITAIPU BIONACIONAL, FAQ: Perguntas frequentes sobre o Anexo C do Tratado de Itaipu. Disponível em: <<https://www.itaipu.gov.br/sala-de-imprensa/positionpapers/faq-perguntas-frequentes-sobre-o-anexo-c-do-tratado-de-itaipu>>. Acesso em: 08. Jul. 2024.

46ITAIPU BINACIONAL, Op. Cit.

47CORDEIRO, Enio. O Tratado de Itaipu e os Acordos Alcançados com o Paraguai. Disponível em: <<https://intessenacional.com.br/o-tratado-de-itaipu-e-os-acordos-alcancados-com-o-paraguai/>>. Acesso em: 08. Jul. 2024.

48CORDEIRO, Enio, Op. Cit.

49 LEMGRUBER, Silvia. Paraguai: transição inconclusa e integração reticente. In: LIMA, Maria; COUTINHO, Marcelo. A agenda sul-americana: mudanças e desafios no início do século XXI. 2007. Acesso em: 09. jul. 2024.

tais momentos, o país buscou atuar como um paymaster para a região, com o propósito de diminuir assimetrias com países de menor envergadura⁵⁰, seguindo a lógica de “contribuir para o crescimento e desenvolvimento do seu entorno geográfico para que o país também obtivesse os ganhos relativos desse crescimento em longo prazo”⁵¹. Assim, um dos exemplos marcantes de atuação do Brasil como paymaster na região, visando a ampliar a presença e relevância do país regionalmente e dialogar melhor com pares sul-americanos, foi a temática da renegociação do Tratado de Itaipu. Além disso, o bom funcionamento de Itaipu é importante para o próprio Brasil, que obtém vantagens dessa parceria, como já foi visto anteriormente.

Em primeiro lugar, no que diz respeito à política externa paraguaia no governo de Duarte Frutos (2003-2008), orientava-se pela visão de um Paraguai aberto à região e ao mundo, aderindo a novos objetivos e novas agendas no plano internacional⁵². A partir desse período, destaca-se uma maior aproximação do país com pares regionais, além da busca por uma atitude ativa no Mercosul, de forma mais independente das posições brasileiras. É nesse contexto que a política externa paraguaia torna-se mais proativa, principalmente em termos da defesa dos interesses do país nas negociações das usinas hidrelétricas binacionais (Itaipu e Yacyretá, esta segunda compartilhada com a Argentina)⁵³.

Especificamente no que se refere a Itaipu, Duarte destacou a discordância a respeito dos custos da energia e da existência de uma dupla indexação da dívida⁵⁴. Nas negociações com o governo brasileiro em 2007, chefiado por Luiz Inácio Lula da Silva, o Paraguai logrou a eliminação da dupla indexação, bem como a redução da dívida⁵⁵. Posteriormente, durante realização de uma Cúpula do Mercosul, os presidentes celebraram um reajuste no preço da energia excedente vendida pelo Paraguai para o Brasil, que na ocasião foi ajustado em 27,5%, resultando em um incremento de US\$21 milhões anualmente na economia do Paraguai⁵⁶. Em relação a tais negociações, Marco Aurélio Garcia, assessor para assuntos internacionais da presidência brasileira, chegou a afirmar que o governo Lula sempre se mostrou interessado em que o Paraguai utilizasse os 50% de energia produzida em Itaipu a que tem direito⁵⁷.

Em termos da política externa executada pelo governo de Fernando Lugo (2008-2012), novos rumos foram consolidados, bem como novos temas passaram a ser desenvolvidos pelo Paraguai a nível internacional. Lugo questionava com mais ênfase a subordinação que governos anteriores submetiam o Paraguai perante a pares internacionais, como os Estados Unidos, a Argentina e o Brasil. Com isto, perseguiu uma política externa mais independente, mas que não descuidou da continuação do aprofundamento de relações com países da região, bem como do reforço de posicionamentos proativos em defesa dos interesses do país nos mais diversos temas⁵⁸.

À vista disto, a renegociação de Itaipu lograda pelo governo Lugo configura como uma das grandes conquistas do mandato do presidente, além de uma das diferenças mais significativas em comparação aos governos anteriores, posto que “a negociação realizada

50FERNANDES DE PAULA, Orlando. A política externa brasileira e as relações com o Paraguai: a revisão do Tratado de Itaipu. Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais, , n.17, p.117-132. 2013.

51FERNANDES DE PAULA, Orlando. Op. Cit.

52ARCE, Lucas. En la búsqueda de una estrategia global: La Política Externa del Paraguay. Cuadernos sobre Relaciones Internacionales, Regionalismo y Desarrollo, v. 6. v. 11, 2011. Acesso em: 09. Jul. 2024.

53MASI, Fernando. Los desafíos de las relaciones exteriores del nuevo gobierno. Revista Digital de Políticas Públicas. Un año de gobierno: ¿Qué evaluamos?, Editorial Debate, n.,4, 2014. Acesso em: 09. Jul. 2024.

54LONDOÑO NIÑO, Edgar Andrés. Paraguai: entre a esperança da oposição e a reafirmação do Partido Colorado. In: LIMA, Maria; PINHEIRO, Leticia; ALBUQUERQUE, Marianna; GONÇALVES, Fernanda; LONDOÑO NIÑO, Edgar. América do Sul no século XXI: desafios de um projeto político regional. Rio de Janeiro: Grupo Multifoco. 2020. Acesso em: 09. Jul. 2024.

55FOLHA DE SÃO PAULO, Brasil e Paraguai assinam acordo para reduzir dívida de Itaipu. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u88803.shtml>>. Acesso em: 09. Jul. 2024.

56LEMGRUBER, Silvia, Op. Cit.

57FERNANDES DE PAULA, Orlando. Op. Cit.

58FERNANDES DE PAULA, Orlando. Op. Cit.

representa um dos desejos mais importantes do núcleo duro das bases eleitorais”⁵⁹. Afinal, as primeiras declarações de membros do governo brasileiro afirmavam que a revisão do Tratado não seria possível e “estava fora de cogitação”⁶⁰. Todavia, as negociações aconteceram e avanços foram alcançados.

Em setembro de 2008, foi criada uma Comissão Bilateral de Negociação Técnica para estudo das demandas paraguaias e, em acordo histórico, firmado em julho de 2009, os presidentes Lugo e Lula apresentaram um aide memoire de 31 pontos, no qual o Brasil consolidou seu compromisso em cumprir com acordos anteriormente firmados mas não implementados, além de ter feito outras concessões, como o aumento nos royalties anuais pagos, de US\$120 para US\$360 milhões. Esse acordo histórico refletiu “tanto a amizade pessoal entre os dois presidentes quanto a preocupação do Brasil com sua imagem internacional”⁶¹, já que foi o presidente Lula quem conseguiu convencer seu governo a realizá-lo⁶².

Governo de Santiago Peña: conquista histórica nas negociações

No dia 15 de agosto de 2023, Santiago Peña assumiu o cargo de Presidente do Paraguai, em um mandato que irá até 2028. Em seu discurso de posse, o qual teve uma parte lida em guarani, Peña afirmou que trabalhará para que o mundo veja o “renascimento de um gigante”⁶³. No que se refere à política externa executada pela atual administração no país, há presente uma busca por mudanças, pautada pela tentativa de conferir maior dinamismo a ela em comparação ao que vinha sendo promovido por seu antecessor, Mário Abdo Benítez (2018-2023).

Com isto, a busca por aumentar a importância do Paraguai em âmbito internacional e, principalmente, regional, tem sido o foco do atual mandatário, que, inclusive, tem promovido uma ativa diplomacia presidencial. Índícios do desenvolvimento de uma diplomacia presidencial já estavam presentes mesmo antes do novo governo assumir, com a promoção de articulações internacionais, com destaque para a relação com Israel⁶⁴ e Brasil⁶⁵. No que diz respeito à integração regional, o Paraguai salientou que buscará contribuir para aperfeiçoá-la. Peña reitera que o Paraguai, em sua gestão, encontra-se determinado a deixar de lado sua antiga imagem como uma “ilha cercada de terra” ao seguir sua vocação histórica, cultural e geográfica de tornar-se o centro da integração sul-americana.⁶⁶

Especificamente no que toca a relação com o Brasil, tema de grande relevância, visto que o Paraguai tem buscado ampliar a agenda bilateral com o vizinho, percebe-se o reforço da parceria estratégica bilateral⁶⁷. O governo Peña e o atual governo Lula passaram a tratar da represa de Itaipu e da continuidade de projetos de infraestrutura e combate ao crime transfronteiriço⁶⁸. O

59LONDOÑO NIÑO, Edgar Andrés, Op. Cit.

60FERNANDES DE PAULA, Orlando. Op. Cit.

61LONDOÑO NIÑO, Edgar Andrés, Op. Cit.

62FERNANDES DE PAULA, Orlando. Op. Cit.

63LA NACIÓN, Prioridades de Peña: “Que el mundo sea testigo del resurgir de un gigante”. Disponível em: <<https://www.lanacion.com.py/politica/2023/08/15/prioridades-de-pena-que-el-mundo-sea-testigo-del-resurgir-de-un-gigante/>>. Acesso em: 09. jul. 2024.

64LA NACIÓN, Santiago Peña ratificó que la embajada paraguaya en Israel volverá a Jerusalén. Disponível em: <<https://www.lanacion.com.py/politica/2023/08/08/santiago-pena-ratifico-que-la-embajada-paraguaya-en-israel-volvera-a-jerusalen/>>. Acesso em: 09. jul. 2024.

65LA NACIÓN, Peña logrará mayor sinergia con Brasil para el despegue industrial y económico, señalan. Disponível em: <<https://www.lanacion.com.py/politica/2023/08/05/pena-lograra-mayor-sinergia-con-brasil-para-el-despegue-industrial-y-economico-senalan/>>. Acesso em: 9. jul. 2024.

66LA NACIÓN, Paraguay aspira ser el centro de la integración sudamericana, afirmó Santiago Peña ante la ONU. Disponível em: <<https://www.lanacion.com.py/politica/2023/09/19/paraguay-aspira-ser-el-centro-de-la-integracion-sudamericana-afirmo-santiago-pena-ante-la-onu/>>. Acesso em: 09. jul. 2024.

67LA NACIÓN, Brasil es prioridad, dice Santiago Peña en una entrevista con la revista Veja. Disponível em: <<https://www.lanacion.com.py/politica/2023/08/11/brasil-es-prioridad-dice-santiago-pena-en-una-entrevista-con-la-revista-veja/>>. Acesso em: 09. jul. 2024.

68LA NACIÓN, Paraguay y Brasil acuerdan fortalecer cooperación en lucha contra el crimen transnacional.

tema de Itaipu foi o mais urgente, visto que os dois Estados visam a renegociação de cláusulas do tratado constitutivo da empresa binacional⁶⁹.

Em 2024, depois de cautela perante uma formalização das negociações, no dia 9 de maio, autoridades do Paraguai e do Brasil divulgaram avanços acerca do Tratado de Itaipu. No dia 8, a mídia paraguaia noticiou que as articulações entre as partes estavam sendo meticulosas e que o presidente havia participado de uma reunião com autoridades brasileiras no dia 7 para definir os últimos ajustes antes da divulgação do novo custo da tarifa energética⁷⁰. No que se refere aos avanços acordados, os Estados concordaram em fixar o preço da tarifa sobre a energia produzida na hidrelétrica em 19,28 dólares por KW/mês. O Paraguai buscava que o preço chegasse a 22,60 dólares por KW/mês, mas o Brasil não cedeu a tal ponto. De qualquer maneira, tem-se que a nova tarifa representa um “avanço substantivo”, de acordo com pronunciamento do chanceler do Paraguai, Rubén Ramírez Lezcano⁷¹.

Dentre os avanços obtidos, ressalta-se que essa foi a primeira vez na história que a tarifa foi fixada para um período maior do que o de um ano. Desta vez, a nova tarifa terá validade até o ano de 2027, quando novo acordo deverá ser realizado. Outro logro relevante para o Paraguai consiste no fato de que mais divisas irão entrar na economia do país⁷², para o qual a tarifa é determinante para investir em arenas chave para o governo, como para financiar obras de infraestrutura; para investir em cuidados básicos para crianças, com a promoção de saúde, educação e alimentação; investimentos na segurança pública; construção de hospitais; fortalecimento de infraestruturas viárias; e aprimoramento da infraestrutura energética do país. Isso se dá assim posto que, com o novo valor acordado, a estimativa é a de que o país receberá um incremento de cerca de US\$1,25 bilhão por ano⁷³.

Peña ressaltou que “hoje Lula vem confirmar e ratificar que, como líder regional, global e mundial, entende que o Paraguai tem que se desenvolver. Reconheço o grande gesto do presidente. Sua abertura não pode ser ignorada, embora não seja nova: ele já demonstrou no passado ser uma pessoa generosa com o Paraguai, com gestos importantes”, complementando com a afirmação de que “esta não é uma vitória para o Paraguai e uma derrota para o Brasil, é realmente um ato de justiça entre dois países que estão determinados a trabalhar juntos”⁷⁴. A fala forte demonstra que a cooperação bilateral com o Brasil, de fato, é pauta fundamental para a política externa paraguaia.

Para além do exposto, ficou estabelecida a possibilidade de o Paraguai vender a energia não consumida internamente, de maneira livre, no mercado brasileiro, sem intermediários⁷⁵. No

Disponível em: <<https://www.lanacion.com.py/politica/2023/08/31/paraguay-y-brasil-acuerdan-fortalecer-cooperacion-en-lucha-contra-el-crimen-trasnacional/>>. Acesso em: 09. Jul. 2024; LA NACIÓN, Canciller Ramírez llevó extensa agenda para analizar con su par de Brasil. Disponível em: <<https://www.lanacion.com.py/politica/2023/08/30/canciller-ramirez-llevo-extensa-agenda-para-analizar-con-su-par-de-brasil/>>. Acesso em: 09. jul. 2024.

69LA NACIÓN, Lula y Peña abordan tema Itaipú y establecen Brasilia como sede de un nuevo encuentro. Disponível em: <<https://www.lanacion.com.py/politica/2023/09/20/lula-y-pena-abordan-tema-itaipu-y-establecen-brasilia-como-sede-de-un-nuevo-encuentro/>>. Acesso em: 09. jul. 2024.

70CONJUNTURA LATITUDE SUL, Paraguai e Brasil avançam nas negociações sobre revisão do Tratado de Itaipu. Disponível em: <http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2024/06/Conjuntura-Latitude-Sul_maio_2024.pdf>. Acesso em: 09. jul. 2024.

71LA NACIÓN, Tarifa de Itaipú ya podría quedar definida este jueves. Disponível em: <<https://www.lanacion.com.py/politica/2024/05/08/tarifa-de-itaipu-ya-podria-quedar-defnida-este-jueves/>>. Acesso em: 09. jul. 2024.

72LA NACIÓN, Itaipú: soberanía energética y más renta forman parte de los logros de las negociaciones. Disponível em: <<https://www.lanacion.com.py/politica/2024/05/09/itaipu-soberania-energetica-y-mas-renta-forman-parte-de-los-logros-de-las-negociaciones/>>. Acesso em: 09. jul. 2024.

73LA NACIÓN, Itaipú: Paraguay recibirá USD 1.250 millones tras histórico acuerdo con Brasil. Disponível em: <<https://www.lanacion.com.py/politica/2024/05/09/itaipu-paraguay-recibira-usd-1250-millones-tras-historico-acuerdo-con-brasil/>>. Acesso em: 09. jul. 2024.

74LA NACIÓN, Peña sobre acuerdo de Itaipú: “Lula entiende que el Paraguay tiene que desarrollarse”. Disponível em: <<https://www.lanacion.com.py/politica/2024/05/10/pena-sobre-acuerdo-de-itaipu-lula-entiende-que-el-paraguay-tiene-que-desarrollarse/>> Acesso em: 09. jul. 2024.

75LA NACIÓN, Energía de Paraguay llegará directamente a las góndolas de Brasil, afirma titular del MIC. Disponível em: <<https://www.lanacion.com.py/politica/2024/05/09/energia-de-paraguay-llegara-directamente-a-las-gondolas-de-brasil-afirma-titular-del-mic/>>. Acesso em: 09. jul. 2024.

entanto, isto ainda precisa ser aprovado pelos legislativos de ambos os países. Isso aconteceria apenas a partir de 2027, visto que a tarifa já se encontra fixada para 2024, 2025 e 2026. Por fim, cabe salientar que, a partir do acordo para a nova tarifa, os Estados continuarão a negociar o processo de revisão do texto Anexo C do Tratado, que desde julho de 2023 já pode ser alterado. De acordo com Peña, as partes chegaram ao consenso de negociar e finalizar um novo documento do Anexo C até o final do ano de 2024, o que “será chave para o desenvolvimento do Paraguai nas próximas décadas”⁷⁶, conforme informou o presidente. Afinal, com a revisão, o Paraguai pretende conseguir conquistar o direito de vender seu excedente para outros mercados para além do brasileiro⁷⁷, uma pauta recorrente nas rodadas de renegociação realizadas pelos governos anteriores.

Conclusão

Devido à relevância do relacionamento bilateral para ambas as partes envolvidas no Tratado de Itaipu, tem-se que manter em boas bases o acordo trará ganhos para os dois lados. Como visto, para o Paraguai, a temática de Itaipu é mantida como uma pauta de política externa que caracteriza uma continuidade entre os governos, ainda que alguns específicos (Duarte Frutos, Fernando Lugo e Santiago Peña) tenham dado maior ênfase em uma postura proativa e na busca por conseguir mais vantagens para o país em renegociações do Tratado. Tais governantes obtiveram logros, ainda que os alcançados por Frutos e Lugo tenham sido mais tímidos do que os alcançados pela administração de Peña até o presente momento, que foram traduzidos em benefícios para a economia e sociedade paraguaias.

Assim sendo, por mais que o Brasil, historicamente, possua vantagens perante o Paraguai no que diz respeito ao lado financeiro da hidrelétrica, para o Paraguai é de extrema importância manter em boas bases o funcionamento da usina e buscar por melhores condições para o país nas consecutivas negociações que são realizadas. Entretanto, cabe destacar que, nos três momentos em que houve negociações que resultaram em benefícios ao Paraguai, nas últimas duas décadas, o governo federal brasileiro era ocupado pelo presidente Lula. Isto sugere que a vontade política e a visão de integração regional de quem lidera o Executivo brasileiro são variáveis relevantes para condicionar a obtenção de benefícios pelo lado paraguaio, em uma relação ainda marcada pela assimetria de poder.

A renegociação que a equipe negociadora associada ao governo Peña conquistou em maio de 2024 tornou-se histórica por ter sido a primeira a estipular uma tarifa (a qual, ainda que não tenha sido no valor almejado pelos negociadores paraguaios, já proporcionará um grande incremento financeiro na economia do país a longo prazo) por um período maior do que de um ano. Desta vez, a aumento estará em vigor durante três anos, tendo a necessidade de ser revista e renegociada novamente apenas para o ano de 2027. Isto proporciona, para ambos os lados, uma possibilidade de previsão de orçamento⁷⁸ e estabilidade por um período maior. Ademais, a negociação inovou ao permitir que o Paraguai passe a comercializar livremente o seu excedente produtivo de energia no mercado brasileiro, não precisando se limitar apenas ao que os governos nacionais estipulararem como valor tarifário. Por fim, cabe acompanhar os próximos passos que as gestões de Peña e Lula darão no sentido de reformular o texto do Anexo C do Tratado, que pode trazer maiores oportunidades para o lado paraguaio.

76LA NACIÓN, Itaipú: Paraguay recibirá USD 1.250 millones tras histórico acuerdo con Brasil, Op. Cit.

77LA NACIÓN, Revisión del Anexo C: ¿por qué es tan importante para el Paraguay? Disponível em: <<https://www.lanacion.com.py/politica/2023/08/09/revision-del-anexo-c-por-que-es-tan-importante-para-el-paraguay/>>. Acesso em: 09. Jul. 2024..

78LA NACIÓN, Acuerdo en Itaipú da previsibilidad al Paraguay, sostienen. Disponível em: <<https://www.lanacion.com.py/politica/2024/05/17/acuerdo-en-itaipu-da-previsibilidad-al-paraguay-sostienen/>>. Acesso em: 09. jul. 2024.

Os desafios do presidente colombiano na condução da política externa para o clima

Isabella Pereira⁷⁹

Introdução

Desde que assumiu a presidência, em agosto de 2022, o governo de Gustavo Petro busca a centralização das decisões de política externa no Executivo. O que pode parecer inusitado em muitos governos é algo legitimado no Estado colombiano. Esta personalização na condução da política externa é observada, sobretudo, na agenda climática de Petro. Apesar de colocar-se como líder regional na pauta, o presidente tem enfrentado dificuldades na implementação efetiva da política externa climática, além do enfrentamento de desafios internos na mesma pauta.

Este breve artigo trará exemplos de intervenção na política externa colombiana sob a liderança de Gustavo Petro em um dos principais temas considerados por sua administração durante o segundo ano de mandato: as mudanças do clima e meio ambiente. Ao mesmo tempo, internamente, observa-se a crescente oposição à chapa Petro-Márquez, que vem enfrentando dificuldades internas em avançar em pautas climáticas como a descarbonização, e o impacto que os entraves com grupos paramilitares provocam nas mesas de negociações dos acordos de Paz Total e na proteção do meio ambiente.

Iniciamos o artigo com um panorama geral do papel do Presidente da República da Colômbia na condução das relações exteriores do país, e o contrapeso feito por outros atores estatais e não governamentais. Após, trataremos dos principais pontos da agenda climática de Gustavo Petro ao longo do seu mandato, iniciado em agosto de 2022. Já na segunda sessão, abordaremos os desafios observados na implementação da agenda apresentada pelo presidente colombiano em fóruns multilaterais. Finalmente, a terceira sessão será dedicada a um breve resumo dos últimos acontecimentos que vem dificultando a implementação interna da conservação de territórios ameaçados, como a região amazônica, disputada por grupos de guerrilha que assolam o país.

A atuação do Presidente na Política Externa Colombiana (PEC)

A formação da Política Externa Colombiana (PEC) possui como características fundamentais o grande poder de decisão do presidente da república, o que, por sua vez, delega menos poderes ao Ministério de Relações Exteriores (MRE) colombiano e fragmenta seu processo de tomada de decisão.

Outra característica relevante do MRE é a instrumentalização da chancelaria para fins políticos. Como exemplo, nos anos de alinhamento com as estratégias estadunidenses, sobretudo entre os governos de Álvaro Uribe (2002-2010) e Iván Duque (2018-2022), este fator foi observado por via da subordinação da diplomacia, devido a implementação da política de segurança nacional colombiana⁸⁰.

Apesar das tentativas de reformar o MRE para torná-lo imparcial, os decretos expedidos ao longo do século XX não foram implementados corretamente. Dessa maneira, a chancelaria colombiana continuou a ser utilizada em prol do clientelismo. Esse problema, por sua vez, afetou a atuação eficaz do MRE na agenda de política externa, impedindo que a instituição

⁷⁹Mestranda em Relações Internacionais na Universidade de Columbia, no programa Master of International Affairs (MIA) do departamento School of International Affairs (SIPA)

⁸⁰Gonçalves, F. C. N. I. (2022). Estudos sobre Análise de Política Externa na Colômbia: um campo em construção | Studies on Foreign Policy Analysis in Colombia: a field under construction. Mural Internacional, 13, e67406. <https://doi.org/10.12957/rmi.2022.67406>

agisse de maneira imparcial e sem fins partidários ou eleitorais. Diante deste cenário, observou-se a atuação mais incisiva por parte da figura presidencial na política exterior, o que tornaria real a falta de objetivos a longo prazo⁸¹.

Ademais, a própria constituição colombiana outorgou ao presidente poderes sobre a condução da política externa. O Artigo 189 garante poderes ao presidente de dirigir as relações internacionais, conduzir operações de guerra, prover a segurança externa da república, e regular o comércio exterior. O presidente pode ainda declarar guerra sem autorização do Senado para repelir uma agressão estrangeira⁸².

Estas atribuições presentes na constituição, por sua vez, garantiriam à figura do presidente a possibilidade de moldar a política externa e de conduzi-la de maneira mais personificada, ainda que existam alguns contrapesos. Como exemplo, todos os projetos de lei que aprovem tratados internacionais devem ser submetidos ao congresso, o qual poderá rejeitá-los. Estas características indicam que a política externa colombiana é de governo, e não de Estado⁸³.

Apesar disso, conforme aponta Fernanda Nanci Gonçalves, há uma contradição na literatura no sentido que, ao mesmo tempo em que a política externa colombiana seria centralizada na figura do presidente, outra característica frequentemente apontada é sua fragmentação. O motivo desta fragmentação, ou seja, de descentralização, se daria, por exemplo, pela criação de diferentes ministérios que cobririam agendas internacionais - como o Ministério do Comércio, do Meio Ambiente, assim como pelas assessorias internacionais criadas dentro de outros ministérios. A fragmentação ocorreu em um contexto internacional de início da globalização e complexificação da agenda internacional⁸⁴.

Assim, no cenário de formação de agenda de política externa colombiana os distintos atores possuem diferentes prioridades, ao passo em que a chancelaria colombiana apresenta maior dificuldade em gerir os interesses das demais instituições para a formação de uma política externa uníssona⁸⁵.

Na próxima seção será feita uma breve revisão de acontecimentos relevantes no segundo ano de governo de Petro, em que o presidente ocupa um papel de impulsionar a condução da política externa do país, sobretudo, em temas de meio ambiente e mudanças climáticas. Ainda assim, observa-se também a importância de outras instituições na construção desta agenda, já que, apesar de um alto grau de autonomia do chefe do Executivo na política externa colombiana, outros autores governamentais e não governamentais têm buscado a ampliação do espaço de atuação na agenda internacional colombiana.

Uma frente para o clima: construindo a PEC no governo de Gustavo Petro

A construção de uma Política Externa Colombiana (PEC) que fizesse frente às mudanças do clima foi amplamente impulsionada pela gestão de Petro, sobretudo, em relação à região amazônica. A construção desta agenda iniciou ainda no discurso de posse do presidente, além de marcar presença nas Conferências da ONU sobre Mudanças Climáticas em 2022 (COP 28). A demanda pela descarbonização na região da Amazônia também foi repetida em outras ocasiões. No entanto, foi o restabelecimento da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), formado pelos países Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, a prioridade dada pela gestão de Petro para alavancar o tema sob a perspectiva de cooperação regional.

Ainda em julho de 2023, no entanto, um dos seus principais parceiros regionais para o tema, o presidente brasileiro Lula da Silva, apresentou prioridades distintas em relação à

81Ibid., p. 8

82VELOSA, E., BUELVAS, E. P., & VERA, D. (2023). Política exterior colombiana: la agenda de Gustavo Petro. (Fundación Konrad Adenauer (KAS) y Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales (CRIES)). Konrad Adenauer Stiftung. https://www.researchgate.net/publication/375489265_POLITICA_EXTERIOR_COLOMBIANA_LA_AGENDA_DE_GUSTAVO_PETRO

83Ibidem, p. 282-283

84Gonçalves, F. C. N. I., op. cit., p. 8

85Ibid., p.8

região Amazônica. Durante uma reunião técnico-científica da Amazônia ocorrida em Leticia, cidade colombiana, Gustavo Petro propôs que os novos projetos destinados à exploração de petróleo na região amazônica fossem descontinuados⁸⁶. Lula, por sua vez, defendeu que a prioridade era o combate à pobreza e o desmatamento na região, se esquivando da proposta do mandatário colombiano⁸⁷.

No mês seguinte, foi realizada a IV cúpula de chefes de Estado dos países signatários do Tratado de Cooperação Amazônica, assinado em 1978. Naquele momento, foi celebrado o fortalecimento da OTCA, fundada em 1995, além de outros 109 compromissos para o desenvolvimento sustentável da região⁸⁸. Durante o seu discurso, o presidente colombiano foi mais uma vez enfático ao declarar que, se a extrema direita utiliza-se do negacionismo científico, a esquerda se vale de outras formas de negacionismo ao adiar decisões de grande relevância para a manutenção da vida no planeta, como o fim da exploração de hidrocarbonetos⁸⁹.

Dessa maneira, a busca de Petro por uma “prosperidade descarbonizada”, coloca em xeque a possibilidade de manter a exploração de petróleo e gás natural na região amazônica, e reforça a dissidência entre Lula e Petro⁹⁰. Isto, por sua vez, gera entraves nos avanços de uma cooperação regional mais fortalecida para a Amazônia, e impõe novos desafios a serem superados pelos países da OTCA.

Em outras ocasiões, o mandatário colombiano defendeu a posição de acelerar a descarbonização da economia global para a proteção da Amazônia, como na Cúpula de Ambição Climática, reunião promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) em Nova York, em setembro de 2023. Ademais, reforçou a proposta anteriormente apresentada em âmbito da OTCA de criação de um fundo com investimento de capital oriundo, sobretudo, dos Estados do Norte global. Este projeto foi intitulado pelo presidente de “Plano Marshall da Vida”⁹¹.

É importante ressaltar, no entanto, que a posição adotada por Petro - da não exploração de materiais fósseis na região Amazônica - não é um consenso no país. A adoção deste posicionamento não agradou à elite empresarial colombiana, já que o petróleo é um dos principais produtos de exportação, e conseqüentemente, de recursos financeiros. Isto, por sua vez, coloca em dúvida a capacidade do Estado de financiar a transição energética no país⁹².

O território compreendido como Amazônia abrange oito países e um território francês, todos membros da OTCA. Deste, apenas a Guiana Francesa não produz petróleo e gás no bioma. A Colômbia é o segundo maior produtor de petróleo na região, atrás apenas do Brasil, produzindo 749 mil barris de petróleo por dia em todo o país, ao passo que o último produz cerca de 3 milhões. Em relação à exploração na região Amazônica, a Colômbia e a Bolívia somam cerca de dois terços dos blocos de petróleo ativos no bioma em 2020, ainda que isto represente apenas 11% do total colombiano. O presidente Gustavo Petro não iniciou novos contratos na região desde que assumiu a presidência, em 2022⁹³.

Os impactos dessa indústria na região são diversos, entre eles, o aumento de emissão de gases do efeito estufa, piorando a qualidade do ar. Outros exemplos são o desmatamento

86Conjuntura Latitude Sul. Lula e Petro se encontram na Colômbia e expressam prioridades distintas para a Amazônia. Julho de 2023. Disponível em: <http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2023/08/Conjuntura-07-2023.pdf>. Acesso em 22/06/2024

Folha de S. Paulo. Lula defendeu combate à pobreza na Amazônia diante da proposta de frear projetos de petróleo. 12 jul 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2023/07/lula-defendeu-combate-a-pobreza-na-amazonia-diante-da-proposta-de-frear-projetos-de-petroleo.shtml>. Acesso em 22/06/2024

88Conjuntura Latitude Sul. Países amazônicos revitalizam a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. Agosto de 2023. Disponível em: http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2023/10/ConjunturaLAT-SUL_Ago23.pdf. Acesso em 22/06/2024

89Monitor Pan-Amazônia. Colômbia. Agosto de 2023. Disponível em: <http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2023/10/Monitor-Pan-Amaz%C3%B4nia-Agosto-2023-1.pdf>. Acesso em: 23/06/2024

90Ibidem, p. 8

91Monitor Pan-Amazônia. Colômbia. Setembro de 2023. Disponível em: <http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2023/10/Monitor-Pan-Amaz%C3%B4nia-Setembro-2023-1.pdf>. Acesso em: 23/06/2024

92Monitor Pan-Amazônia. Colômbia. Outubro de 2023. Disponível em: <http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2023/12/Monitor-Pan-Amaz%C3%B4nia-Outubro-2023.pdf>. Acesso em: 23/06/2024

93NEXO JORNAL. Como é a exploração de petróleo nos países da Amazônia. 26/08/2023. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2023/08/26/Como-%C3%A9-a-explora%C3%A7%C3%A3o-de-petr%C3%B3leo-nos-pa%C3%ADses-da-Amaz%C3%B4nia>. Acesso em: 23/06/2024

causado pela construção de infraestruturas para a indústria de petróleo e gás - como estradas e oleodutos - além de possíveis vazamentos de óleo devido a falhas operacionais. Por fim, deve-se levar em conta a sobreposição de reservas de petróleo e gás em terras indígenas, que muitas vezes não são respeitadas⁹⁴.

Ainda em relação à promoção da política externa colombiana em prol da descarbonização, uma medida tomada pelo presidente colombiano chamou atenção: em 18 de novembro, durante uma visita à Caracas, o presidente colombiano anunciou a possibilidade de associação da estatal energética da Colômbia (Ecopetrol) à sua homóloga venezuelana PDVSA, para a exploração de gás e petróleo na Venezuela⁹⁵.

A declaração gerou mais uma vez críticas ao governo não somente pelo compromisso interno e externo de conservação ambiental e transição energética, mas também devido ao número de empregos que deixariam de ser gerados no país e migrariam para o país vizinho. Apesar disso, o presidente colombiano declarou que a parceria seria uma forma de garantir a segurança energética nos dois países, protegendo-os de agravamentos frente à crise climática e caminhando em direção ao que devem ser dois países com economias descarbonizadas⁹⁶.

A demanda por uma descarbonização na região da Amazônia também foi repetida em outras ocasiões durante a COP-28. No dia 02 de dezembro, o país aderiu ao Tratado de Não Proliferação de Combustíveis Fósseis, uma coalizão de 13 países que objetivavam a eliminação gradual do uso de combustíveis fósseis⁹⁷. Já em janeiro de 2024, durante o Fórum Econômico Mundial, em Davos, reforçou novamente a busca por um “Plano Marshall” para o clima, objetivando a troca da dívida externa por ações concretas no enfrentamento à crise climática⁹⁸.

Já em fevereiro de 2024, um segundo evento relevante colocou em suspenso os avanços para uma integração regional em prol da Amazônia. Desde um desentendimento entre a Colômbia e o Peru, na nomeação do Secretário Geral, o posto se mantém vago. O motivo foi o apoio de Petro ao ex-presidente peruano Pedro Castillo, preso após uma tentativa de autogolpe em 2022. O presidente colombiano criticou a prisão de Castillo sem uma condenação prévia. Como resultado, a aprovação do candidato colombiano Martín Vonhildebrand ao cargo não obteve êxito, já que é necessário consenso dos países membros. Assim, até junho de 2024, a organização ainda não havia apontado um novo secretário-geral⁹⁹.

Dessa maneira, observa-se o grande empenho do presidente colombiano na construção de uma agenda climática que beneficie não somente o próprio país, mas também a região sul-americana. No entanto, não se deve ignorar que a construção dessa agenda gera dissonâncias entre os setores da sociedade, sobretudo entre os grandes detentores de capital proveniente da exploração de petróleo.

Dificuldades de implementação da PEC para o clima

Conforme apontado anteriormente, a política externa colombiana caracteriza-se pela fragmentação, em que as estratégias de implementação da agenda ocorrem de forma difusa internamente, com pouca coordenação entre as instituições, ainda que garanta certa autonomia para o executivo colombiano. Assim, apesar das ideias serem submetidas a nível internacional pelo presidente colombiano, que possui um claro interesse em tornar-se um

⁹⁴Ibidem

⁹⁵Monitor Pan-Amazônia. Colômbia. Novembro de 2023. Disponível em: <http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2023/12/Monitor-Pan-Amaz%C3%B4nia-Novembro-2023.pdf>. Acesso em: 23/06/2024

⁹⁶EL TIEMPO. Idea de posible sociedad entre Ecopetrol y Pdvsa causa polémica: ¿qué tan viable es? 22/11/2023. Disponível em: <https://www.eltiempo.com/economia/sectores/ecopetrol-los-puntos-a-favor-y-en-contra-en-alianza-con-pdvsa-de-venezuela-827337>. Acesso em 23/06/2024

⁹⁷Monitor Pan-Amazônia. Colômbia. Dezembro de 2023. Disponível em: <http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2024/01/Monitor-Pan-Amaz%C3%B4nia-Dezembro-2023.pdf>. Acesso em: 23/06/2024

⁹⁸Monitor Pan-Amazônia. Colômbia. Janeiro de 2024. Disponível em: <http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2024/02/Monitor-Pan-Amaz%C3%B4nia-Janeiro-2024.pdf>. Acesso em: 23/06/2024

⁹⁹Monitor Pan-Amazônia. Colômbia. Fevereiro de 2024. Disponível em: Monitor Pan-Amazônia. Colômbia. Janeiro de 2024. Disponível em: <http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2024/02/Monitor-Pan-Amaz%C3%B4nia-Janeiro-2024.pdf>. Acesso em: 25/06/2024

líder na pauta climática, a nível local, observa-se a dificuldade da implementação de sua agenda de governo.

A posição do país perante assuntos relacionados ao clima tem despertado o interesse de investidores, no entanto, ainda não foram fechados acordos sobre este tema. Estas oportunidades surgiram em diversas plataformas multilaterais como a Conferência Amazônica de Belém, com a delegação dos Emirados Árabes Unidos, assim como na COP 28 em Dubai. Apesar disso, apenas projetos de investimento em temas relacionados à educação e paz foram acordados com os Emiratos. Já em caráter jurídico, foi firmado com o Chile uma consulta perante à Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre as obrigações dos Estados em relação à emergência climática. Acordos sobre o tema também foram firmados com a Espanha e a China, porém apenas uma declaração de interesses¹⁰⁰.

Ademais, o presidente enfrenta dificuldade em colocar em marcha um de seus principais planos: a troca de dívida externa por ação climática, o assim chamado “Plano Marshall Climático” de Petro. Até janeiro de 2024, o presidente apresentou esta proposta em 12 das 26 viagens internacionais feitas, e, em 9 das 13 cúpulas internacionais que participou, foi esta a sua principal bandeira. Apesar dos esforços empenhados nesta campanha, ainda não há avanços concretos neste tópico, apenas a inserção do tema na declaração final da cúpula de Belém, e o bom recebimento da proposta pelo presidente norte-americano, Joe Biden¹⁰¹.

A Cúpula da Biodiversidade (COP-16), que ocorrerá em Cali entre outubro e novembro de 2024 é avaliada pelo presidente colombiano como uma oportunidade de inserir a região sul americana em fóruns estratégicos, com vistas a que a agenda nesses espaços devem ser em prol de ações que levem à eliminação progressiva de combustíveis fósseis¹⁰². Esta é a primeira vez que um país latino-americano irá sediar a cúpula, e Petro defende que este momento será ideal para o posicionamento da região como um destino de investimento em energias renováveis¹⁰³. Ainda é cedo para saber os resultados da Conferência de Cali, mas espera-se que este evento alavanque a liderança colombiana a nível regional, ainda que o Estado brasileiro, sob comando de Lula, seja um forte concorrente para o posto, tendo em vista a realização da COP 30 no Brasil em 2025, a principal Conferência da ONU sobre mudanças climáticas.

Compreende-se portanto a política externa colombiana e mais especificamente, a figura de Petro, como a de uma liderança em defesa do meio ambiente e do uso sustentável da terra nas Américas, posicionando o Estado colombiano como peça central no combate ao capitalismo globalizado, ainda que em colaboração com potências tradicionalmente hegemônicas, como os Estados Unidos e países europeus, mas apoiando-se em um discurso progressista¹⁰⁴. No entanto, este posicionamento, apesar de liderado pelo executivo, não é levantado apenas por ele, mas também por seus ministérios e outros órgãos não governamentais interessados no tema.

As negociações de paz com o EMC e a agenda climática de Petro

Por fim, deve-se ressaltar, ainda que brevemente, os principais desafios internos que enfrenta o presidente Petro, e o papel desses eventos para dificultarem a implementação da agenda climática em nível global e local. Assim, cabe destacar a implementação da política de Paz Total. Poucos meses após assumir o governo, as negociações com o grupo

100Ibidem

101Ibidem

102Monitor Pan-Amazônia. Colômbia. Março de 2024. Disponível em: <http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2024/05/Monitor-Pan-Amaz%C3%B4nia-Mar%C3%A7o-2024.pdf>. Acesso em: 29/06/2024

103LA SILLA VACÍA. Viajes de Petro se han quedado en retórica sobre cambio climático. Disponível em: <https://www.lasillavacia.com/silla-nacional/viajes-de-petro-solo-se-han-queda-do-en-retorica-sobre-cambio-climatico/>. Acesso em 29/06/2024

104CANCHILA-VEILILLA, María Andrea et al. Condiciones de posibilidad de la política exterior colombiana en el gobierno de Gustavo Petro frente a la emergencia climática y la problemática ambiental. Revista Ratio, V. 18 N. 36, p. 73-78, março 2023.

paramilitar Exército de Libertação Nacional (ELN)¹⁰⁵ foram retomadas após mais de três anos interrompidas¹⁰⁶. Em seguida, foi a vez do Exército Maior Central (EMC), em outubro de 2023¹⁰⁷. Por fim, em junho de 2024, membros da Segunda Marquetalia¹⁰⁸ deram início aos diálogos de paz com a gestão de Petro¹⁰⁹. Entre esses, o EMC tem gerado desafios na implementação da agenda ambiental do presidente colombiano.

O Estado Mayor Central (EMC)¹¹⁰ encontra instabilidade nas negociações com o governo, tendo a mesa de diálogo sido adiada de junho para julho de 2024. Até o momento não há uma agenda de diálogos pré-estabelecida, ainda que as mesas de negociação tenham começado em outubro de 2023. O cessar-fogo com o grupo liderado por Iván Mordisco foi suspenso em março de 2024 tendo em vista a escalada de violência nas regiões de Cauca, Valle del Cauca e Nariño. Deve ser ressaltado que esta não é a primeira crise com o grupo, o que indica que o processo de paz parece chegar a seu limite¹¹¹.

O cerne da questão é a conturbada relação entre o grupo de guerrilha EMC e as questões ambientais que se entrelaçam de maneira evidente. Ainda em fevereiro de 2024, os diálogos de paz obtiveram avanços positivos e inéditos: como resultado do ciclo de conversas, chegou-se a um acordo referente à agenda ambiental, inédita até então. Ambas as partes haviam se comprometido a dar maior atenção aos problemas ambientais da Amazônia às áreas protegidas no país¹¹².

No entanto, em abril de 2024, a Ministra do Meio Ambiente Susana Muhamad denunciou o considerável aumento do desmatamento na região amazônica no primeiro trimestre do ano em curso. O motivo para tal seria a utilização do território da Amazônia como chantagem contra o governo colombiano nas negociações de paz. O EMC controla áreas de mineração ilegal na floresta, e já no primeiro trimestre foi observado o aumento do desmatamento em 40% em relação ao último trimestre de 2023¹¹³.

Cabe ressaltar que as atividades extrativistas, que foram, em parte, o motor do conflito 105O Exército de Libertação Nacional (ELN) surgiu em 1964 com grande influência da revolução Cubana, e atuava mais como um partido político armado. Seu objetivo era tomar o poder através das armas, objetivando estabelecer o poder político e econômico. Em 1986, após crises, o grupo se transforma em uma guerrilha. Para mais informações, acesse: <https://www.lasillavacia.com/silla-nacional/asi-va-el-proceso-de-paz-con-el-ejercito-de-liberacion-nacional/>.

106LA SILLA VACÍA. Así va el proceso de paz con el Ejército de Liberación Nacional. 26 jan 2024. Disponível em: <https://www.lasillavacia.com/silla-nacional/asi-va-el-proceso-de-paz-con-el-ejercito-de-liberacion-nacional/>. Acesso em: 29 jun 2024

107LA SILLA VACÍA. Así va el proceso de paz con el Estado Mayor Central de las FARC. 26 jan 2024. Disponível em: <https://www.lasillavacia.com/silla-nacional/asi-va-el-proceso-de-paz-con-el-estado-mayor-central-de-las-farc/>. Acesso em: 29 jun 2024

108A Segunda Marquetalia é outra dissidência das Farc, fundada em 2019 por Iván Márquez, um dos negociadores do Acordo de Havana, que celebrou o fim das Farc. O motivo pelo qual teria violado o acordo de paz, foi por ter entendido que a Procuradoria de Humberto Martínez teria orquestrado uma armadilha para captura em flagrante de “Jesús Santrich”, seu aliado e também fundador da guerrilha. Para mais informações, acesse: <https://www.lasillavacia.com/silla-nacional/asi-van-los-acercamientos-de-la-paz-total-con-la-segunda-marquetalia/>.

109LA SILLA VACÍA. Así va el proceso de paz con la Segunda Maquetalia. 26 jan 2024. Disponível em: <https://www.lasillavacia.com/silla-nacional/asi-van-los-acercamientos-de-la-paz-total-con-la-segunda-marquetalia/>. Acesso em: 29 jun 2024.

110O Estado Maior Central (EMC) das Farc formou-se em 2016 por dissidências do grupo Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). Possui como Líder Iván Mordisco, o primeiro ex-integrante das Farc a se distanciar das negociações de paz durante o governo de Juan Manuel Santos. Neste ano, fundou o projeto armado conhecido como o EMC, responsáveis por mortes de signatários do acordo de paz com as Farc. Para mais informações, acesse: <https://www.lasillavacia.com/silla-nacional/asi-va-el-proceso-de-paz-con-el-estado-mayor-central-de-las-farc/>.

111LA SILLA VACÍA. Violencia en Cauca quiebra la esperanza de Petro en la paz con el EMC. 18 março 2024. Disponível em: <https://www.lasillavacia.com/silla-nacional/violencia-en-cauca-quiebra-la-esperanza-de-petro-en-la-paz-con-el-emc/>. Acesso em: 29/06/2024

112Monitor Pan-Amazônia. Colômbia. Fevereiro de 2024. Disponível em: Monitor Pan-Amazônia. Colômbia. Janeiro de 2024. Disponível em: <http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2024/03/Monitor-Pan-Amaz%C3%B4nia-Fevereiro-2024.pdf>. Acesso em: 29/06/2024

113Monitor Pan-Amazônia. Colômbia. Abril de 2024. Disponível em: Monitor Pan-Amazônia. Colômbia. Janeiro de 2024. Disponível em: <http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2024/05/Monitor-Pan-Amaz%C3%B4nia-Abril-2024.pdf>. Acesso em: 29/06/2024

armado no país, são prejudiciais às vidas humanas e também ao meio ambiente. Assim, considerando a necessidade urgente de os Estados adotarem profundas reformas no sistema econômico mundial para enfrentar as mudanças climáticas, e entendendo que a exploração exacerbada de recursos naturais, para atender às demandas de um mercado global podem ter graves consequências ambientais a nível mundial, o comprometimento colombiano torna-se primordial¹¹⁴.

Conclusão

Após apresentar, ainda que brevemente, a agenda de política externa colombiana para o clima, percebe-se a influência da perspectiva presidencial na mesma, assim como o interesse de Petro em tornar-se um líder na região sobre o tema. Apesar disso, poucas pautas climáticas foram de fato concretizadas durante os dois primeiros anos de governo. Isto, por sua vez, se dá pela fragmentação da política externa, que não é coordenada de forma centralizada, não havendo, portanto, uma estratégia interna de implementação do seu discurso. Ademais, algumas das decisões colocadas em prática, como a suspensão de novos contratos de exploração de matérias primas para combustíveis fósseis, são consideradas por especialistas como arriscadas, já que podem levar a Colômbia a perder sua soberania energética e autossuficiência a longo prazo¹¹⁵.

Além disso, a construção da Política Externa Colombiana (PEC) é baseada, sobretudo, na cooperação regional, tendo a OTCA como organização que coordena estes interesses. No seio desta organização, apesar de ter o Brasil como um parceiro estratégico para o avanço de pautas como a conservação do bioma da Amazônia e cooperações técnico-científicas da região, as diferenças de perspectivas em relação ao processo de transição energética são uma realidade.

Ao passo em que Petro aposta no fim da exploração de combustíveis fósseis no bioma, indo contra interesses sobretudo da iniciativa privada, o presidente brasileiro age com mais cautela. Cabe ressaltar que, diferente de Petro, Lula possui maior interesse em buscar a conciliação sobre o tema dada as divergências existentes tanto dentro quanto fora do aparato governamental¹¹⁶.

Já a posição colombiana pode ser entendida como uma busca pela liderança regional no avanço de pautas climáticas por parte do executivo. Ao defender uma transição energética mais acelerada, a posição presidencial colombiana não necessariamente reflete os demais setores da sociedade, já que a exploração de petróleo na região amazônica ainda é bem vista pela elite empresarial do país. Ademais, a aproximação com a estatal petroleira venezuelana para a exploração de gás natural e petróleo na Venezuela levanta críticas à gestão de Petro.

Para além da transição energética, outra pauta vem enfrentando dificuldades para ser posta em marcha: a troca de dívida externa por ação climática. Apesar de ser um dos principais planos do presidente a nível global, abordando o assunto em diversos fóruns multilaterais e reuniões bilaterais, ainda não há nenhuma ação concreta para a criação deste mecanismo.

Por fim, o presidente defende que a Cúpula da Biodiversidade (COP 16) que ocorrerá no segundo semestre de 2024 posicionará o país como um líder regional para o assunto. No entanto, não se deve deixar de levar em consideração a posição de liderança brasileira no

114CANCHILA-VEILILLA, María Andrea et al. Condiciones de posibilidad de la política exterior colombiana en el gobierno de Gustavo Petro frente a la emergencia climática y la problemática ambiental. Revista Ratio, V. 18 N. 36, p. 84, março 2023.

115DIALOGUE EARTH. Colômbia sob Petro: Maioria de planos ambientais segue só no papel. Disponível em: <https://dialogue.earth/pt-br/clima/390308-colombia-petro-planos-ambientais/>. Acesso em: 25/06/2024

116A exemplo, observa-se a contraposição entre os Ministérios de Minas e Energia e o Ministério de Meio Ambiente do Brasil sobre a exploração do petróleo na região da Foz do Amazonas, em que o ministério da ambientalista Marina Silva junto com o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) busca dissuadir o presidente brasileiro da empreitada. Ao mesmo tempo, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, une-se com a estatal Petrobras na busca da concessão da licença de exploração.

Para mais informações, acesse: <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/06/19/ministro-de-minas-e-energia-defende-exploracao-de-petroleo-na-foz-do-amazonas-e-a-visao-majoritaria-no-governo.ghtml>. Acesso em 27/07/2024

tema, que sediará a principal conferência para o Clima em 2025, a COP 30, além de que a maior porção da região amazônica está em território brasileiro.

Por fim, entre outros desafios internos, a Colômbia precisa construir ainda um melhor encaminhamento para o projeto de Paz Total, estabelecido no início do governo de Petro para a retomada do diálogo entre grupos de guerrilha e o governo. Apesar das mesas de negociações terem sido postas, poucos avanços foram realmente realizados. Além disso, a ameaça do Estado Maior Central de utilizar o território amazônico como chantagem nas negociações dificulta não somente a obtenção de um acordo de paz, como também prejudica a imagem colombiana no sistema internacional.

O caminho para o desenvolvimento sustentável é viável e está sendo pavimentado principalmente pelos países do Sul Global. Entre eles, a Colômbia se destaca com a eleição de um líder de esquerda que coloca a agenda climática no centro de suas prioridades internacionais. No entanto, para atingir os objetivos almejados, é essencial uma coordenação que envolva não apenas uma posição mais uníssona entre os atores governamentais e não estatais colombiano, mas também a cooperação com países vizinhos, e, sobretudo, a responsabilização dos países do Norte pelo papel que desempenham na aceleração das mudanças climáticas. Nesse contexto, Gustavo Petro tem sido uma voz ativa em fóruns globais sobre a questão climática. Contudo, para se firmar como um líder de destaque na luta contra as adversidades climáticas, é preciso transformar suas grandes ideias em ações concretas.





GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Monitor da Governança Pan-Amazônica

Abril de 2024

Este monitor registra como a Amazônia apareceu na agenda dos presidentes e Ministérios de Relações Exteriores dos países sul-americanos amazônicos em janeiro de 2024. Ao final, também inclui destaques do trabalho da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) no mesmo período. Através de uma série de monitores mensais, o Observatório Político Sul-Americano ([OPSA](#)) busca criar uma base de informações públicas que permitam avaliar as convergências e divergências políticas entre os governos analisados nos múltiplos temas que envolvem a Pan-Amazônia, além de acompanhar a trajetória da OTCA ao longo do tempo. Os monitores fazem parte do projeto de pesquisa “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia”, desenvolvido pelo OPISA desde julho de 2023, em parceria com o [OIMC](#) e o [LEGAL](#). O projeto é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), no âmbito do edital [Iniciativa Amazônia+10](#).

Sumário

Bolívia.....	36
Brasil.....	38
Colômbia.....	40
Equador.....	42
Guiana.....	43
Peru.....	44
Suriname.....	45
Venezuela.....	46
OTCA.....	47

Bolívia

Por Marília Closs e Débora Bedim

No mês de abril de 2024, números elevados de desmatamento na Bolívia, referentes ao ano anterior, foram notícia: 3,5 milhões de hectares, o equivalente à superfície do Uruguai [1]. Em meios de comunicação nacionais, como o jornal El Deber, o desmatamento repercutiu sobretudo em função do Dia da Terra – ou, na Bolívia, o Día de la Madre Tierra –,



comemorando em 22 de abril. Destacou-se, também, a falta de políticas públicas direcionadas ao enfrentamento do problema [1]. No exterior, o jornal britânico The Guardian noticiou que a Bolívia está entre os países que tiveram aumento nos números ligados ao desmatamento pelo terceiro ano consecutivo, impulsionado, em grande parte, pela expansão do cultivo de soja em área florestal [2].

No último dia do mês de abril, o Ministério de Medio Ambiente y Agua apresentou sua primeira prestação pública de contas do ano de 2024. Entre os elementos do informe, o ministro Alan Lisperguer Rosales destacou os cinco eixos de trabalho de combate à mudança do clima, no que se inclui a proteção de florestas [3]. Ainda no que diz respeito ao bioma amazônico, o ministério entregou insumos para o combate à seca em Santa Cruz [4].

Na política externa, algumas questões ligadas à Amazônia boliviana foram temas de eventos na ONU. De 15 a 26 de abril, foi realizado o 23º Período de Sesiones del Foro Permanente para las Cuestiones Indígenas de la ONU, em Nova York. David Choquehuanca, vice-presidente do país, e Celinda Sosa, chanceler, compareceram. Ambos participaram de diversas atividades, porém seus discursos não deram ênfase ao bioma amazônico, via de regra. Uma exceção foi a participação da chanceler Celinda Sosa no painel Retos y Oportunidades para el Establecimiento del Mecanismo Amazónico de Pueblos Indígenas en el OTCA [5]. Em preparação para estes eventos na ONU, o Ministério das Relações Exteriores organizou, no dia 6, o Taller de Socialización para las Organizaciones Sociales de Bolivia y el Consejo Nacional Afroboliviano (CONAFRO). O evento contou com representantes da Amazônia boliviana, com destaque para a participação da Confederación de Pueblos Indígenas del Oriente, Chaco y Amazonía de Bolivia (CIDOB) [6].

No dia 15 de abril, ainda durante a agenda em Nova York, a chanceler Celinda Sosa se encontrou com Sonia Guajajara, ministra dos Povos Indígenas do Brasil. De acordo com o relato da chanceler, a conversa passou por temas como o papel das mulheres camponesas e indígenas na gestão e na decisão política [7]. Ainda no que diz respeito às relações bilaterais com o Brasil, no dia 24, foi realizada a primeira reunião técnica dos grupos de trabalho para implementar um memorando de entendimento entre o Brasil e a Bolívia em temas de fertilizantes e agroindústria. Nas redes sociais, a chancelaria boliviana afirmou que se trata de uma relação focada no desenvolvimento sustentável e na segurança alimentar.

No final do mês, a Bolívia assumiu a presidência da Rede Amazônica de Autoridades da Água (RADA), que faz parte da governança da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e cuja criação foi acordada na Declaração de Belém de 2023 [8]. No evento, foi criado o painel de apoio técnico especializado e houve as primeiras discussões sobre um plano de trabalho. Também foram realizados outros eventos, dos quais a Bolívia participou, como o III Comité Directivo del Proyecto Cuenca Amazónica – Implementación del Programa de Acciones Estratégicas, o Taller Regional de Presentación del Documento CEO Endorsement del Proyecto Hacia Una Mejor Comprensión de los Sistemas Acuíferos Amazónicos (oficina na qual a Bolívia apresentou seus projetos pilotos de tecnologia de gestão de aquíferos transfronteiriços e monitoramento de qualidade da água) e o V Taller Técnico Regional de Análisis de Intervenciones Nexus Multisectorial para la Cuenca Amazónica. Cabe notar que a agenda ligada a recursos hídricos é uma das que mais avança no âmbito da OTCA [9].

Referências

[1]Disponível em: <https://eldeber.com.bo/pais/el-calentamiento-la-deforestacion-y-la->

[contaminacion-las-heridas-de-la-madre-tierra-en-bolivia_363848](#)

[2]Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2024/apr/04/global-deforestation-rainforest-climate-goals-brazil-colombia-agriculture>

[3]Disponível em: <https://www.mmaya.gob.bo/2024/05/01/ministerio-de-medio-ambiente-plantea-cinco-ejes-de-trabajo-para-combatir-la-crisis-climatica-en-bolivia/>

[4]Disponível em: <https://www.facebook.com/Min.MedioAmbienteyAgua/posts/>

[5]Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=813074257305342>

[6]Disponível em: <https://www.facebook.com/CancilleriaBolivia/posts/>

[7]Disponível em: <https://www.facebook.com/CancilleriaBolivia/posts/>

[8]Disponível em: <https://www.facebook.com/CancilleriaBolivia/posts/>

[9]Disponível em: https://cancilleria.gob.bo/mre/2024/04/29/15000/?fbclid=IwZXh0bgNhZW0CMTAAAR17s7024TtoS3w0aIoaqICaaKvtBktPNmzaZSIxYweoBEB-0tWyt-h3erI_aem

Brasil

Por Diogo Ives e Guilherme Fritz

Em abril de 2024, o governo federal brasileiro deu um passo em direção ao fortalecimento de uma governança multinível na Amazônia. No dia 4, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) publicou, no Diário Oficial da União, uma portaria com as regras para a adesão de prefeituras ao Programa União com Municípios pela Redução de Desmatamento e Incêndios Florestais, anunciado em setembro de 2023 e voltado para a Amazônia Legal. O programa vai investir R\$ 600 milhões do Fundo Amazônia em 69 municípios amazônicos [1].

As cidades que aderirem serão priorizadas em ações relacionadas ao apoio à regularização ambiental e fundiária; à análise de requerimento de desembargo junto ao IBAMA e ao ICMBio; à recuperação da vegetação nativa; e a outros pontos previstos na legislação ambiental federal. Além da assinatura do prefeito, o termo de adesão deve ser ratificado por, no mínimo, um vereador (preferencialmente o presidente da Câmara de Vereadores) e receber apoio, por escrito, de um deputado estadual e um deputado federal e/ou um senador de seu estado [2].

A aplicação dos recursos seguirá a lógica de “pagamento por performance”, na qual o repasse do dinheiro é condicionado à redução realizada do desmatamento e dos incêndios florestais. Quanto mais essas taxas caírem, maior será o valor repassado às prefeituras. De acordo com o MMA, os investimentos chegarão aos municípios em bens e serviços, inclusive pagamentos por serviços ambientais. A simples adesão ao programa já garante às prefeituras um montante de R\$ 500 mil em equipamentos e serviços para estruturação de governança, cooperação e monitoramento [3].

As ações das prefeituras deverão estar alinhadas ao Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal. Também se exige que os municípios se comprometam com ações para a redução contínua do desmatamento e da degradação florestal; tenham Secretaria Municipal responsável pelas políticas de Meio Ambiente ou de sustentabilidade; realizem uma reunião do Conselho Municipal de Meio Ambiente em até 90 dias; e tenham ou criem um corpo técnico para atuar como ponto focal de acompanhamento das ações relativas ao programa [1]

Entretanto, o anúncio das regras do programa foi feito em meio a uma paralisação parcial de servidores do IBAMA e do ICMBio, órgãos vinculados ao MMA, que estão negociando uma recomposição salarial. Em abril, completaram-se 100 dias de paralisação, o que implicou

uma queda de 67% no número de multas emitidas pelo IBAMA no primeiro trimestre de 2024 em relação ao mesmo período do ano anterior. Na Amazônia Legal, a queda foi ainda mais expressiva: 81% [4].

No que se refere à agenda presidencial, no dia 15, o presidente Lula assinou um decreto que criou o Terra da Gente, programa para reforma agrária que tende a ter efeitos sobre o ordenamento fundiário na Amazônia. A intenção é beneficiar 295 mil famílias em todo o país até 2026, sendo 74 mil assentadas, 221 mil reconhecidas ou regularizadas em lotes de assentamentos existentes e sete mil que devem acessar as terras por meio do Programa Nacional de Crédito Fundiário. Durante o lançamento do programa, o governo assinou a criação de nove assentamentos rurais, sendo oito em estados da Amazônia Legal e um no Rio Grande do Sul [5].

Na política externa, Lula fez uma viagem à Colômbia, em 17 de abril, para se reunir com seu homólogo, Gustavo Petro, com quem reforçou a intenção de promover cooperações na agenda ambiental, inclusive na Amazônia, conforme detalhado na seção a seguir. Por sua vez, o embaixador André Aranha Corrêa do Lago, negociador-chefe do Brasil nas COPs do Clima da ONU e copresidente de quatro grupos de trabalho no G20, afirmou, em entrevista ao jornal Valor Econômico, que a discussão mais importante do ano será sobre finanças climáticas. Na COP-29, o foco serão os recursos públicos que países desenvolvidos devem repassar aos países em desenvolvimento (o valor de US\$ 100 bilhões anuais, acordados no Acordo de Paris de 2015 e nunca concretizados, são considerados insuficientes hoje). No G20, o objetivo é eliminar o gargalo do financiamento à iniciativa privada ofertado por bancos de desenvolvimento e, assim, ampliar planos de transição ecológica. Segundo o embaixador, uma maior mobilização de recursos em favor do clima tende a fortalecer a bioeconomia, que “vai desde a produção extrativista sustentável de açaí na Amazônia até a produção sustentável de etanol” [6].

Por fim, cabe registrar um episódio que ocupou a atenção da mídia no mês: no dia 4 de abril, a Polícia Federal, sob instrução do Ministério da Justiça, capturou dois fugitivos de uma prisão de segurança máxima do Rio Grande do Norte. Ambos foram encontrados no Pará, após semanas de busca. O episódio chamou atenção para a atuação crescente do crime organizado na Amazônia brasileira, pois os dois fugitivos eram ligados ao Comando Vermelho do Acre, que domina rotas de narcotráfico no estado (sendo as drogas oriundas da Colômbia e do Peru), e receberam auxílio da facção após a fuga. Segundo o Ministério Público do Pará, o Comando Vermelho tem cerca de 11 mil membros apenas no estado, usado para exportar drogas pelo Atlântico. Por sua vez, segundo o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes, o avanço do tráfico na Amazônia vem impulsionando crimes ambientais, como a ocupação irregular de terras, a extração de madeira irregular e o garimpo ilegal [7].

Referências

[1]Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-04/prazo-para-aderir-ao-controle-do-desmatamento-comeca-dia-12-de-abril>

[2]Disponível em: <https://climainfo.org.br/2024/04/05/governo-publica-regras-para-municipios-da-amazonia-aderirem-a-programa-antidesmatamento/>

[3]Disponível em: <https://climainfo.org.br/2024/04/10/programa-de-combate-ao-desmatamento-na-amazonia-ja-tem-adesao-de-53-municipios>

[4]Disponível em: <https://climainfo.org.br/2024/04/24/paralisacao-de-servidores-ambientais-completa-100-dias/>

[5]Disponível em: https://cultura.uol.com.br/noticias/65584_lula-lanca-o-terra-da-

[gente-programa-para-a-reforma-agraria.html](#)

[6]Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/04/05/financas-e-discussao-mais-importante-do-ano-diz-embaixador-correa-do-lago.ghtml>

[7]Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/fugitivos-de-mossoro-para-onde-criminosos-foram-capturados-sofre-com-avanco-do-comando-vermelho/>

Colômbia

Por Isabella Pereira e Júlia Furtado Reis

No dia 8 de abril, em conferência feita para apresentar o novo balanço de desmatamento da Amazônia colombiana, a ministra do Meio Ambiente, Susana Muhamad, apontou para um aumento considerável no desmatamento da região durante o primeiro trimestre de 2024. O principal motivo seria o uso que dissidentes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC)¹¹⁷ estão fazendo de territórios amazônicos como forma de chantagear o governo colombiano nas negociações de paz em andamento hoje [1].

Organizados na forma do grupo criminoso Estado-Maior Central (EMC), antigos membros das FARC e novos recrutas controlam áreas de mineração ilegal na floresta [2]. Em decorrência da mineração, a Colômbia, que há pouco havia comemorado uma redução drástica no desmatamento em 2023 em relação a 2022 [3], viu a taxa de desmatamento crescer cerca de 40% no primeiro trimestre de 2024 em relação a 2023 [4]. Muhamad afirmou que, desde outubro de 2023, disputas territoriais do governo com o EMC na região amazônica foram intensificadas e, como resultado, já no último trimestre de 2023, o desmatamento aumentou 41%, sendo maior justamente nas áreas em disputa com o grupo criminoso: Meta, Caquetá e Guaviare [4].

Ainda de acordo com Muhamad, a resposta do governo colombiano tem sido aumentar sua presença na área, de forma a reforçar o apoio aos camponeses nos territórios afetados pela atividade mineradora do EMC. Para a ministra, “a natureza está sendo colocada no meio do conflito e isto é uma violação do direito humanitário internacional, no qual, claramente, os danos ao ambiente são proibidos como forma de pressão armada” [4].

No dia 17 de abril, o presidente Gustavo Petro recebeu seu homólogo brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, para cumprir uma agenda bilateral que visava reforçar a aliança entre a Colômbia e o Brasil em diferentes áreas. A declaração conjunta de Petro e Lula, firmada como resultado da agenda, trouxe novas convergências e reforçou antigas diretrizes conjuntas na proteção do meio ambiente [5]. Na declaração, os presidentes reafirmaram “a importância de trabalhar em conjunto para o desenvolvimento e a implementação de um roteiro claro para a conservação e o desenvolvimento sustentável, harmonioso e inclusivo da Amazônia” [5] [6].

No que tange especificamente à Amazônia, dentre as 62 medidas apresentadas pelos dois países, oito versam sobre a região, destacando-se as seguintes: a busca pela conversão gradual da OTCA em uma instância de integração amazônica, e não só de cooperação; o chamado para a promoção de novos mecanismos para o financiamento climático, como a troca de dívida pública por ação climática, como um passo importante de proteção da região amazônica; o compromisso no estabelecimento da “Aliança Amazônica de Combate ao Desmatamento”, que foi acordada na Declaração de Belém, para cumprir as metas regionais de diminuição

117As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) foram uma guerrilha paramilitar de origem colombiana em atividade entre os anos de 1964-2016. Para mais informações, acesse: https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2023/10/16/interna_internacional,1577446/colombia-instala-mesa-de-negociacoes-com-dissidentes-das-farc.shtml. Último acesso em: 10 de maio de 2024.

do desmatamento através da cooperação; e a atenção ao trabalho em conjunto para superar os hiatos digitais, através de políticas públicas de inclusão digital. Em relação a este último ponto, ressalta-se o acordo de cooperação firmado entre o Ministério das Comunicações da República Federativa do Brasil e o Ministério de Tecnologias da Informação e Comunicação da República da Colômbia para levar internet de alta velocidade de Tabatinga, Brasil, à Leticia, na Colômbia [5].

Os dois presidentes também reconheceram o potencial de ambos os países na produção do hidrogênio verde e solicitaram à Ecopetrol e à Petrobras, principais petroleiras da Colômbia e do Brasil, uma análise exploratória das possibilidades para um projeto conjunto na geração de hidrogênio verde. A proposta de aliança entre a Petrobras e a Ecopetrol foi feita por Petro durante o Fórum Empresarial Brasil-Colômbia, em Bogotá, no dia 17 de abril. Na ocasião, Petro afirmou que, levando em consideração as vantagens comuns que ambos os países possuem na produção de energia, a aliança poderia os tornar “campeões mundiais de energia limpa” [7].

Ainda durante o encontro dos presidentes, um ponto relevante foi levantado pelo presidente colombiano: a importância do abastecimento de água doce viabilizada pela floresta amazônica. A declaração ocorreu em um momento em que a capital colombiana passa por uma crise hídrica. [8] Tendo isto em mente, Gustavo Petro anunciou um dia cívico para poupar água e energia no país, que ocorreu em 19 de abril. Um dia cívico é um dia concedido por autoridades locais ou estaduais para que as pessoas possam contribuir para as atividades planejadas para a data. Cabe ressaltar que a crise hídrica é uma consequência do fenômeno do El Niño, que contribuiu para a redução dos reservatórios de água na Colômbia [9].

Referências

- [1]Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2024/04/24/floresta-amazonica-se-torna-refem-dos-guerrilheiros-em-negociacoes-na-colombia.htm>
- [2]Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/04/16/comandante-da-principal-dissidencia-das-farc-abandona-negociacoes-de-paz-na-colombia.ghtml>
- [3]Disponível em: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2024/04/04/por-que-brasil-e-colombia-lideraram-reducao-drastica-em-desmatamento-em-2023.ghtml>
- [4]Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/la-deforestacion-baja-en-2023-y-en-2024-enfrenta-amenazas/>
- [5]Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/noticias/declaracao-conjunta-dos-presidentes-de-brasil-e-colombia>
- [6]Disponível em: <https://www.elcolombiano.com/colombia/petro-le-pidio-a-lula-entrada-de-colombia-al-brics-el-foro-alternativo-al-g7-DN24290939>
- [7]Disponível em: <https://petro.presidencia.gov.co/prensa/Paginas/Presidente-Petro-propone-una-alianza-estrategica-entre-Ecopetrol-y-Petrobras-para-producir-hidrogeno-verde-240417.aspx>
- [8]Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2024-04/colombia-propoe-garantia-de-vida-quem-perder-eleicao-na-venezuela>
- [9]Disponível em: <https://www.elcolombiano.com/colombia/que-es-dia-civico-en-colombia-que-significado-tiene-ON24293940>

Equador

Por Ghaio Nicodemos e Beatriz Bandeira de Mello

No dia 10 de abril, o presidente do Equador, Daniel Noboa, participou da cerimônia de entrega dos Planos de Vida de 22 organizações indígenas da Circunscrição Territorial Especial Amazônica (CTEA). Os Planos de Vida são documentos elaborados pelas comunidades indígenas equatorianas com base em cinco elementos constitutivos: pluridiversidade, bioeconomia, cosmovisão, território, autonomia e governo. A iniciativa é resultado da cooperação entre o MAATE, o Ministério da Agricultura e da Pecuária e a Confederação de Nacionalidades Indígenas da Amazônia Equatoriana. Conta ainda com apoio financeiro do PROAmazônia e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Durante o evento, Noboa afirmou o compromisso do governo com o desenvolvimento e o progresso amazônico, respeitando as “as culturas milenares e territórios sagrados”, além de mencionar os narcoterroristas e a mineração ilegal como ameaças à biodiversidade amazônica [1].

Também no dia 10, em Archidona, província de Napo, o MAATE apresentou os resultados alcançados dentro do Plano de Ação REDD+, no marco dos programas PROAmazônia e REM (REDD for Early Movers) Equador, e dos projetos apoiados pelo Pago por Resultados REDD+ e do Departamento de Meio Ambiente, Alimentação e Assuntos Rurais do Reino Unido. Segundo o Ministério, o somatório de esforços das organizações possibilitou a realização de ações em prol dos povos indígenas e comunidades locais do Equador que incluem, para além dos Planos de Vida citados anteriormente, o fortalecimento de bioempreendimentos, a atualização do Plano de Manejo Florestal Kutukú Shaimi (Shuar), a proteção e conservação de territórios indígenas e a construção da Escola de Líderes Antisuyu Warmicuna. Nesse marco, também foram instalados sistemas de água segura e viveiros de restauração florestal, além de melhorias de infraestruturas comunitárias e ajuste de instrumentos de governança com inclusão dos enfoques de gênero e mudanças climáticas [2].

No dia 11, a ministra do MAATE, Sade Fritschi, e a Ministra de Produção, Comércio Exterior, Investimentos e Pesca (MPCEIP), Sonsoles García León, participaram do lançamento do Livro Branco de Bioeconomia, em Tena, província de Napo. A publicação analisa a relação entre economia global, meio ambiente e bioeconomia, destacando a influência de fatores produtivos, tecnológicos, econômicos, legais, políticos e ambientais. O processo de elaboração do documento contou com a participação de 292 atores ligados à bioeconomia no Equador, dentre representantes dos setores público e privado, organizações não-governamentais e acadêmicos. O Livro Branco aponta o ano de 2033 como meta para a transformação produtiva do Equador com base na inovação, sustentabilidade e aproveitamento responsável dos recursos biológicos [3].

O governo equatoriano deu início, em 15 de abril, ao processo de revisão e de atualização da Estratégia Nacional de Biodiversidad e seus planos de ação, com o objetivo de ajustar as estratégias de proteção a biodiversidade ao Marco Mundial de Biodiversidade Kunming-Montreal (MMB K-M). O processo contará com cinco oficinas regionais e uma nacional, que coordenaram mesas de diálogo com diferentes setores sociais, como comunidades locais e povos indígenas. A iniciativa conta com o apoio de diferentes organizações como a Agência de Cooperação Alemã, a Conservação Internacional, a WWF, dentre outras [4].

Em 23 de abril, a ministra Sade Fritschi viajou para Nova York, acompanhada do ministro da Agricultura e Pecuária, Danilo Palacios, onde participou de reunião organizada pelo PNUD para tratar de medidas que ajudem a manter o aquecimento global abaixo de 1,5°C. Junto ao PNUD, Fritschi reforçou os compromissos assumidos pelo país com a assinatura do



Acordo de Paris e destacou a articulação interministerial para cumprir as metas assumidas pelo Equador [5]. No mesmo evento, em 26 de abril, o ministro Palacios destacou que diversas empresas do país já implementaram protocolos de produção livres de desmatamento, sobretudo no setor do cacau e do café e compartilhou as experiências equatorianas através do Fondo Verde del Clima, programa apoiado pelo PNUD e o setor privado [6].

Referências

[1]Disponível em: <https://www.comunicacion.gob.ec/el-nuevo-ecuador-cristaliza-22-planes-de-vida-para-las-nacionalidades-indigenas-amazonicas/>

[2]Disponível em: <https://www.ambiente.gob.ec/el-compromiso-y-participacion-comunitaria-se-reflejan-en-los-resultados-obtenidos-en-el-plan-de-accion-redd-liderado-por-el-maate/>

[3]Disponível em: <https://www.bioeconomia.info/2024/04/15/ecuador-presento-su-libro-blanco-de-bioeconomia/>

[4]Disponível em: <https://www.undp.org/es/ecuador/noticias/ecuador-da-inicio-al-proceso-de-revision-y-actualizacion-de-su-estrategia-nacional-de-biodiversidad-y-su-plan-de-accion>

[5]Disponível em: <https://www.ambiente.gob.ec/en-nueva-york-la-ministra-sade-fritschi-destaco-las-acciones-que-impulsa-ecuador-para-combatir-la-deforestacion-y-el-cambio-climatico/>

[6]Disponível em: <https://www.undp.org/es/ecuador/comunicados-de-prensa/ecuador-lidera-acciones-climaticas-en-alianza-con-pnud-y-el-sector-privado>

Guiana

Por Guilherme Fritz

A situação em Essequibo continuou a ganhar novos capítulos no mês de abril. No início do mês, o presidente venezuelano, Nicolás Maduro, promulgou a “Lei Orgânica para a Defesa de Essequibo”, que provocou reações por parte do governo da Guiana [1][2]. Além de repudiar a medida, o governo guianense pediu uma reunião ao Conselho de Segurança das Nações Unidas para que o assunto fosse tratado. A reunião ocorreu no dia 9 de abril a portas fechadas. Nenhuma declaração definitiva foi emitida pelo Conselho [3].

Ainda em abril, o governo da Guiana aprovou o Projeto Whiptail, autorizando novas explorações de petróleo no bloco marítimo Stabroek por empresas privadas. A empreitada é apenas mais um dos muitos projetos do setor de óleo e gás que vêm se sucedendo desde 2015, sendo aprofundados em acordo com o governo guianense [4]. Os recursos minerais são responsáveis pelo rápido crescimento da Guiana nos últimos anos, de tal forma que, segundo o FMI, será o país com o maior crescimento do PIB em 2024 [5].

A riqueza é parte, mas não o todo, das causas que fazem de Essequibo um território em disputa. Há fatores que se somam à alta renda gerada pelo petróleo e seus derivados, tais como a oportunidade que um dos países mais pobres da América do Sul percebe para alavancar seu desenvolvimento, a longa história do litígio territorial entre Guiana e Venezuela, a posição venezuelana no sistema internacional e os interesses de empresas estadunidenses em tornar a Guiana um país exportador de óleo cru e, portanto, concorrente direto da Venezuela.

Este conjunto de elementos vem levando a um aumento dos contingentes militares na região, em uma espécie de processo de securitização [6] [7]. Maduro chegou a declarar que

bases militares secretas dos Estados Unidos haviam sido instaladas na região de Essequibo. Por mais que a Casa Branca tenha negado [8], é importante lembrar que, no ano passado, o presidente guianense, Irfaan Ali, chegou a declarar que a opção de instalar bases não estava descartada [9].

Referências

- [1]Disponível em: https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/04/03/essequibo-maduro-promulga-lei-sobre-territorio-da-guiana.ghtml?utm_source=substack&utm_medium=email
- [2]Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2024-04/guiana-rebate-venezuela-e-diz-que-nao-cedera-territorio-de-essequibo>
- [3]Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/conselho-de-seguranca-discute-crise-territorial-entre-venezuela-e-guiana/>
- [4]Disponível em: <https://guyanatimesgy.com/govt-greenlights-exxons-us12-7b-whiptail-project/>
- [5]Disponível em: <https://exame.com/mundo/guiana-e-o-pais-que-mais-vai-crescer-em-2024-segundo-o-fmi-veja-o-top-7/>
- [6]Disponível em: <https://guyanatimesgy.com/gdf-to-acquire-eu39-5m-ocean-patrol-vessel-to-strengthen-maritime-security/>
- [7]Disponível em: <https://guyanatimesgy.com/countries-in-guiana-shield-must-work-together-to-preserve-security-defense-pm/>
- [8]Disponível em: <https://guyanatimesgy.com/no-secret-military-base-in-guiana-white-house/>
- [9]Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c6pr237d1g7o>

Peru

Por Kethlyn Winter e Jefferson Nascimento

Em abril de 2024, o governo peruano promoveu ações apenas indiretamente relacionadas à Amazônia. Por exemplo, o vice-chanceler do país, Peter Camino Cannock, em reunião com o diretor executivo da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), abordou a importância de continuar a investir no “Proyecto Uchi CreActivo”, que tem como objetivo identificar as estratégias de comercialização de produtos e obras de criação de povos tradicionais. Outro ponto tratado na reunião foi a elaboração de um curso para diplomatas que trata da proteção dos sinais distintivos do Peru, a fim de otimizar as ações do país no exterior. A chancelaria afirmou que a propriedade intelectual é peça importante no desenvolvimento e na valorização das criações intelectuais indígenas, como no caso dos Cuentos de la Amazonía, Cuentos de la Isla de Amantani e Los relatos de frontera de los niños awajún y wambis de Amazonas [1].

Ainda a respeito dos povos indígenas, o Peru e a embaixada dos Estados Unidos promoveram a exposição New Worlds: Women to Watch 2024, sobre artistas feministas de diferentes países, o que contou com a participação da artista peruana Graciela Arias [2]. Sua obra intitulada Creación de Amazonas conta a história da origem do povo Shipibo-konibo e como a ayahuasca possibilitava a conexão do deus Ronin com as plantas, animais e espíritos. Além disso, a embaixada do Peru na Itália apresentou, em Roma, o lançamento de uma versão em italiano do livro Diario de la Amazonía de Roger Casement, de Angus Mitchell [3].

O livro retrata o período da exploração de borracha em Putumayo e como se deu o tratamento de indígenas amazônicos peruanos.

O foco do governo e da diplomacia do Peru com estes eventos culturais parece ser uma tentativa de dar visibilidade aos povos indígenas do país e talvez, com isto, encorajar sociedades estrangeiras a apoiar a preservação da Amazônia. Convém lembrar que, durante a cúpula entre chefes de Estado da OTCA, realizada em agosto de 2023, a presidenta Dina Boluarte reforçou, em seu discurso, a ambição de dar à Amazônia peruana um “rosto mais humano”, prezando pela preservação da floresta. Contudo, seu governo carece de medidas mais tangíveis para o enfrentamento das ações que ameaçam a floresta em pé.

Ao longo do mês de abril, houve algumas atividades voltadas para a proteção de fronteiras. Por exemplo, o diretor da chancelaria de Pucallpa, Raúl Fernando Meneses, reuniu-se com a prefeita de Coronel Portillo, Janet Castagne, para reforçar seu compromisso com as ações de inclusão social e de integração fronteiriça com Ucayali [4]. No âmbito da reunião, Meneses distribuiu exemplares do catálogo La Amazonía Expuesta. Além disso, em reunião do Comité de Coordinación Regional de Cooperación Técnica Internacional (CTI), o diretor da chancelaria de Amazonas pediu uma maior presença na cooperação internacional nas zonas fronteiriças, a fim de aproveitar as iniciativas do Coredif Amazonas e da futura Agencia Regional de Desarrollo para Amazonas [5]. Essas ações e reivindicações ocorreram com o objetivo de reforçar o desenvolvimento sustentável na região.

No entanto, nota-se uma ausência de ações estruturadas a partir das declarações feitas nas reuniões. Não decorrem delas políticas públicas mais sólidas e abrangentes em relação à Amazônia, o que sugere que o governo Boluarte tem usado a pauta ambiental, sobretudo, como objeto de promoção internacional, com ênfase na promoção de culturas indígenas através de pequenas ações pontuais.

Referências

[1]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/933306-vicecanciller-camino-sostuvo-reunion-con-el-director-ejecutivo-de-la-academia-de-la-organizacion-mundial-de-la-propiedad-intelectual-ompi>

[2]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/936832-new-worlds-women-to-watch-2024-celebra-la-cultura-amazonica-con-el-apoyo-de-la-embajada-del-peru-en-los-estados-unidos>

[3]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/942981-presentan-en-roma-la-version-en-italiano-del-libro-diario-de-la-amazonia-de-roger-casement>

[4]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/933643-cancilleria-pucallpa-y-municipalidad-de-coronel-portillo-acuerdan-impulsar-el-desarrollo-e-integracion-fronteriza-en-la-region>

[5]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/936949-cancilleria-amazonas-promueve-una-mayor-presencia-de-la-cooperacion-internacional-en-zonas-fronterizas-de-la-region>

Suriname

Por Guilherme Fritz

No mês de abril, Chan Santokhi e Xi Jinping, respectivamente presidentes do

Suriname e da China, reuniram-se em Pequim. O Suriname possui laços culturais singulares com a China, pois abriga um grande contingente de migrantes chineses e, portanto, parte da cultura daquele país. O encontro marcou a primeira visita de um presidente da América do Sul à China no ano de 2024. As declarações acerca da reunião renderam projeções otimistas quanto à cooperação bilateral. O Suriname faz parte do projeto da Nova Rota da Seda e vê com bons olhos os investimentos chineses em infraestrutura. Além disso, a aproximação entre os países representa uma projeção da influência chinesa, através de seu poder econômico, em um território visto historicamente pelos EUA como devendo ser parte de sua área de influência [1].

O Suriname é um país com mais de 90% do território coberto por florestas tropicais, sobretudo a Amazônia, o que significa que qualquer avanço infraestrutural que eleve o nível de comércio e produção vai confrontar a conservação do ambiente natural. Este impasse se apresenta como um desafio inescapável para o país. Cabe acompanhar se a parceria com a China envolverá transferência de tecnologia e condições de negócio mutuamente benéficas, de modo a contribuir para um projeto de desenvolvimento sustentável [2] [3]

Além disso, a aproximação entre Suriname e China reflete a disputa por influência no cenário global da potência asiática com os Estados Unidos. Este cenário pode vir a possibilitar uma movimentação pendular por parte dos países amazônicos. O pêndulo pode tender para o aliado com melhores propostas e mais ganhos materiais e estratégicos. As dinâmicas deste processo são um pano de fundo importante para os rumos da governança pan-amazônica, podendo influenciá-la direta ou indiretamente.

Referências

[1]Disponível em: <https://www.globaltimes.cn/page/202404/1310517.shtml>

[2]Disponível em: [Chinese premier meets Surinamese president \(www.gov.cn\)](http://www.gov.cn)

[3]Disponível em: <http://sr.china-embassy.gov.cn/eng/sbgxyw/202404/P020240414115156314929.pdf>

Venezuela

Por Thaís Jesinski Batista e Stephanie Braun

O principal acontecimento relacionado à Amazônia venezuelana em abril de 2024 foi a promulgação, no dia 4, da Lei Orgânica para a Defesa de Essequibo. A lei estava em tramitação na Assembleia Nacional desde o fim de 2023, após um plebiscito, realizado em 3 de dezembro com a população venezuelana, ter resultado no apoio à criação do estado de “Guayana Esequiba” [1]. A região é alvo de disputas históricas entre Venezuela e Guiana e tem seu território composto pela floresta amazônica. O espaço é habitado, majoritariamente, por tribos indígenas, não tendo grandes atividades econômicas. Nos últimos anos, no entanto, a exploração de petróleo na costa guianense aumentou as atenções direcionadas para esse território. A lei promulgada no dia 4 de abril por Nicolás Maduro contém 39 artigos e estabelece normas de governança e administração do novo estado venezuelano [2]. O governo da Guiana emitiu nota condenando a ação e afirmando que não permitirá a anexação da região, que corresponde a cerca de 75% do território guianês [3].

Para além da pauta de Essequibo, o presidente venezuelano incluiu a questão do clima em seus discursos em duas oportunidades. No dia 22 de abril, por ocorrência do Dia

Mundial da Terra, Maduro afirmou que a Venezuela possui um “um plano para mitigar toda a mudança climática, para enfrentar esta emergência climática e para dizer aos povos do mundo, da Venezuela: mudemos o sistema capitalista depredador para conseguir salvar a espécie humana”. O mandatário ainda declarou que os países do Sul são os que mais sofrem com os efeitos da emergência climática [4]. Já no dia 24 de abril, foi realizada, na Venezuela, a XXIII Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP). Entre as 7 prioridades destacadas por Maduro em seu discurso, consta avançar na criação de uma agência da ALBA-TCP para a mitigação do impacto da emergência climática [5].

Vale ressaltar, por fim, que o mês de abril também foi marcado por altas temperaturas e pela ocorrência de incêndios no território venezuelano. Os incidentes, que vinham se concentrando no estado de Carabobo, no norte do país, aproximaram-se da região metropolitana de Caracas neste mês. Também foram registrados incêndios na região da Amazônia venezuelana, no Parque Nacional Canaima [6]. Sobre os incêndios no Parque Waraira Repano, em Caracas, o ministro de Ecossocialismo, Josué Lorca, afirmou, no dia 8 de abril, não descartar que as ocorrências poderiam ter sido provocadas por atores com a intenção de desestabilizar o governo [7].

Referências

[1]Disponível em: <https://www.prensa-latina.cu/2024/04/03/presidente-de-venezuela-promulgo-ley-en-defensa-de-guayana-esequiba/>

[2]Disponível em: <https://www.globovision.com/nacional/19438/en-claves-que-establece-la-ley-organica-para-la-defensa-del-esequibo>

[3]Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2024-04/guiana-rebate-venezuela-e-diz-que-nao-cedera-territorio-de-essequibo>

[4]Disponível em: <https://mppre.gob.ve/2024/04/22/presidente-dia-mundial-tierra-valora-plan-mitigar-ambio-climatico/>

[5]Disponível em: <https://mppre.gob.ve/2024/04/24/en-claves-alba-tcp-marcha-siete-lineas-accion-para-consolidacion-agenda-2030/>

[6]Disponível em: <https://efectococuyo.com/cocuyo-chequea/aumentan-los-incendios-forestales-en-venezuela-y-el-chavismo-culpa-al-fascismo/>

[7]Disponível em: <https://efectococuyo.com/la-humanidad/ministro-asegura-que-incendios-en-caracas-son-provocados/>

OTCA

Por Beatriz Bandeira de Mello

No dia 2 de abril, a OTCA participou de uma reunião de lideranças comunitárias de Pacaje-Huanutuyo e Untuca, da região peruana de Puno, organizada pela Autoridade Nacional de Águas (ANA) do Peru [1]. O objetivo do encontro foi fortalecer a parceria para a instalação e a operação de estações hidrométricas e glaciológicas nas cordilheiras andinas de Carabaya e Apolobamba. Entre os dias 14 e 15 de março, os representantes comunitários se juntaram a autoridades da Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento de Recursos Hídricos (DPDRH), da Autoridade de Gestão de Águas de Madre de Dios e da Administração Local de Águas de Tambopata Inambari para discutir alternativas que garantam o fornecimento de água às

comunidades locais e o uso sustentável dos recursos hídricos.

A iniciativa, que faz parte do Projeto Bacia Amazônica (OTCA/PNUMA/GEF), trouxe para o debate o ponto de vista das comunidades sobre a diminuição da disponibilidade da água e a contaminação de fontes de abastecimento. Para aumentar o grau de conscientização e a capacitação da população local, ao longo do mês de março, a ANA realizou uma série de pesquisas e entrevistas com os cidadãos. Os rios Limbani, Huari Huari e San Gabán, que se conectam ao rio amazônico Inambari, estão nas cordilheiras nevadas de Carabaya e Apolobamba. Juntos, eles fornecem água a uma população de 30.727 habitantes e, indiretamente, a 220.000 habitantes das províncias de Carabaya e Sandia, no Peru.

No dia 3, foi divulgado um estudo sobre a situação da contaminação por mercúrio na Bacia Amazônica [2]. A mineração artesanal e de pequena escala (ASGM, na sigla em inglês) é uma das principais causas da poluição e, no Brasil, a prática está vinculada à extração ilegal e informal do ouro. O agravamento do garimpo ilegal provoca a contaminação de rios e peixes, o que prejudica a segurança alimentar e a saúde de comunidades indígenas e ribeirinhas. Assim, para embasar a elaboração de políticas públicas para monitorar e controlar o uso do mercúrio, a OTCA anunciou que está desenvolvendo o “Panorama sobre a Contaminação do Mercúrio na Região Amazônica” baseado na ferramenta Mercury Inventory Toolkit, elaborada pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), em 2013.

Em parceria com o instituto francês IRD (Institut de Recherche pour le Développement), o estudo estima quantificar e mapear através de georreferenciamento as fontes de liberações de mercúrio. Depois de concluir a etapa de localização, a ideia é compilar essas informações e incorporá-las ao Observatório Regional Amazônico (ORA) para que os países possam chegar a um consenso sobre os métodos e procedimentos mais adequados para quantificar o volume total de emissões de mercúrio na Bacia Amazônica. A ação segue as prerrogativas da Convenção de Minamata (2013), acordo internacional no âmbito do PNUMA que limita o uso do mercúrio, da qual todos os países pan-amazônicos são signatários. O relatório inicial, elaborado pelos pesquisadores Jeremie Garnier e Henrique Roig, apontou que as principais atividades humanas que liberam mercúrio no solo amazônico são o desmatamento, a agropecuária e as queimadas em grandes áreas florestais, além da mineração.

Na região, os pesquisadores, subsidiados pelas Avaliações Iniciais da Convenção de Minamata (MIAs) e pelos Planos de Ação Nacionais (PANs), identificaram altos índices de contaminação em amostras de peixes, solo e sedimentos e nos corpos de povos indígenas e comunidades ribeirinhas nas localidades de Beni e Pando (Bolívia), Madre de Dios (Peru), Chocó (Colômbia), Napo e Zamora (Equador) e no Escudo das Guianas, que também inclui o Suriname. Dentre as principais consequências da contaminação estão: a degradação dos ecossistemas aquáticos e do solo, além de prejuízos à saúde da população e impactos sociais, como o deslocamento de comunidades. O Brasil não enviou seus dados e por isso não integra o relatório preliminar.

No dia 11, foi veiculado que, entre os dias 16 e 19 de abril, autoridades se reuniram em Brasília, na sede da OTCA, para participar de eventos ligados à implementação do Programa de Ações Estratégicas (PAE) para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos na Bacia Amazônica [3]. Como parte das atividades previstas estavam: a III Reunião do Comitê Diretivo do Projeto Bacia Amazônica, que analisa os resultados alcançados em 2023 e planeja as atividades operacionais e financeiras para 2024; a 1ª Reunião da Rede Amazônica de Autoridades da Água (RADA), cuja finalidade é apoiar a cooperação e a ajuda mútua na gestão sustentável e monitoramento de recursos hídricos amazônicos; e o Workshop Regional para apresentação do documento de endosso ao “Projeto Rumo a um Melhor Entendimento



dos Sistemas Aquíferos Amazônicos (SAA) para sua Proteção e Gestão Sustentável” com ênfase em questões de comunicação, gênero e capacitação institucional.

No dia 16, o Coordenador para os Assuntos Indígenas da OTCA, Freddy Mamani, participou da terceira sessão do Fórum Permanente das Nações Unidas sobre as Questões Indígenas (UNPFII) [4]. Representando a organização e também na condição de Observador Permanente da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), Mamani falou sobre os povos indígenas da região amazônica e sua diversidade, apontando a relação que existe entre o cuidado, a preservação e a gestão harmoniosa dos recursos da Amazônia. Além de enfatizar o papel dos povos indígenas na proteção do bioma, Freddy reivindicou uma maior participação das comunidades na elaboração de políticas públicas sobre o tema e uma maior colaboração entre a OTCA e o Fórum Permanente, em consonância com a Declaração de Belém e o Mecanismo dos Povos Indígenas da Amazônia.

Também no dia 16, a Diretora Administrativa da OTCA, Edith Paredes, participou de cerimônia organizada pelo Parlamento Amazônico (Parlamaz) no Congresso Nacional brasileiro [5]. O objetivo do evento foi comemorar os avanços da parceria entre o Grupo Parlamentar da OTCA e o Parlamento Amazônico. A reunião serviu como uma espécie de preparação para os demais encontros, incluindo a próxima Assembleia do Parlamaz que será realizada em Lima, no Peru. No mesmo dia, o Comitê Diretivo do Projeto Bacia Amazônica se reuniu na sede da OTCA para sua terceira reunião anual [6].

Na mesma semana, no dia 17, foi oficializada a instalação da Rede Amazônica de Autoridades de Águas (RADA) [7]. Marissa Castro, Diretora Geral de Limites e Águas Internacionais do Ministério de Relações Exteriores da Bolívia, foi empossada como a primeira presidente da RADA. A composição da Rede inclui as autoridades hídricas dos oito países pan-amazônicos e um comitê técnico com oito especialistas em recursos hídricos. A RADA vai atuar como promotora da cooperação regional para a Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH) e como facilitadora no desenvolvimento de capacidades, transferência de tecnologia, formação profissional e troca de experiências.

Encerrando o mês de abril, no dia 26 a OTCA anunciou que o Projeto Amazonas iniciou a montagem das Plataformas de Coletas de Dados (PCDs) que atuarão no monitoramento da Bacia do Rio Madeira [8]. A previsão é que as plataformas sejam instaladas primeiramente na Bolívia e depois no Peru, que, junto ao Brasil, dividem a extensão da Bacia. O projeto é uma parceria da OTCA com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) do Brasil e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE). Os dados reunidos pelas plataformas se juntarão à Sala de Situação de Recursos Hídricos da OTCA. Com isso, espera-se uma melhora da avaliação das condições meteorológicas e hidrológicas da região, mitigando impactos de secas e inundações.

Referências

- [1] Disponível em: <https://otca.org/pt/autoridades-comunitarias-dos-andes-peruanos-oferecem-apoio-ao-monitoramento-de-geleiras-nas-cordilheiras-de-carabaya-e-apolobamba/>
- [2] Disponível em: <https://otca.org/pt/estudo-fornecera-uma-visao-regional-sobre-a-situacao-da-poluicao-por-mercurio-na-bacia-amazonica/>
- [3] Disponível em: <https://otca.org/pt/autoridades-de-agua-dos-oito-paises-amazonicos-participam-de-eventos-do-pae-em-brasilia/>
- [4] Disponível em: <https://otca.org/pt/unpfi-coordenador-dos-assuntos-indigenas-destaca-a-importancia-dos-povos-indigenas-no-forum-permanente-da-onu/>

[5]Disponível em: <https://otca.org/pt/otca-participa-da-cerimonia-do-parlamaz-no-congresso-nacional/>

[6]Disponível em: <https://otca.org/pt/comite-diretivo-do-projeto-bacia-amazonica-se-reune-em-brasilia-para-compartilhar-os-avancos-alcancados-em-2023-e-planejar-os-proximos-passos/>

[7]Disponível em: <https://otca.org/pt/18418-2/>

[8]Disponível em: <https://otca.org/pt/projeto-amazonas-avanca-na-instalacao-de-plataformas-de-coleta-de-dados-para-monitoramento-na-bacia-do-rio-madeira/>





GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Monitor da Governança Pan-Amazônica

Maio de 2024

Este monitor registra como a Amazônia apareceu na agenda dos presidentes e Ministérios de Relações Exteriores dos países sul-americanos amazônicos em janeiro de 2024. Ao final, também inclui destaques do trabalho da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) no mesmo período. Através de uma série de monitores mensais, o Observatório Político Sul-Americano ([OPSA](#)) busca criar uma base de informações públicas que permitam avaliar as convergências e divergências políticas entre os governos analisados nos múltiplos temas que envolvem a Pan-Amazônia, além de acompanhar a trajetória da OTCA ao longo do tempo. Os monitores fazem parte do projeto de pesquisa “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia”, desenvolvido pelo OPISA desde julho de 2023, em parceria com o [OIMC](#) e o [LEGAL](#). O projeto é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), no âmbito do edital [Iniciativa Amazônia+10](#).

Sumário

Bolívia.....	51
Brasil.....	53
Colômbia.....	55
Equador.....	58
Guiana.....	59
Peru.....	61
Suriname.....	63
Venezuela.....	63
OTCA.....	64

Bolívia

Por Marília Closs e Débora Bedim

No início do mês de maio, o Ministério do Medio Ambiente y Agua boliviano divulgou cinco eixos temáticos que orientarão seu trabalho no combate às mudanças climáticas no país. Segundo o órgão, trata-se de uma “luta responsável e comprometida contra as mudanças climáticas e com uma gestão integral em harmonia com a Madre Tierra e para o bem estar de

todos os bolivianos” [1]. Os cinco eixos são: 1) água e saneamento básico; 2) manejo das bacias hidrográficas; 3) irrigação; 4) florestas e mudança climática; e 5) biodiversidade e povos indígenas. Em discurso no evento de divulgação, o ministro Alan Lisperguer destacou a importância da preservação da biodiversidade da Bolívia, “que está ligada aos saberes ancestrais e milenares dos nossos povos indígenas, os quais estiveram excluídos da gestão dos recursos naturais e da formulação de políticas públicas”. Lisperguer finalizou a fala afirmando que a solução para a preservação do meio ambiente vem das comunidades [1].

Contudo, a divulgação destes eixos de trabalho ocorreu em meio a notícias negativas sobre a Amazônia boliviana. No dia 7 de maio, a imprensa reportou que a floresta está sendo saqueada por atividades de mineração ilegal (ouro), agricultura intensiva, incêndios, narcotráfico e tráfico de animais selvagens. Segundo fontes do InSight e do Instituto Igarapé, vários líderes mundiais pediram maior atenção à região, que cobre mais de 70% do território nacional e é habitado por diversas comunidades indígenas [2]. Segundo os especialistas, a Bolívia é um dos países que mantém uma dupla retórica, isto é, “por um lado, promove leis que defendem a conservação do meio ambiente, enquanto, por outro lado, prioriza políticas de desenvolvimento econômico à custa das florestas e da biodiversidade” [2].

Neste cenário, um grupo de ativistas ambientais assumiu a liderança no combate à depredação das florestas e a atividades ilegais na região de Ixiamas e Satariapo, localizadas a noroeste de La Paz. Um grupo composto por uma média de 40 pessoas combate o abuso do poder público no local e denunciam ameaças que partem não só de empresas ou cooperativas minerais, madeireiras ou da agroindústria, mas também das esferas políticas em nível local e nacional, onde funcionários estão sendo ligados à mineração ilegal [3]. Além do ativismo deste grupo, no dia 24 de maio, foi realizado o II Encuentro Nacional de las mujeres indígenas de Bolivia. Nesta reunião, elas se declararam como defensoras da Amazônia e exigiram garantias para o exercício dos direitos dos povos indígenas. O encontro foi considerado como uma atividade preparatória para o Foro Social Panamazónico (FOSPA), que será realizado em junho de 2024, em Rurrenabaque, San Buenaventura y Reyes, na Bolívia. O FOSPA reunirá organizações sociais e civis dos nove países que apresentam territórios amazônicos [4].

Em meio às pressões por maior cuidado com a Amazônia, o Ministério das Relações Exteriores, dirigido por Celinda Sosa, lançou um projeto voltado para a bacia do rio Pilcomayo, situada na bacia do Prata, mas que convém mencionar por envolver um esforço de governança ambiental internacional. O projeto chama-se Vulnerabilidad y Adaptaciones a los Cambios en la Disponibilidad de Recursos Hídricos en la Cuenca Transfronteriza Pilcomayo e será desenvolvido em parceria com o Instituto de Investigación para el Desarrollo (IRD), grupo francês. O objetivo é estabelecer diagnósticos socioambientais, incluindo os impactos para a saúde dos povos locais, e também a elaboração de cenários para gestão da água e dos recursos naturais associados, principalmente, a pesca, segurança alimentar e proteção da saúde das comunidades locais [5]. A criação do projeto vem de uma crescente preocupação com a região fronteira do rio Pilcomayo e como este recurso hídrico está sendo afetado pelas mudanças climáticas. Desde 1995, Argentina, Bolívia e Paraguai conformam a Comisión Trinacional para el Desarrollo de la cuenca Pilcomayo (CTN), na qual os países coordenam trabalhos conjuntos para orientar ações que assegurem um equilíbrio entre as necessidades econômicas, sociais e ambientais da região transfronteira [5].

Referências

[1]Disponível em: <https://www.mmaya.gob.bo/2024/05/01/ministerio-de-medio-ambien->

[te-plantea-cinco-ejes-de-trabajo-para-combatir-la-tesis-climatica-en-bolivia/](#)

[2]Disponível em: <https://eldeber.com.bo/pais/al-menos-cinco-actores-golpean-a-la-amazonia-y-hay-saqueo-sin-control> 366329

[3]Disponível em: <https://brujuladigital.net/sociedad/un-grupo-de-activistas-ambientales-en-ixiamas-enfrenta-la-destruccion-de-la-amazonia>

[4]Disponível em: <https://brujuladigital.net/sociedad/mujeres-indigenas-en-encuentro-nacional-se-declaran-defensoras-de-la-amazonia-y-piden-garantias>

[5]Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2024/05/15/15182/>

Brasil

Por Diogo Ives e Guilherme Fritz

O mês de maio foi marcado por uma grande tragédia ambiental no Brasil: as maiores enchentes da história do Rio Grande do Sul (RS). Apesar de o estado não estar localizado na Amazônia, o evento teve uma conexão estreita com a floresta tropical. Segundo Mercedes Bustamante, especialista em ecologia de ecossistemas e colaboradora do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) da ONU, o desmatamento em larga escala do cerrado brasileiro, nos últimos anos, produziu uma atmosfera seca, que, em conjunto com o El Niño, fez os “rios voadores” da Amazônia (formados pela grande umidade produzida pela floresta) contornarem a massa de ar quente no centro-oeste e se precipitarem, em grande volume, no sul do país [1].

Conforme a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS), 47 mil indústrias de um total de 51 mil estão localizadas nos municípios atingidos pela catástrofe. Os prejuízos incluem a produção, a arrecadação (ICMS), as exportações e consequentemente os trabalhadores e trabalhadoras, pois o conjunto de indústrias afetadas emprega 813 mil pessoas. O estudo divide o RS em dez regiões econômicas, calculando o Valor Adicionado Bruto (VAB) das atividades econômicas territorializadas. Quanto a indústrias, especificamente, as regiões potencialmente mais afetadas foram: Vale dos Sinos (R\$ 19 bilhões), Vale do Taquari (R\$ 14,6 bilhões), Metropolitana (R\$ 11,4 bilhões) e Serra (R\$ 9,9 bilhões). As regiões somam apenas 15,7% dos municípios do RS, mas possuem uma grande participação econômica, conformando cerca de 50,7% do VAB do RS [2]. Além disso, uma pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em parceria com a Mox Debris, apontou que cerca de 47 milhões de toneladas de resíduos devem ser gerados por conta das enchentes [3].

O evento climático extremo suscitou uma ampla reação política ao longo do mês. As fortes chuvas começaram ainda no final de abril, no dia 27, e se estenderam até meados de maio [4]. No dia 1º de maio, o presidente Lula teve uma primeira reunião ministerial para avaliar o evento, que já atingia 107 municípios e contabilizava 10 mortos, 21 desaparecidos e 4,4 mil desabrigados [4]. No dia seguinte, o presidente viajou ao RS com uma comitiva de seis ministros [5]. No mesmo dia, a Casa Civil instalou uma sala de situação, no Palácio do Planalto, para monitorar a situação no estado [5]. Em 5 de maio, Lula voltou ao RS, desta vez acompanhado por 13 ministros, pelo presidente da Câmara dos Deputados, pelo presidente do Senado e pelo vice-presidente do Supremo Tribunal Federal [6]. Uma terceira viagem de Lula ao RS, acompanhado por 11 ministros, ocorreu em 15 de maio, quando as inundações atingiam 450 municípios (de um total de 497) e contabilizam 148 mortos, 124 desaparecidos e 620 mil pessoas fora de casa [7].

O envolvimento de autoridades federais de diversos âmbitos expressou a transversal-

lidade temática de um desastre climático. Isto levou ao anúncio de uma lista de medidas variadas de auxílio ao RS, tais como: suspensão do pagamento da dívida do estado com a União por três anos, redução dos juros sobre o estoque da dívida, criação de uma força-tarefa para oferecer crédito a municípios, criação de um Auxílio Reconstrução de R\$ 5.100 a famílias, liberação de seguro desemprego e FGTS, antecipação do Bolsa Família, restituição do Imposto de Renda, aporte no Programa Emergencial de Acesso ao Crédito, auxílio na compra de imóveis para desabrigados, mobilização de Forças Armadas para resgates etc. [8].

Da perspectiva política, um dos movimentos mais relevantes do governo federal foi o anúncio da criação, no dia 15, da Secretaria Extraordinária para Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul. O órgão, sediado em Brasília, ficou responsável por coordenar as ações entre os diferentes ministérios do governo Lula e centralizar o diálogo com o governador do RS, Eduardo Leite (PSDB-RS). Lula designou a direção da secretaria a Paulo Pimenta (PT-RS), deputado federal que dirigia, até então, a Secretaria Especial de Comunicação Social (Secom) da Presidência da República [9]. O saldo da interação entre Leite e Pimenta, dois atores com capital político grande e ideologias distintas para definir os rumos da reconstrução no RS, tende a ser indicativo de como relações políticas podem interferir (para dar força ou debilitar) na construção de uma governança ambiental multinível.

Outro elemento político que permeou a tragédia no RS foi a ocorrência de discursos de negacionismo climático entre parlamentares gaúchos mais próximos do bolsonarismo e do agronegócio, que procuraram minimizar a importância de regulações ambientais [10]. Nas redes sociais, parlamentares compartilharam postagens e vídeos com as expressões “povo pelo povo” e “civil salva civil”, além de críticas de ineficiência ao governo Lula e ao governador Eduardo Leite, a fim de salientar uma suposta autossuficiência da sociedade civil em relação ao Estado para superar desastres ambientais [11].

Na política externa, o Itamaraty, por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), passou a canalizar ofertas de Estados e organismos internacionais de auxílio humanitário às vítimas das inundações no RS. Foram recebidos recursos ou equipamentos de Uruguai, Argentina, Paraguai, Chile, Venezuela, Estados Unidos, Reino Unido, Vaticano, Israel, China, Japão, Banco Interamericano de Desenvolvimento e Agência da ONU para Refugiados (Acnur) [12] [13].

Para além da tragédia no RS, o primeiro-ministro do Japão, Fumio Kishida, fez uma visita ao Brasil, entre 3 e 4 de maio, e se encontrou com o presidente Lula. Ambos divulgaram um comunicado conjunto em favor do fortalecimento da parceria estratégica estabelecida em 2014. Entre vários temas, o comunicado destaca a entrada do Japão no financiamento do Fundo Amazônia [14]. Além disso, Lula e Kishida também assinaram a Declaração Conjunta da Iniciativa de Parceria Brasil-Japão sobre Meio Ambiente, Clima, Desenvolvimento Sustentável e Economias Resilientes, que prevê a intenção de se cooperar, entre outros pontos, no monitoramento do desmatamento da Amazônia via sensoriamento remoto e na produção agroflorestal com respeito à biodiversidade [15].

Por fim, cabe registrar o anúncio feito pelo governo federal, em 8 de maio, de um número consolidado para a queda do desmatamento na Amazônia ao longo de 2023: 21,8%, o que significou a menor área desmatada em cinco anos. A extensão da área, porém, ainda foi grande: 9.064 km², o equivalente a seis vezes a cidade de São Paulo. Em cinco dos nove estados da Amazônia Legal, o desmatamento cresceu no ano passado: Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Roraima e Tocantins. Por outro lado, houve queda do desmatamento em Acre, Amazonas, Pará e Rondônia [16].

Referências

- [1]Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/05/rio-grande-do-sul-ainda-vai-viver-muitos-eventos-extremos-dizem-cientistas-brasileiras-que-colaboraram-com-ipcc.shtml>
- [2]Disponível em: <https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/infraestrutura/47-mil-industrias-estao-em-municipios-atingidos-por-enchentes-no-rs-aponta-fiergs/>
- [3]Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/enchentes-47-milhoes-toneladas-lixo-rs>
- [4]Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/05/05/temporais-no-rs-veja-cronologia-de-desastre.ghtml>
- [5]Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/05/01/lula-vai-ao-rio-grande-do-sul-apos-fortes-chuvas-no-estado.ghtml>
- [6]Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/05/lula-e-comitiva-chegam-a-santa-maria-apos-tres-dias-de-temporais-no-rs.shtml>
- [7]Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/05/05/temporais-no-rs-lula-embarca-com-lira-e-pacheco-para-monitorar-areas-afetadas-pelas-chuvas.ghtml>
- [8]Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/05/16/lula-anuncia-socorro-a-gauchos-em-meio-a-criticas-sobre-politizacao.ghtml>
- [9]Disponível em: <https://climainfo.org.br/2024/05/15/extensao-territorial-e-numero-de-afetados-tornam-tragedia-no-rs-inedita-no-brasil/>
- [10]Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/coluna/2024/05/16/coluna-maria-cristina-fernandes-enchente-renova-o-negacionismo.ghtml>
- [11]Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/governistas-exaltam-acao-de-lula-e-pimenta-e-oposicao-tenta-emplacar-civil-salva-civil-no-rs,eb930023000e-d84970c77b1889462ddcqhkvb1k.html>
- [12]Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/05/10/vaticano-bid-onu-e-paises-vizinhos-entenda-a-ajuda-internacional-enviada-ao-brasil-apos-chuvas-no-rs.ghtml>
- [13]Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/esforco-internacional-confira-os-paises-que-ja-anunciaram-auxilio-ao-rs/>
- [14]Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/comunicado-conjunto-sobre-o-fortalecimento-da-parceria-estrategica-e-global-brasil-japao
- [15]Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-conjunta-da-iniciativa-de-parceria-brasil-japao-sobre-meio-ambiente-clima-desenvolvimento-sustentavel-e-economias-resilientes
- [16]Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2024/05/08/divulgacao-numeros-prodes-desmatamento-amazonia.htm>

Colômbia

Por Isabella Pereira e Júlia Furtado Reis

Em maio, as principais ações políticas referentes à Amazônia colombiana couberam à Ministra do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Susana Muhamad. No dia 12, ela publicou uma coluna no jornal El Tiempo com a intenção de pressionar o Congresso da República da Colômbia a finalizar os trâmites do projeto de proibição da prática de fracking no

país. O fracking, também conhecido como fraturamento hidráulico, é uma técnica de extração de hidrocarbonetos, gás e óleo em depósitos não convencionais, formações rochosas de baixa porosidade e permeabilidade primária [1]. A técnica perfura profundamente o solo e injeta enormes quantidades de água e produtos químicos nas perfurações, o que resulta em riscos ambientais e a saúde [2].

Muhamad aponta que a Colômbia deve “reduzir os impactos sobre os ecossistemas que sustentam nossa vida, priorizar a água para as pessoas e deixar para trás a busca de caminhos econômicos que põem em risco nossas fontes hídricas” [3]. O Senado já aprovou este projeto de lei em abril de 2023 [4], mas, de acordo com a ministra, desde então ele está “dormindo o sono dos justos na Comissão Quinta da Câmara” e não é colocado em discussão, nem recebe tratamento prioritário [3]. Muhamad afirma que compreende a preocupação com a viabilidade econômica das alternativas propostas para a descarbonização, mas aponta que o governo colombiano está construindo ferramentas que abrem portas para outras fontes econômicas baseadas na natureza e na bioeconomia e criam incentivos econômicos, como o Conservar Paga e o Fundo Para a Vida e Biodiversidade [5].

Também preocupa a ministra do Meio Ambiente o desmatamento em zonas próximas ao Parque Nacional Chiribiquete. Uma estrada construída de forma ilegal, que pode ser relacionada à mineração ilegal e ao cultivo de coca, vem crescendo significativamente nos arredores do parque e deixando as autoridades em alerta, já que usualmente essas estradas geram desmatamento associado em suas margens. O parque é um dos lugares históricos e naturais mais importantes da Colômbia, considerado pela UNESCO como um patrimônio misto da humanidade [6]. Em 21 de maio, Ricardo Erazo Tapia, líder do sistema de informação geográfica da Sociedade Zoológica de Frankfurt, que monitora o território, apontou que já se somam mais de 1.500 hectares de desmatamento associado à estrada, sem considerar o que já foi destruído pela própria estrada, que se estende por cerca de 22 km [7]. Ao desmatamento, soma-se ainda a violência causada pela presença do grupo criminoso Estado-Maior Central (EMC) na área, que usa a região como forma de chantagem nas negociações de paz em andamento na Colômbia, denunciada por Susana Muhamad em abril de 2024 [8].

O governo colombiano também se prepara para o impacto da La Niña na região. No dia 17 de maio, através de uma coletiva de imprensa, representantes do Instituto de Hidrologia, Meteorologia e Estudos Ambientais (Ideam), junto a Muhamad e à Ministra da Agricultura, Jhenifer Mojica, apresentaram informações relacionadas às previsões de cientistas sobre o impacto do fenômeno na região durante 2024. Em relação às condições climáticas na região amazônica, é esperado que, com a chegada da La Niña, a região sul do país enfrente um déficit de chuvas. Isto, por sua vez, poderá ter efeito na crise hídrica que já assola Bogotá durante o ano. Assim, a ministra do Meio Ambiente fez um chamado para que gestores de risco se preparem frente às adversidades climáticas que o país poderá enfrentar [9].

Ademais, em estudo divulgado em 23 de maio, o Instituto Amazônico de Investigações Científicas (Sinchi) concluiu que houve um aumento significativo de pontos de calor na Amazônia. Estes pontos de calor são entendidos como regiões que registram temperaturas diferentes do habitual, podendo ser resultados de pequenos ou grandes incêndios, mas também de áreas sem coberturas de vegetação. Os 7.683 pontos de calor adicionais, comparados com 2023, equivalem a um aumento geral de 25%, sendo abril o mês com o maior número, em uma época de menor intensidade pluvial na região [10].

Em relação ao aumento de pontos de calor, a Ministra de Meio Ambiente declarou que dois fatores importantes influenciaram na elevação dos números no primeiro trimestre: o primeiro, a temporada de seca impulsionada pelo El Niño; e o segundo, a presença do grupo

criminoso EMC, mencionada anteriormente. O grupo não tem permitido a entrada de programas de restauração e conservação, além de impulsionar a queima da floresta como um mecanismo de pressão nas negociações dos acordos de paz total [10].

Por fim, em preparação para a Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, também conhecida como a COP da Biodiversidade (COP16), que será sediada pela Colômbia entre outubro e novembro de 2024, a ministra de Meio Ambiente apresentou as propostas que o país levará para o encontro. Como país sede, a Colômbia exercerá a presidência da cúpula pelos próximos dois anos e, por isso, buscará apresentar um plano de ação nacional e internacional, obter um consenso entre as nações e propor novos focos para cumprir o Marco Mundial de Biodiversidade Kunming-Montreal. Este, por sua vez, tem o objetivo de cumprir um programa de metas até 2030 para o estabelecimento de um mundo que proteja a natureza e viva em harmonia com ela [11].

A agenda, intitulada “Paz com a Natureza”, propõe-se a aprovar um plano de trabalho global para diferentes grupos étnicos, a criação de uma meta clara de financiamento para a proteção da biodiversidade, uma avaliação do mundo a respeito do cumprimento das 23 metas de biodiversidade a nível global e o estabelecimento de um marco justo de benefícios para os países de onde se extraem cadeias genéticas. Sobre o último ponto, trata-se de uma das apostas mais inovadoras do país, que buscará a construção de um plano de cadeias genéticas, objetivando que a indústria dê retribuições a todos os países que possuem grande biodiversidade em seus territórios (chamados de megadiversos) [12]. O governo colombiano espera que o slogan “Fazer Paz com a Natureza” permeie todas as discussões diplomáticas durante a COP16, inclusive sobre a relação entre a perda da diversidade biológica e o avanço das mudanças climáticas [13].

Referências

- [1]Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/proyecto-de-ley-contr-a-el-fracking-aprobado-en-plenaria-de-senado/>
- [2]SALINAS, Natalia et al. La prohibición del fracking en Colombia como un asunto de política pública. Bogotá: Fundación Heinrich Böll, 2018.
- [3]Disponível em: <https://www.eltiempo.com/vida/medio-ambiente/salvar-el-agua-es-salvar-la-vida-no-al-fracking-analisis-de-susana-muhamad-3342193>
- [4]Disponível em: <https://www.senado.gov.co/index.php/el-senado/noticias/4468-plenaria-aprueba-prohibicion-del-fracking-en-colombia>
- [5]Ver mais em: <http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2023/12/Monitor-Pan-Amaz%C3%B4nia-Novembro-2023.pdf>
- [6]Disponível em: <https://elpais.com/america-futura/2023-01-29/escuela-de-guardianes-mas-de-mil-jovenes-para-resguardar-la-capilla-sixtina-de-la-amazonia.html>
- [7]Disponível em: <https://elpais.com/america-colombia/2024-05-21/la-carretera-que-a-menaza-el-tesoro-amazonico-de-chiribiquete-crece-mas-de-mil-hectareas-deforestadas-este-ano.html>
- [8]Disponível em: <http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2024/05/Monitor-Pan-Amaz%C3%B4nia-Abril-2024.pdf>
- [9]Disponível em: <https://www.eltiempo.com/vida/medio-ambiente/en-julio-se-esperan-lluvias-por-encima-de-lo-normal-en-la-mitad-del-pais-en-la-otra-mitad-se-esperan-sequias-estas-serian-las-zonas-afectadas-3343302>
- [10]Disponível em: <https://www.eltiempo.com/vida/medio-ambiente/puntos-calor-au>

[mentaron-en-la-amazonia-hubo-7-683-puntos-mas-en-los-primeros-tres-meses-de-este-ano-sur-del-meta-el-mas-afectado-3345005](#)

[11]Disponível em: <https://es-us.noticias.yahoo.com/colombia-presenta-metas-cop-16-basan-220117622.html>

[12]Disponível em: <https://www.elespectador.com/ambiente/bibo/dia-de-la-diversidad-biologica-las-metas-de-colombia-en-la-cop16-que-nacen-de-la-paz-con-la-naturaleza/>

[13]Disponível em: <https://www.eltiempo.com/vida/medio-ambiente/la-biodiversidad-se-esta-perdiendo-por-fenomenos-como-el-cambio-climatico-la-deforestacion-el-crimen-organizado-y-las-mafias-minambiente-3345393>

Equador

Por Ghaio Nicodemos e Beatriz Bandeira de Mello

Em 8 de maio, o presidente equatoriano, Daniel Noboa, assinou o Decreto Executivo Nº 257, confirmando a criação de um comitê responsável por descomissionar o bloco 43 de exploração de petróleo no Parque Nacional de Yasuní, conforme o resultado da consulta popular realizada em agosto de 2023 [2]. O comitê será responsável por reduzir de forma progressiva a exploração de petróleo e terá, como componentes, representantes dos ministérios de Energia, do Meio Ambiente, da Economia, da Mulher e Direitos Humanos e da direção da estatal Petroecuador.

Ainda no que se refere à conservação do Parque Nacional de Yasuní, no dia 27 de maio, foi oficializado um acordo de cooperação entre o governo do Equador e diversas organizações de conservação, como Wildlife Conservation Society (WCS), Legacy Landscapes Fund (LLF) e Gordon and Betty Moore Foundation, que juntas contribuirão anualmente com US\$ 1 milhão para as ações [4]. O governo equatoriano foi representado pela ministra do Meio Ambiente, Sade Fritschi, que recebeu diversos representantes no Jardim Botânico de Quito. Os recursos do acordo poderão ser utilizados na gestão do parque ecológico, na promoção de programas para o uso sustentável de recursos naturais pelos povos indígenas e para o fortalecimento de mecanismos de gestão e governança da infraestrutura, através de um comitê gestor.

Por outro lado, em 16 de maio, o relator especial da ONU sobre Substâncias Tóxicas e Direitos Humanos, Marcos Orellana, manifestou preocupação com o descumprimento de sentenças judiciais que exigiam a desativação de mais de 400 queimadores de gás natural em campos de petróleo antigos da Petroecuador na região amazônica [3]. O relatório de Orellana, apresentado em um evento promovido pela Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador (CONAIE), também destacou os riscos de contaminantes derivados da mineração (como o cianeto, o arsênico e o mercúrio) e a demora no cumprimento de outras sentenças judiciais sobre o garimpo ilegal e dos referendos aprovados em 2023. Em decorrência da morosidade da Petroecuador em cumprir a sentença judicial, foi iniciada uma vigília, no dia 26 de maio, por parte de diversos coletivos ambientalistas e indígenas, que pressionam pelo imediato desligamento dos queimadores [4]. Os manifestantes anunciaram que a vigília se estenderá até o dia 5 de junho.

Apesar das pressões contra a mineração, no dia 7 de maio, a Empresa Nacional Mineira, estatal equatoriana, firmou acordo para a exploração de 39 mil hectares de terra na região amazônica com a empresa canadense Solaris Resources [1]. A expectativa é que a parceria invista 25 milhões de dólares na região de Morona Santiago. A empresa canadense, no entanto, já é alvo de protestos indígenas por outro projeto executado na mesma província, em Wa-

rintza, e foi denunciada pelas organizações internacionais MiningWatch Canada e Amazon Watch por efeitos negativos ao meio ambiente e ao povoado indígena Shuar-Arutam.

No que toca a política externa, a cidade de Quito, no Equador, sediou um workshop, nos dias 30 e 31 de maio, sobre a gestão dos recursos hídricos da Bacia Amazônica, nos marcos do Programa de Ações Estratégicas (PAE) da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) [5]. A finalidade do workshop foi fomentar estratégias para consolidar a capacidade de Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH) da região, além de capacitar as comunidades locais frente aos problemas causados pelas mudanças climáticas. Organizado pelo Ministério de Relações Exteriores e Mobilidade, pelo Ministério de Meio Ambiente Água e Transição Ecológica (MAATE) e pela OTCA, a reunião também contou com o aporte do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF). Um dos resultados esperados do workshop é a elaboração de diretrizes que possam ser incorporadas aos Planos de Ação Nacional (PAN) que unem instruções para garantir o fortalecimento institucional e a inclusão das dimensões técnicas e culturais relacionados à água. Como parte das ações coordenadas pela OTCA, o workshop também buscou incentivar recortes de igualdade de gênero nos planos, programas e políticas e projetos elaborados por setores ligados à gestão dos recursos hídricos.

Referências

[1]Disponível em: <https://www.primicias.ec/noticias/politica/decreto-daniel-noboa-comite-bloque-yasuni-consulta-popular/>

[2]Disponível em: <https://www.eltelegrafo.com.ec/noticias/ambiente/190/se-oficializo-acuerdo-para-el-financiamiento-de-un-millon-de-dolares-para-el-yasuni>

[3]Disponível em: <https://www.swissinfo.ch/spa/inician-ayuno-para-eliminar-antorchas-de-gas-de-industria-petrolera-en-amazon%C3%ADa-de-ecuador/78841544>

[4]Disponível em: <https://alianzaddhh.org/?p=241746> e <https://www.larepublica.ec/blog/2024/05/19/el-incumplimiento-de-sentencias-ambientales-en-ecuador-preocupa-al-relator-especial-de-onu/>

[5]Disponível em: <https://www.teleamazonas.com/minera-ecuador-canadiense-solaris-exploraran-amazonia/>

[6]Disponível em: <https://otca.org/pt/o-equador-realizara-o-workshop-nacional-sobre-a-implementacao-do-pae-para-a-gestao-integrada-da-bacia-amazonica-nos-dias-30-e-31-de-maio/>

Guiana

Por Guilherme Fritz

O mês de maio iniciou após o aprofundamento de entendimentos em defesa e segurança na região do Escudo das Guianas. Nos dias 29 e 30 de abril, ocorreu a 3ª sessão dos Diálogos Estratégicos do Escudo das Guianas, que contou com a participação de Guiana, Suriname, Guiana Francesa e Brasil (como observador). O evento marcou o fortalecimento do apoio à Guiana em relação às controvérsias pela soberania de Essequibo suscitadas pela Venezuela [1]. Além disso, também salientou o aprofundamento de um processo de securitização na região, conforme vemos registrando nestes monitores.

Além disso, em maio, as relações entre Guiana e França ganharam um novo capítulo,



na medida em que ambos os países demonstraram interesse em aprofundar suas relações bilaterais por meio de uma declaração oficial emitida no dia 1º de maio. A inauguração do Grupo de Trabalho Guiana-França ocorreu no dia 29 de maio e contou com a participação de Robert Persaud, chefe do Ministério das Relações Exteriores e Cooperação Internacional da Guiana, e Michèle Ramis, Diretora para as Américas e Caribe do Ministério da Europa e das Relações Exteriores da França.

O foco das discussões iniciais do grupo foram assuntos relacionados à defesa, segurança regional, mudança climática, segurança alimentar, infraestrutura, tecnologia e turismo [2]. A aproximação com a França vem se estreitando a partir dos assuntos que envolvem segurança e defesa, como o anúncio da compra de navios de patrulha fabricados pela empresa francesa OCEA S.A., que, em contrapartida, pretende instalar-se em Georgetown. Em março, a França já havia anunciado que abriria uma embaixada em Georgetown no ano de 2025, tornando-se o primeiro país da União Europeia a abrir uma embaixada no país sul-americano [3].

Além disso, no dia 22 de maio, o presidente Irfaan Ali anunciou à imprensa que a Guiana e o Suriname estão em busca do apoio da China para a construção de uma ponte que conectaria as capitais dos dois países, Georgetown e Paramaribo. O projeto seria parte de um planejamento maior para a integração física da América do Sul, além do fortalecimento de uma cooperação trilateral entre Brasil, Guiana e Suriname. A pretensão poderia aumentar a conexão entre as economias da América do Sul e do Caribe e levar a um aprofundamento de relações culturais e políticas [4].

A relevância que a Guiana vem tendo no setor de óleo e gás sugere um pano de fundo para a expansão da sua agenda internacional. No dia 21 de maio, a U.S. Energy Information Administration divulgou um breve artigo em que situava a Guiana como um agente chave de fornecimento global de óleo cru. A produção guianesa chegou a 645.000 barris por dia no início de 2024 [5]. A garantia ao acesso a fontes de energia é fundamental para o crescimento econômico de qualquer país, e as atuais tensões bélicas ao redor do mundo criam uma espécie de insegurança e urgência. A matriz fóssil é polêmica por conta dos efeitos climáticos e ambientais, mas, no curto prazo, é percebida por muitos governos como inescapável.

A renda do petróleo já representa a maior parte dos recursos da Guiana, porém essa riqueza parece não ser distribuída de forma justa. No dia 1º de maio, Dia Internacional do Trabalho, cerca de 11 sindicatos marcharam em reivindicação a melhores salários e condições de trabalho. Mark Lyte, presidente do sindicato dos professores da Guiana, convocou trabalhadores e trabalhadoras para exigir uma distribuição justa das riquezas advindas do petróleo, que é retida pela burguesia industrial guianesa, segundo ele. Além disso, durante a marcha, foi observado que parte das manifestações exigiam que as empresas de petróleo fossem responsáveis por pagar todos os possíveis danos resultantes de qualquer tipo de acidente envolvendo a exploração petroleira [6].

Por fim, no dia 26 de maio, a Guiana comemorou seu 58º aniversário de independência. O presidente Irfaan Ali aproveitou a data para realizar um discurso em Linden, capital da região 10 do país. Ali declarou que a Guiana de hoje não é mais a mesma, em referência à independência e ao crescimento econômico proporcionado pelas descobertas de petróleo. Também afirmou que a prosperidade da modernização da Guiana chegaria a todas as casas [7] [8]. Contudo, há uma contradição entre o discurso e a manifestação dos trabalhadores e trabalhadoras mencionada acima, de tal forma que é preciso distinguir crescimento, desenvolvimento e distribuição econômica. Caso o crescimento da Guiana converta-se no distanciamento cada vez maior entre ricos e pobres, a pauperização da maioria tende a fazer com que a sensação de “independência” e “prosperidade” seja reservada a uma pequena parcela da sociedade. Os

rumos da economia política da Guiana vão interferir diretamente no tipo de ocupação e atividades econômicas que o conjunto da população exercerá em um território majoritariamente coberto por vegetação amazônica, implicando também nas possibilidades de governança da Amazônia nacional [9].

Referências

- [1]Disponível em: <https://guyanatimesgy.com/guiana-shield-throws-weight-behind-guyana-in-venezuela-border-controversy/>
- [2]Disponível em: <https://www.diplomatie.gouv.fr/en/country-files/guyana/news/article/guyana-first-meeting-of-guyana-france-joint-working-group-joint-statement-29>
- [3]Disponível em: <https://guyanatimesgy.com/france-guyana-looking-to-increase-cooperation-in-defence-other-areas/>
- [4]Disponível em: <https://guyanachronicle.com/2024/05/23/corentyne-river-bridge-guyana-suriname-seek-chinese-financing-plans-strategic-dialogue/>
- [5]Disponível em: <https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=62103>
- [6]Disponível em: <https://www.kaieteurnews.com/2024/05/02/workers-must-get-a-fair-share-of-the-oil-wealth-gtu-president-says-oil-belongs-to-all-guyanese/>
- [7]Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qv3zOq5rioA>
- [8]Disponível em: <https://caribbean.loopnews.com/content/guyana-marks-58th-anniversary-independence>
- [9]Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cyxz4l5e256o>

Peru

Por Kethlyn Winter e Jefferson Nascimento

Neste mês, houve iniciativas destinadas à preservação da Amazônia por parte dos ministérios de Relações Exteriores (MRE) e do Meio Ambiente (MINAM) do Peru, em articulações com autoridades de outros países. No dia 22 de maio, autoridades peruanas e bolivianas se reuniram no departamento de Pando, na Bolívia, para negociar a criação do Módulo Temporal Fronterizo Extrema, um projeto bilateral voltado para facilitar o comércio, o turismo e o intercâmbio cultural na região amazônica. A delegação peruana foi liderada pelo diretor da chancelaria da cidade de Puerto Maldonado, José Alberto Ortiz, e contou com a participação de representantes do Proyecto Especial Madre de Dios, criado em 2014, com o objetivo de desenvolver a produção local de forma competitiva e sustentável [1]. Durante a visita, foram distribuídos exemplares do livro *Cuentos de La Amazonía*, escrito por estudantes da Instituição Educativa Intercultural Bilingue Shajaó, pertencentes à comunidade nativa Infierno. A obra visa a compartilhar a riqueza cultural da Amazônia peruana [2].

No dia 24 de maio, o embaixador do Peru em Oslo, Gustavo Laurie, entregou ao ministro do Clima e Ambiente da Noruega, Andreas Bjelland Eriksen, uma carta assinada pelo ministro das Relações Exteriores peruano, Javier González-Olaechea, oficializando a entrada do país na Aliança contra os Crimes à Natureza (Nature Crime Alliance). Com essa decisão, o Peru se torna o primeiro país da América latina a aderir oficialmente à iniciativa global, que tem como princípios o combate aos delitos contra a natureza; a conservação dos ecossistemas naturais e das espécies protegidas; e o respeito aos direitos humanos e aos direitos dos povos indígenas e das comunidades locais [3].

Já no âmbito das ações do MINAM, em 30 de maio, houve um encontro de representantes do ministério com representantes dos governos da Alemanha, do Reino Unido, da Noruega e da União Europeia para discutir ações de monitoramento das zonas impactadas pela mineração ilegal na região amazônica. As autoridades fizeram um sobrevoo sobre o departamento de Madre de Dios de modo a avaliar as áreas com maior grau de desmatamento. A ação havia sido estipulada na Declaração Conjunta de Intenções (DCI), um acordo firmado pelo Estado peruano com a Noruega e a Alemanha para frear a emissão de gases do efeito estufa e a degradação florestal. Atualmente, é realizando o plano de implementação da fase 2 da DCI, que conta com o aporte de US\$ 10 milhões desembolsados pelo governo da Noruega e que vem sendo administrados pela ONG Profonanpe [4].

Houve também, no dia 10 de maio, uma reunião entre o ministro do Meio Ambiente, Juan Carlos Castro, e o diretor do Banco Mundial (BM), Issam Abousleiman, para avaliar os avanços e resultados dos projetos de conservação que vêm sendo executados desde 2019 e que devem se estender até 2027. O BM e o MINAM vêm trabalhando colaborativamente no desenvolvimento do programa Amazon Sustainable Landscapes (ASL), que, dentre outras metas, almeja preservar a biodiversidade dos ecossistemas da paisagem florestal da província de Atalaya, no departamento de Ucayali, e fortalecer as condições para manter o ecossistema da bacia do rio Putumayo-Içá, afluente do Rio Amazonas [5].

O MINAM lançou, ainda, o Programa para Bionegócios, com o intuito de oferecer créditos para empresas de micro, pequeno e médio portes que atuam no setor de ecoturismo, de produção agrícola (que não envolvam atividade pecuária) ou que promovem atividades florestais que não abarquem a produção de madeiras. O Programa conta com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e terá duração de 10 anos, ao longo do qual planeja-se conservar 20 mil hectares de ecossistemas florestais [6].

Por fim, o MINAM anunciou, no dia 15 de maio, a inauguração de um posto de vigilância policial na Reserva Nacional Amarakauri, em Madre de Dios, para potencializar a luta contra o narcotráfico e a mineração ilegal. O ministro Juan Carlos Castro anunciou, ainda, que tal iniciativa será reproduzida também futuramente na Reserva Nacional Alpahuayo Mishana de Iquitos, na região de Loreto. Castro afirmou que tais medidas constituem uma das frentes em que o Peru vem avançando, com vistas a melhorar a imagem do país frente à OCDE. Atualmente, o Peru está em processo de negociação para aderir à organização [7].

Referências

[1]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/959469-cancilleria-puerto-maldonado-promueve-la-integracion-fronteriza-con-visita-a-la-gobernacion-de-pan-do-en-bolivia>

[2]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/960642-promueven-la-cultura-amazonica-a-traves-del-libro-de-la-cancilleria-cuentos-de-la-amazonia>

[3]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/961189-entrega-de-carta-de-adhesion-del-peru-a-la-alianza-contra-los-crime-nes-contra-la-naturaleza>

[4]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/964080-madre-de-dios-minam-y-paises-cooperantes-verifican-areas-impactadas-por-la-mineria-ilegal>

[5]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/952161-evaluan-avances-de-los-proyectos-sobre-conservacion-de-bosques-y-reduccion-del-plastico-de-un-solo-uso>

[6]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/948314-disponen-de>

[-s-13-000-000-en-creditos-para-emprendimientos-sostenibles-de-nuestra-amazonia](#)

[7]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/955044-gobierno-re-fuerza-vigilancia-policial-en-areas-naturales-protegidas-de-madre-de-dios-y-loreto>

Suriname

Por Guilherme Fritz

No dia 9 de maio, o Exército Nacional do Suriname e o Comando Militar Sul dos Estados Unidos (US SOUTHCOM) assinaram o Quadro de Engajamento e Cooperação, com duração de cinco anos. O acordo busca o aprofundamento das relações entre os países no campo da segurança e defesa. Trata-se de mais um exemplo da atenção militar que a região vem recebendo ao longo dos últimos meses [1].

A parceria foi lançada poucas semanas após a visita do presidente do Suriname, Chan Santokhi, à China, em abril, conforme registrado no monitor anterior. Naquela viagem, Santokhi entregou ao presidente Xi Jinping uma carta, também assinada pelo presidente guianense Irfaan Ali, em que solicitam o financiamento de uma ponte para ligar as capitais de Guiana e Suriname [2].

É perceptível, nesta série de eventos, a presença de ambas as potências no desenvolvimento social, político e econômico do Suriname atualmente. Contudo, o tipo de participação sugere diferenças: enquanto os Estados Unidos privilegiam acordo militares, a China é abordada para aportes financeiros voltados para a infraestrutura. O posicionamento do Suriname é minimamente “pendular”.

Além disso, em 28 de maio, o Suriname atualizou a Estratégia e o Plano de Ação Nacional para a Biodiversidade (NBSAP). Segundo I. Rodjan, Diretor Adjunto Interino de Meio Ambiente e Ecossistemas do Ministério de Planejamento Espacial e Meio Ambiente (ROM), o documento atende a pleitos das últimas COPs de Biodiversidade da ONU, a fim de demonstrar o compromisso do país com o desenvolvimento sustentável [3].

Referências

[1]Disponível em: <https://gov.sr/engagement-and-cooperation-framework-moet-veiligheidssamenwerking-nationaal-leger-en-southcom-voor-komende-vijf-jaren-versterken/>

[2]Disponível em: <https://www.dbsuriname.com/2024/05/25/brug-corantijnrivier-guyana-en-suriname-zoeken-chinese-financiering/>

[3]Disponível em: <https://gov.sr/suriname-actualiseert-nationale-strategie-voor-biodiversiteit/>

Venezuela

Por Thaís Jesinski Batista e Stephanie Braun

Em maio, tiveram continuidade ações da Força Armada Nacional Bolivariana (FANB) no território amazônico da Venezuela. No estado de Amazonas, no município de Alto Orinoco, a FANB apreendeu mais de 6.000 litros de combustível no início do mês, que se encontravam ocultos no rio Cunucunuma, de acordo com o comandante estratégico operacional da FANB, Domingo Hernández Lárez. Assim, foi localizada, desmontada e destruída uma estrutura

flutuante, do estilo balsa de sucção, em uma região próxima de uma comunidade indígena [1].

A FANB destruiu, ainda, oito balsas de mineração ilegal no referido estado [2] e desmantelou um acampamento utilizado para mineração ilegal [3]. Estas ações se inserem na Operação Neblina 2024, criada para atuar no município Alto Orinoco com a finalidade de “proteger espaços naturais” como “parques e monumentos nacionais, reservas de silvicultura e biosfera” [4].

Ao final do mês, Lárez informou sobre a destruição de outro acampamento vinculado à atividade de mineração ilegal, desta vez no setor Garida, no município Atabapo, também no estado de Amazonas. Segundo o comandante estratégico da FANB, tal estrutura ilegal violava o ordenamento territorial, bem como a Lei Penal do Meio Ambiente [5]. A operação foi realizada dentro do marco do 5º objetivo histórico do Plano Pátria, bem como de acordo com os planos de segurança e defesa do país.

Para além das ações da FANB, em maio começou o ciclo de chuvas na Venezuela, o que ocasionou a diminuição dos incêndios florestais, porém aumentou o risco de deslizamentos. No início do mês, o departamento de engenharia hidrometeorológica da Universidad Central de Venezuela (UCV) informou os riscos esperados com o aumento das chuvas de maio, que incluem deslizamentos e doenças decorrentes do aumento da quantidade de mosquitos, como a dengue [7]. Dentre os estados afetados pelas chuvas, descargas elétricas e rajadas de vento, constam Bolívar e Amazonas, os estados que conformam a Amazônia venezuelana [8].

Referências

[1] Disponível em: <https://www.elnacional.com/venezuela/la-fanb-incauto-mas-de-6-000-litros-de-combustible-en-amazonas/>

[2] Disponível em: <https://www.eluniversal.com/sucesos/181388/fanb-destruyo-ocho-balsas-de-mineria-ilegal-en-amazonas>

[3] Disponível em: <https://www.elnacional.com/venezuela/sucesos/militares-destruyen-un-campamento-usado-para-la-mineria-ilegal-en-amazonas/>

[4] Disponível em: <https://www.elnacional.com/venezuela/la-fanb-incauto-mas-de-6-000-litros-de-combustible-en-amazonas/>

[5] Disponível em: <https://www.elnacional.com/venezuela/destruyen-campamento-vinculado-a-la-mineria-ilegal-en-amazonas/>

[6] Disponível em: <https://www.eluniversal.com/sucesos/182691/fanb-desmantelo-campamento-de-mineria-ilegal-en-amazonas>

[7] Disponível em: <https://efectococuyo.com/la-humanidad/ucv-explica-los-riesgos-que-traen-consigo-las-lluvias-en-venezuela>

[8] Disponível em: <https://efectococuyo.com/la-humanidad/ondas-tropicales-2-y-3-se-aproximan-a-venezuela-y-dejaran-mas-lluvias/>

OTCA

Por Beatriz Bandeira de Mello

No dia 15 de maio, a Diretora-Geral da OTCA, Vanessa Grazziotin, participou do “Diálogo sobre Sistemas Agroalimentares para a Segurança Alimentar, Nutrição e Combate à Pobreza”, organizado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e pela Embaixada dos Países Baixos em Brasília [1]. O evento, que aconteceu parale-

lamente ao Encontro de Chefes Agrícolas dos Países do G20, discutiu modos de transformar os sistemas agroalimentares do Brasil e da Holanda, com ênfase na soberania e na segurança alimentar e nutricional. De acordo com Grazziotin, a Declaração de Belém mobiliza, dentro da OTCA, a cooperação internacional para lidar com essa problemática.

No mesmo dia, foram divulgados os resultados da Avaliação Rápida da Biodiversidade e dos Serviços Ecossistêmicos na Bacia/Região Amazônica, que fazem parte de um projeto organizado pela OTCA em colaboração com mais de 100 especialistas, dentre acadêmicos, instituições privadas e representantes dos povos indígenas e comunidades locais da Amazônia [2]. Com base na Plataforma Intergovernamental de Políticas Científicas sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES), o estudo aborda dimensões biofísicas, econômicas, sociais e culturais, adotando como eixo balizador a legislação dos países da OTCA sobre biodiversidade e serviços ecossistêmicos.

Segundo as autoridades presentes, o estudo pode contribuir para a criação de estratégias de desenvolvimento sustentável que se adaptem às “grandes transições” e permitem a inclusão de novos valores e paradigmas na elaboração de políticas públicas e privadas voltadas ao meio ambiente, não apenas no Brasil, mas em outras instâncias regionais e internacionais. Para Ana Maria Gonzalez, coordenadora do Programa de Paisagens Sustentáveis da Amazônia do Banco Mundial, o documento é uma importante contribuição para a Conferência da Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica (COP 16 CDB).

De acordo com Benoit Bosquet, Diretor Regional de Desenvolvimento Sustentável do Banco Mundial para a América Latina e o Caribe, essa iniciativa se alinha com o projeto denominado “Amazônia Viva”, que será desenvolvido pelo Banco, sob três eixos: Amazônia Verde, Amazônia Próspera e Amazônia Habitável. Representando a Agência Italiana de Cooperação para o Desenvolvimento (AICS) do Programa Amazônia+ da União Europeia, o coordenador Pietro Graziani elogiou a iniciativa e firmou uma Carta de Intenções entre o Amazônia+ e a OTCA.

Referências

[1]Disponível em: <https://otca.org/pt/otca-participa-de-evento-da-fao-em-brasilia-sobre-seguranca-alimentar/>

[2]Disponível em: <https://otca.org/pt/otca-apresenta-em-webinar-os-resultados-inovadores-da-avaliacao-rapida-da-biodiversidade-e-dos-servicos-ecossistemicos-na-bacia-regiao-amazonica/>





GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Monitor da Governança Pan-Amazônica

Junho de 2024

Este monitor registra como a Amazônia apareceu na agenda dos presidentes e Ministérios de Relações Exteriores dos países sul-americanos amazônicos em janeiro de 2024. Ao final, também inclui destaques do trabalho da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) no mesmo período. Através de uma série de monitores mensais, o Observatório Político Sul-Americano ([OPISA](#)) busca criar uma base de informações públicas que permitam avaliar as convergências e divergências políticas entre os governos analisados nos múltiplos temas que envolvem a Pan-Amazônia, além de acompanhar a trajetória da OTCA ao longo do tempo. Os monitores fazem parte do projeto de pesquisa “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia”, desenvolvido pelo OPISA desde julho de 2023, em parceria com o [OIMC](#) e o [LEGAL](#). O projeto é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), no âmbito do edital [Iniciativa Amazônia+10](#).

Sumário

Bolívia.....	66
Brasil.....	68
Colômbia.....	70
Equador.....	73
Guiana.....	74
Peru.....	76
Suriname.....	77
Venezuela.....	78
OTCA.....	79

Bolívia

Por Marília Closs e Débora Bedim

Junho é o mês que marca o “Ano Novo Andino, Amazônico e do Chaco” na Bolívia. A cerimônia tradicional em Tiwanaku, que desde 2006 conta com a presença do presidente da República, foi marcada por desejos de paz e prosperidade, inclusive em termos de agricultura. Não obstante, o mesmo mês foi atravessado por uma série de instabilidades. Uma tentativa

de golpe fracassada contra o governo de Luis Arce, liderada pelo general Zúñiga, foi o principal fato político. Além disso, o país viveu uma crise de abastecimento de combustíveis, ao mesmo tempo em que se intensificou uma crise de divisas. Não menos importante, houve a continuidade da crise socioambiental das semanas anteriores.

Uma vez mais, os incêndios florestais foram objeto de notícia. No início de junho, foram registrados 342 focos de calor em sete departamentos, sendo a maior parte deles no departamento de Santa Cruz [1], onde está grande parte da Amazônia boliviana. Posteriormente, o governo boliviano apresentou um plano de ação contra os incêndios florestais, cuja operacionalização será liderada pela Autoridad de Fiscalización y Control Social de Bosques y Tierra (ABT). O plano conta com ações de prevenção, resposta e pós-incêndio, além de uma ferramenta de monitoramento permanente das florestas [2] [3]. Entretanto, um estudo do Servicio de Monitoreo de la Atmósfera de Copérnico alertou que os incêndios na Bolívia, no Paraguai e no Brasil já emitiram a maior quantidade de gases de efeito estufa por este tipo de fenômeno, para maio e junho, dos últimos 20 anos [4].

Além disso, entre os dias 10 e 16 de junho, foi realizado o XI Foro Social Panamazónico (FOSPA), nos municípios de San Buenaventura e Rurrenabaque. Compareceram organizações e populações indígenas, da sociedade civil e movimentos sociais. O fórum teve como resultado um documento final de 14 páginas, que versou sobre quatro eixos que organizaram os debates: extrativismo, Mãe Terra, ecoturismo e mulheres. A declaração final pede, entre diversos outros elementos, a proteção dos povos indígenas isolados, a defesa da água e da biodiversidade e o rechaço à mineração [5]. Com relação à Bolívia, em específico, houve a divulgação de uma carta, assinado pelo próprio FOSPA, que rejeita a tentativa de aprovação de 19 contratos de mineração que estão tramitando na Assembleia Plurinacional [6].

Em junho, representantes bolivianos também compareceram a reuniões regionais. Nos dias 3 e 5, ocorreu, em Lima, o primeiro encontro da Rede Amazônica de Manejo Integrado do Fogo (Ramif), no âmbito da OTCA, que levou à assinatura do Memorando de Entendimento sobre Manejo Integrado do Fogo da OTCA [7]. Ademais, entre os dias 24 a 28, o IBAMA realizou, em Brasília, a Primeira Conferência Internacional de Inteligência Ambiental, que contou com a participação de 16 países, organizações internacionais e organizações da sociedade civil, a fim de discutir operações conjuntas de combate a crimes ambientais [8].

Além disso, como já havia ocorrido em meses anteriores, a fronteira Bolívia-Brasil foi objeto de operações policiais de combate ao tráfico de drogas, como do Grupo Especial de Segurança de Fronteira (Gefron) no Mato Grosso [9]. Ainda no que diz respeito às relações Brasil-Bolívia, uma comitiva do Sebrae Rondônia, liderada pela deputada brasileira Cristiane Lopes, esteve na embaixada da Bolívia para discutir a possibilidade de alterar o Código Brasileiro de Aeronáutica para que companhias aéreas internacionais, como as que atuam na Bolívia, operem também em solo brasileiro, exclusivamente na Amazônia Legal. A comitiva foi recebida pelo embaixador boliviano Horácio Pardo [10].

Referências

[1] Disponível em: <https://www.mmaya.gob.bo/2024/06/03/bolivia-reporta-342-focos-de-calor-en-7-departamentos/>

[2] Disponível em: <https://www.mmaya.gob.bo/2024/06/11/gobierno-presento-plan-de-accion-contralos-incendios-forestales/>

[3] Disponível em: <https://www.mmaya.gob.bo/2024/06/11/gobierno-implementa-el-plan-de-prevencion-lucho-contralos-incendios/>



[4]Disponível em: <https://www.canal26.com/planeta/alerta-los-incendios-en-bolivia-paraguay-y-brasil-producen-las-emisiones-de-co2-mas-altas-en-20-anos--380377>

[5]Disponível em: https://eldeber.com.bo/pais/fospa-nuestros-cuerpos-y-territorios-no-se-tocan-no-se-violan-no-se-matan_371218

[6]Disponível em: <https://www.forosocialpanamazonico.com/por-una-amazonia-con-derechos-y-libre-de-mineria-no-a-la-aprobacion-de-contratos-mineros-en-la-asamblea-plurinacional-de-bolivia-incumpliendo-los-estandares-ambientales/>

[7]Disponível em: <https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/noticias/2024/ibama-participa-de-reuniao-sobre-combate-a-incendios-florestais-na-amazonia>

[8]Disponível em: <https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/noticias/2024/ibama-reune-representantes-de-17-paises-para-discutir-o-papel-da-inteligencia-ambiental-no-combate-aos-crimes-ambientais>

[9]Disponível em: <https://www.cenariomt.com.br/mato-grosso/mato-grosso-apreensoes-causaram-prejuizo-ao-crime-de-r-16-bilhao/>

[10]Disponível em: <https://aeroin.net/comitiva-discute-pl-para-abertura-do-transporte-aereo-internacional-na-amazonia-legal-na-embaixada-da-bolivia>

Brasil

Por Diogo Ives e Guilherme Fritz

O mês de junho foi marcado por uma antecipação do período de seca na Amazônia brasileira (que deveria começar em julho), em mais um indício do efeito das mudanças climáticas na floresta [1]. Os governos de Amazonas, Rondônia e Acre alertaram para o risco de baixa vazão de rios da bacia amazônica, o que pode levar ao deslocamento de populações ribeirinhas e ao aumento de incêndios [2]. Diante disto, o presidente Lula e a ministra Marina Silva anunciaram, no dia 5, em cerimônia no Palácio do Planalto para comemorar o Dia Mundial do Meio Ambiente, um pacto pela contenção de queimadas na Amazônia e no Pantanal com governos estaduais, a fim de articular ações preventivas e de combate ao fogo [3].

Outra medida de articulação multinível feita pela União foi a sanção presidencial do primeiro Plano de Adaptação às Mudanças Climáticas, no dia 28, após aprovação no Congresso Nacional. O plano tramitava há mais de três anos, mas as enchentes no Rio Grande do Sul, no mês passado, aceleraram a discussão. A nova lei estipula medidas para reduzir a vulnerabilidade dos sistemas ambiental, social, econômico e de infraestrutura do país e determina que planos de adaptação sejam feitos também nos níveis estadual e municipal, devendo incluir a gestão de riscos climáticos em políticas públicas já existentes e em estratégias de desenvolvimento a serem elaboradas [4].

Entretanto, no dia 26, servidores de áreas ambientais do governo federal decretaram greve, após meses de negociações frustradas em torno de reajuste salarial, reestruturação de carreira e melhores condições de trabalho. A paralisação promete afetar ações de campo (como combate a crimes ambientais) e atividades administrativas (como análise de pedidos de licença ambiental) do IBAMA e do ICMBio [5]. Diante da possibilidade de maior atraso na publicação do parecer do IBAMA sobre a exploração de petróleo pela Petrobras na Foz do Amazonas, que se arrasta há um ano, o presidente Lula enfatizou no dia 12 (quando já havia indicativo de greve), que apoia a liberação. Para justificá-lo, fez uma comparação com países vizinhos: “Você tem petróleo em um lugar, a Guiana está explorando, Suriname

e Trinidad e Tobago também estão, e você vai deixar o seu sem explorar? O que temos que fazer é garantir que a questão ambiental será levada 100% a sério” [6]. Salientou, porém, que o Brasil não deixará de investir em energia renovável, como nos casos de biocombustíveis e carros elétricos.

Na política externa, o presidente Lula participou, no dia 13, do fórum inaugural da Coalizão Global para a Justiça Social, no âmbito da 112ª Conferência da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em Genebra, na Suíça. Em discurso no evento, conectou os eventos climáticos brasileiros à emergência global e reivindicou uma transição ecológica justa para a classe trabalhadora. A Amazônia foi mencionada nos seguintes termos:

As enchentes que levaram destruição ao Sul do Brasil, ao Quênia e à China, e as secas na Amazônia, na Europa e no continente africano mostram que o planeta já não aguenta mais. A crise climática será prioridade da COP-30 que será feita na cidade de Belém, em um estado da Amazônia. As florestas tropicais não são santuários para o deleite da elite global. Tampouco podem ser tratadas como depósitos de riquezas a serem exportadas. Debaxo de cada árvore vivem trabalhadoras e trabalhadores que precisam de emprego e renda. A sociobioeconomia, a industrialização verde e as energias renováveis são grandes oportunidades para ampliar o bem-estar coletivo e efetivar a transição justa que defendemos [7].

Para além do Executivo, cabe registrar que a Amazônia também apareceu em iniciativas multiníveis dos outros dois poderes da República. No dia 5 de junho, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso (presidente da Corte), Alexandre de Moraes, Cristiano Zanin, Edson Fachin, Flávio Dino e Ayres Brito (ministro aposentado) participaram do lançamento do filme “Amazônia Viva”. Trata-se de uma experiência imersiva em realidade virtual que proporciona uma viagem pelo rio Tapajós. O filme tem duração de 10 minutos e permite sentir os cheiros da floresta, inclusive de queimadas. O projeto é uma realização da Iniciativa Inter-religiosas pelas Florestas Tropicais (IRI Brasil), uma plataforma de ação criada pela ONU [8].

Além disso, no dia 18, a União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (UNALE) e o Parlamento Amazônico promoveram o 1º Fórum de Deputadas e Deputados Estaduais da Amazônia Legal, em Brasília. A mesa diretora do evento foi composta pela ministra do Planejamento e Orçamento da Presidência da República, Simone Tebet; pelo ministro das Cidades, Jader Barbalho Filho; pelo senador Confúcio Moura (RO); pelo deputado federal Lúcio Mosquini (RO); pelo deputado estadual e presidente da Assembleia Legislativa de Rondônia, Marcelo Cruz (RO); e pelo deputado estadual e presidente da Assembleia Legislativa de Roraima, Francisco Sampaio.

A ministra Tebet foi quem abriu as falas do encontro e ressaltou os cinco eixos de integração do Brasil com países vizinhos em que seu ministério está investindo desde o fim do ano passado. Os eixos chamam-se: Ilha das Guianas, Amazônica, Quadrante Rondon, Bioceânica de Capricórnio e Porto Alegre-Coquimbo. A ministra ressaltou que, por meio dessa integração, será possível diminuir a desigualdade e promover o desenvolvimento entre as pessoas das regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil [9].

O ministro Jader Filho, por sua vez, deu ênfase aos projetos de infraestrutura e moradia, como o “Minha Casa, Minha Vida”, afirmando que a região amazônica precisa conquistar sua autonomia econômica. O ministro também falou sobre a necessidade de um desenvolvimento sustentável e sobre investimentos em saneamento ambiental, que chegam a R\$ 5,3 bilhões

na Amazônia Legal [10]. Por fim, o deputado federal Lúcio Mosquini (RO) encerrou o fórum tratando da regularização fundiária da região Norte, que, segundo ele, tem apenas 9,7% das propriedades rurais regularizadas do Brasil, isto é, sob algum controle do Estado [9].

Referências

- [1]Disponível em: <https://climainfo.org.br/2024/06/20/seca-na-amazonia-vazante-dos-rios-se-aproxima-da-pior-marca-historica>
- [2]Disponível em: <https://climainfo.org.br/2024/06/26/seca-na-amazonia-pode-chegar-antes-do-previsto-e-superar-2023>
- [3]Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/fatos/brasil-contrafake/noticias/2024/07-1/governo-federal-destaca-500-profissionais-para-combate-de-incendios-no-pantana>
- [4]Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202406/governo-sanciona-lei-que-estabelece-diretrizes-para-a-elaboracao-de-planos-de-adaptacao-a-mudanca-do-clima>
- [5]Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/lauro-jardim/post/2024/06/greve-do-ibama-comeca-segunda-e-quando-acabar-tera-atrasado-dezenas-de-licencas-ambientais.ghtml>
- [6]Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/meio-ambiente/noticia/2024/06/12/em-evento-com-sauditas-lula-projeta-exploracao-de-petroleo-proximo-a-foz-do-rio-amazonas.ghtml>
- [7]Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/discurso-do-presidente-lula-durante-lancamento-da-coalizao-global-para-justica-social-no-ambito-da-112a-conferencia-internacional-do-trabalho>
- [8]Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/stf-exibe-experiencia-imersiva-amazonia-viva-durante-junho/>
- [9]Disponível em: <https://unale.org.br/unale-e-parlamento-amazonico-promovem-1-forum-de-deputadas-e-deputados-estaduais-da-amazonia-legal-com-a-presenca-de-ministros-de-estado/>
- [10]Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/assuntos/noticias-1/ministerio-das-cidades-apresenta-investimentos-para-amazonia-legal-no-1o-forum-de-deputados-estaduais-da-regiao>

Colômbia

Por Isabella Pereira e Júlia Furtado Reis

No dia 11 de junho, a Coordenadoria de Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA) e a organização Stand.earth publicaram um relatório que examina as políticas de gestão de riscos ambientais e sociais dos principais bancos que financiam a extração de petróleo e gás na Amazônia [1]. O relatório “Greenwashing na Amazônia” conclui que, apesar de os bancos se posicionarem como defensores dos direitos humanos e da proteção do meio ambiente, suas políticas de gestão de riscos ambientais e sociais não endereçam precisamente os impactos adversos dos seus financiamentos às petroleiras na floresta. Seis grandes bancos – Bank of America, Citibank, HSBC, Itaú Unibanco, JPMorgan Chase (JPMC) e Santander – foram responsáveis por aproximadamente 46% do financiamento que projetos de exploração

de hidrocarbonetos na Amazônia peruana, colombiana, brasileira e equatoriana receberam nos últimos 20 anos [2].

Apenas em 2021, a JPMC forneceu cerca de US\$126 milhões em financiamentos para a empresa petrolífera colombiana Ecopetrol e para a empresa de energia Gran Tierra realizarem operações de exploração de petróleo e gás na Amazônia colombiana [1]. É importante ressaltar que, desde 2023, o governo colombiano decidiu não assinar novos contratos de exploração de hidrocarbonetos e busca garantir que os países amazônicos se comprometam com a preservação de 80% da floresta até 2025 [3][4]. O presidente colombiano Gustavo Petro, desde a IV Cúpula da OTCA em 2023, enfatiza que a exploração de hidrocarbonetos na Amazônia é um “contrassenso” e que os países devem agir coletivamente para pôr um fim a essa prática [5].

O posicionamento do governo colombiano em relação ao estabelecimento de novos contratos de exploração de petróleo e gás na Amazônia encontra uma dissonância já conhecida no posicionamento do governo brasileiro. Em 6 de junho, o ex-presidente colombiano Juan Manuel Santos comentou a divergência em entrevista ao veículo de imprensa brasileiro Valor Econômico. Para Santos, é possível entender o posicionamento de ambos os governos, já que a questão é ambígua: a curto prazo, o lucro da exploração pode beneficiar os países, mas, a longo prazo, “o mundo inteiro perde” [6]. Para o ex-presidente, o ideal é que se desmonte a economia de exploração petróleo na Amazônia gradualmente [6]. Santos também apontou como fundamental a pacificação da região e o combate coletivo ao crime organizado. Nas suas palavras: “Se isso não acontecer, o combate ao desmatamento será um fracasso. A região, em boa medida, está sob controle do crime organizado, que é um negócio multinacional” [6].

Relacionado ao último ponto, no dia 12 de junho, a InfoAmazonia e a Amazon Underworld, organização que investiga atividades ilícitas na Amazônia, publicaram um relatório sobre a atividade de garimpo ilegal na Amazônia equatoriana e colombiana, com destaque para as atividades do grupo armado Comandos de La Frontera (CDF). Segundo o relatório, o grupo está ligado à Segunda Marquetalia. Esta organização é liderada por Iván Marquez, dissidente das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) após recusar o acordo de paz com o governo colombiano, em 2016. É importante ressaltar que, em 5 de junho, delegações do governo de Petro e da Segunda Marquetalia assinaram um acordo para iniciar formalmente diálogos para paz. Entre os negociadores, está o líder dos CDF, Giovanni Andrés Rojas, conhecido como “Araña” [7].

Araña faz parte da direção intermediária da Segunda Marquetalia, a qual “é responsável pelas relações entre as estruturas regionais e a Direção Nacional e coordena as bases políticas da organização, como o Partido Comunista Clandestino Colombiano, o Movimento Bolivariano pela Nova Colômbia, o Conselho Patriótico Bolivariano e as células e comandos de milícias que operam em zonas urbanas” [8]. O líder da CDF esteve presente durante a mesa de diálogo com a Segunda Marquetalia, que ocorreu em Caracas, entre os dias 24 a 29 de junho [9]. Entre os principais resultados dos diálogos, pode-se destacar o cessar-fogo unilateral declarado pela Segunda Marquetalia, que entrará em vigor quando houver a expedição de um decreto presidencial para a suspensão de operações militares ofensivas [10]. Apesar de marcar presença sobretudo no Equador, o grupo opera principalmente no estado colombiano de Putumayo e na fronteira de Sucumbíos, com tráfico de drogas, extorsão e garimpo. Nesta última, as mortes violentas aumentaram de 27 em 2019 para 176 em outubro de 2023, segundo o Observatório Equatoriano do Crime Organizado [11].

Em relação aos preparativos para a COP 16, a Cúpula da Biodiversidade, que ocorrerá na Colômbia entre outubro e novembro de 2024, a ministra de Meio Ambiente e

Desenvolvimento Sustentável, Susana Muhamad, fez uma passagem pela Noruega e Alemanha, países considerados aliados estratégicos da Colômbia na busca por soluções à crise planetária. Através de encontros entre os dias 25 e 28 de junho, a ministra buscou respaldo internacional para a concessão do financiamento necessário para o cumprimento das metas globais de biodiversidade para 2030 e 2050 [12].

Além disso, cabe destacar o papel da ministra em tratar dos avanços do Plano Integral de Contenção do Desmatamento na Colômbia, que foi apresentado durante o Foro de Oslo sobre Florestas Tropicais e Diálogos Ministeriais sobre a Natureza, na Noruega, nos dias 25 e 26 de junho [13]. Na oportunidade, a ministra enfatizou os quatro principais objetivos da Colômbia na COP16, sendo eles: o lançamento da Coalizão de Paz com a Natureza; a unificação das agendas de clima e biodiversidade; a criação de um sistema de repartição de benefícios dos recursos genéticos; e a assinatura de acordos sobre financiamento para proteger a biodiversidade até 2030 [14].

Referências

[1] Disponível em: <https://coicamazonia.org/el-blanqueo-ecologico-en-la-amazonia/>

[2] No ano de 2022, o HSBC incluiu a Amazônia na sua área de exclusão geográfica para o financiamento de operações de exploração de hidrocarbonetos e, desde então, não financia mais o setor na região.

[3] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/colombia-fija-su-posicion-para-salvar-la-selva-en-cumbre-amazonica-de-brasil/>

[4] Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sustentabilidade/colombia-decidiu-nao-assinar-novos-contratos-de-exploracao-de-petroleo-diz-petro-na-cop28/>

[5] Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2023/08/08/declaracao-final-da-cupula-da-amazonia-frustra-expectativas.htm>

[6] Disponível em: <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2024/06/06/preservacao-da-amazonia-passa-pelo-combate-ao-crime-organizado-diz-juan-manuel-santos.ghtml>

[7] Disponível em: https://infoamazonia.org/2024/06/12/criminosos-colombianos-e-equatorianos-estendem-sua-influencia-pela-amazonia/#google_vignette

[8] Disponível em: <https://www.eltiempo.com/politica/proceso-de-paz/con-quien-se-va-a-sentar-a-dialogar-el-gobierno-en-la-mesa-de-negociacion-con-la-segunda-marquetalia-3350221>

[9] Disponível: <https://www.msn.com/es-co/noticias/other/agenda-de-di%C3%A1logos-y-foco-territorial-concentran-la-discusi%C3%B3n-de-gobierno-y-segunda-marquetalia/arrBB1p7Mbj>

[10] Disponível em: <https://www.eltiempo.com/politica/proceso-de-paz/finalizan-primera-ronda-de-dialogos-con-segunda-marquetalia-disidencia-acuerda-cese-al-fuego-unilateral-3357574>

[11] Disponível em: https://infoamazonia.org/2024/06/12/criminosos-colombianos-e-equatorianos-estendem-sua-influencia-pela-amazonia/#google_vignette

[12] Disponível em: <https://www.eltiempo.com/vida/medio-ambiente/ministra-de-ambiente-inicia-gira-por-europa-para-promover-la-cop16-de-biodiversidad-que-se-realizara-este-ano-en-colombia-3355548>

[13] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/en-noruega-colombia-revelo-sus-cuatro-prioridades-para-la-cop16-de-biodiversidad/>

[14] Disponível em: <https://www.eltiempo.com/vida/medio-ambiente/colombia-revelo->

[sus-cuatro-prioridades-para-la-cop16-de-biodiversidad-3356595](#)

Equador

Por Ghaio Nicodemos e Beatriz Bandeira de Mello

No dia 10 de junho, foi noticiada a realização da Oficina Nacional de Implementação do Programa de Ações Estratégicas (PAE) para a gestão das águas amazônicas em Quito, no Equador [1]. Com a participação da diretora-administrativa da OTCA, Edith Paredes, e complementando as atividades do Projeto Bacia Amazônica, especialistas na Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH) e líderes de comunidades indígenas abordaram questões relacionadas ao cuidado e à cooperação no tratamento conferido à água na região. Carlota Toca e Cawo Boya, duas lideranças do povo Waorani, participaram das discussões sobre cultura, educação e capacitação de gênero, destacando o papel das comunidades indígenas e das mulheres na gestão e conservação da água.

Como parte do ciclo de oficinas realizadas nos oito países amazônicos, o evento realizado em Quito integra as ações da OTCA orientadas para a consolidação das Estratégias de Cooperação Regional para a GIRH, que também gerarão insumos para os Planos de Ação Nacionais. Santiago Apunte, sub-secretário para América Latina e Caribe, reforçou o apoio do Equador ao PAE e disse que o programa é importante, pois não só permite a capacitação de especialistas, como também fortalece as comunidades na adaptação aos impactos das mudanças climáticas, na governança da água e na produção de dados sólidos para a tomada de decisões nos níveis nacional e regional. Para a vice-ministra do Ministério do Meio Ambiente, Água e Transição Ecológica, María Luisa Cruz, a oficina permitiu aos participantes identificar ações para desenvolver a equidade de gênero, além de possibilitar planos para a “construção de um futuro mais sustentável e equitativo para todas as famílias que dependem dos recursos hídricos amazônicos” [1].

Na oficina, os representantes da GIRH mapearam os avanços promovidos pelo Equador na gestão da água e traçaram ações futuras, como o fomento aos Conselhos de Bacia e à gestão participativa dos planos de manejo dos recursos hídricos. O grupo de cultura e educação, por sua vez, propôs estratégias para incluir, no PAE, as visões cultural, artística e educativa dos povos indígenas e das comunidades tradicionais na Amazônia equatoriana, com destaque para a proposta de criação de uma rede de comunicadores e ativistas para conectar as populações dos oito países amazônicos. No grupo de capacitação de gênero, os participantes usaram o Scanner de Transversalização de Gênero, desenvolvido pela Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ) e pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), para realizar diagnósticos rápidos e elaborar recomendações para a implementação da perspectiva de gênero nos projetos.

O mês de junho também foi marcado por incidentes de vazamentos de petróleo, mineração ilegal, fortes chuvas tropicais e desabamentos de terra na região da Amazônia equatoriana. No dia 11, um vazamento de petróleo de um duto da estatal Petroecuador ocorreu na região de Orellana e afetou o curso de água do Rio Napo, que também atravessa os territórios do Peru, Colômbia e Brasil. O vazamento, segundo o Ministério do Meio Ambiente, foi controlado pela empresa estatal, que se defendeu alegando que estabeleceu barreiras de contenção no perímetro, mas que as fortes chuvas na região favoreceram que parte da contaminação alcançasse o curso fluvial. Em decorrência disso, no dia 27 de junho, o Ministério do Meio Ambiente apresentou uma nota na qual indicou que está fiscalizando as

atividades de limpeza e controle do incidente [2].

No dia 13 de junho, a Assembleia Nacional do Equador aprovou uma resolução que declarou estado de emergência na região amazônica por conta da intensidade das atividades de garimpo ilegal. A proposta, apresentada pela Frente Nacional contra a Mineração cria obrigações ao governo de atender o território da floresta equatorial com políticas públicas capazes de atender a população com serviços públicos e oportunidades econômicas alternativas ao garimpo ilegal, reduzindo a incidência de pessoas alistadas em atividades de mineração ilegal [3].

Entre os dias 14 e 25 de junho, a região amazônica enfrentou fortes chuvas, que provocaram desmoronamentos de encostas, enchentes e danos à infraestrutura pública, resultantes de sedimentos carregados pelas águas das regiões de encostas para terrenos mais baixos. Os eventos climáticos extremos bloquearam importantes estradas e pontes, dificultando o deslocamento da população em 13 das 24 províncias do país [4]. O governo nacional organizou uma força tarefa interministerial para administrar a crise e prestar socorro às localidades mais afetadas. Alguns povoados, como Río Verde e Baños, conhecida como “Portão da Amazônia”, pediram urgência para realocar a população, gravemente afetada pelos deslizamentos e pelo desabastecimento de água [5].

Referências

[1] Disponível em: <https://otca.org/pt/ecuador-reune-especialistas-em-gestao-integrada-de-recursos-hidricos-e-representantes-de-comunidades-indigenas-amazonicas-para-formular-recomendacoes-a-implementacao-do-pae/>

[2] Disponível em: <https://www.expreso.ec/actualidad/ambiente-reacciona-16-dias-despues-derrame-petroleo-amazonia-204929.html> e <https://www.dw.com/es/derrame-de-petr%C3%B3leo-contamina-r%C3%ADo-amaz%C3%B3nico-en-ecuador/a-69500066>

[3] Disponível em: <https://actualidad.rt.com/video/512785-asamblea-nacional-ecuador-resolucion-emergencia>

[4] Disponível em: <https://www.primicias.ec/noticias/sociedad/lluvias-vias-cerradas-sierra-deslave-banos-ecuador/> e <https://www.infobae.com/america/agencias/2024/06/16/intensas-lluvias-afectan-a-varias-carreteras-en-los-andes-y-la-amazonia-de-ecuador/>

[5] Disponível em: <https://www.elcomercio.com/actualidad/ecuador/banos-carretera-comercio-puyo-deslave.html>

Guiana

Por Guilherme Fritz

No dia 3 de junho, o ministro brasileiro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, disse que o Brasil deveria “se espelhar” na Guiana em relação à exploração de petróleo na Margem Equatorial. A fala foi uma tentativa de melhorar outra declaração, dada no dia 27 de maio, em que Alexandre Silveira afirmou que a Guiana estaria “chupando de canudinho” o petróleo de um território que faz fronteira com o Brasil, o que resultou em um pedido de retratação, por parte da embaixada da Guiana no Brasil, devido ao constrangimento gerado. Apesar da situação, Vernon Robinson, encarregado de negócios da Guiana no Brasil, deixou claro que o vizinho é um importante parceiro internacional. Cabe notar que Alexandre Silveira parece ter confundido as duas Guianas, pois o país que faz fronteira marítima com o Brasil é

a Guiana Francesa e não a Guiana petroleira [1].

A Guiana já é o terceiro maior fornecedor de petróleo cru do mundo que não é membro da OPEP, ficando atrás do Brasil e dos Estados Unidos. A atividade é liderada pela ExxonMobil, empresa estadunidense que firmou contratos com a Guiana desde 2015. O custo de extração na Guiana é o segundo mais barato do planeta: US\$36 por barril (enquanto, nos Estados Unidos, é de US\$57, por exemplo). Essa realidade gera uma atratividade ainda maior ao capital estrangeiro, impulsionando o setor de óleo e gás, que é o grande vetor de arrecadação do Estado guianês [2].

No dia 12 de junho, a Kaieteur News publicou uma reportagem sobre o orçamento de 2023 feito pelo Banco da Guiana, no qual foi demonstrado que o total de receitas do petróleo extraído do bloco Stabroek foi de US\$11,8 bilhões. Cerca de US\$8,4 bilhões desse montante foi direcionado para a ExxonMobil, enquanto apenas US\$1,6 bilhão foi apropriado pela Guiana. Essa disparidade é justificada pelos custos de produção que a empresa possui, porém também levanta um debate sobre os contratos entre a empresa e o Estado.

Tanto a oposição ao governo atual, liderada por Aubrey Norton, quanto o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM), o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDP) e especialistas internacionais afirmam que os contratos deveriam ser renegociados para que uma espécie de ring-fencing — uma circunscrição em parte da receita, buscando direcioná-la para fins específicos — seja criado, a fim de que o Estado torne a distribuição da renda do petróleo menos assimétrica. O debate existente não é sobre extrair o petróleo em si, mas sobre a apropriação da receita gerada pelo mesmo, a despeito da urgência climática [3] [4].

No dia 14 de junho, a Subsecretária dos Estados Unidos para o Controle de Armas e Segurança Internacional, Bonnie Jenkins, participou de uma conferência de imprensa em Georgetown. Afirmou que os Estados Unidos trabalhariam junto com a Guiana para proteger os recursos naturais do país, garantindo um ambiente pacífico para seu desenvolvimento. A subsecretária encontrou-se com o Primeiro-Ministro, Mark Phillips; com o Chefe de Defesa do Estado-Maior, Omar Khan; e com o Assessor de Segurança Nacional, Gerry Gouveia. As partes trataram da segurança na região, atrelando-a não apenas à violência armada, mas também a possíveis inseguranças climáticas e ambientais na região do Caribe e na Amazônia. Jenkins afirmou que é necessária ter uma visão holística da questão, de tal forma que todas as atividades ilegais devem ser combatidas, incluindo mineração ilegal, tráfico de armas e drogas e lavagem de dinheiro [5].

Referências

[1]Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/energia/guiana-pede-que-governo-lula-esclareca-acusacao-de-ministro-palavras-lamentaveis/>

[2]Disponível em: <https://www.kaieteurnewsonline.com/2024/06/10/cost-to-produce-oil-in-guyana-second-cheapest-in-the-world-new-intl-oil-report/>

[3]Disponível em: <https://www.kaieteurnewsonline.com/2024/06/12/exxon-grabs-us8-4b-out-of-us11-8b-revenue-made-in-2023-for-cost-recovery-bank-of-guyana-report/>

[4]Disponível em: <https://bankofguyana.org.gy/bog/images/research/Reports/ANNREP2023.pdf>

[5]Disponível em: <https://www.kaieteurnewsonline.com/2024/06/15/us-vows-to-protect-guyanas-resources-for-countrys-development/>

Peru

Por Kethlyn Winter e Jefferson Nascimento

O mês de junho foi marcado pela participação do governo peruano em eventos multilaterais com o objetivo discutir diretrizes e ações voltadas à preservação da Amazônia. Houve ações realizadas tanto pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) como pelo Ministério do Meio Ambiente (MINAM). Cabe destacar, no início do mês, a realização do primeiro encontro de representantes dos oito países amazônicos da OTCA, em Lima, para coordenar estratégias e reduzir os impactos dos incêndios florestais na região. Durante o evento, foram abordados os avanços e os desafios na gestão de incêndios florestais, buscando, no âmbito da Red Amazónica del Manejo Integral del Fuego (RAMIF), propor um plano de trabalho para o período 2025-2026 [2]. Representantes do MINAM salientaram o compromisso do governo peruano na proteção do meio ambiente por meio da cooperação internacional [2] [3].

Além disso, em 26 de junho, durante o fórum global Oslo Tropical Forest Forum (OTFF), delegados do Peru ressaltaram o papel crucial das comunidades indígenas na ação climática e na conservação da biodiversidade na região. A vice-ministra do Meio Ambiente, Raquel Soto, sublinhou a importância da floresta amazônica e os esforços do país para cumprir o Acordo do Clima de Paris por meio da participação dos povos indígenas e de comunidades locais [6]. Soto destacou programas agroflorestais que beneficiam mais de 600 famílias de pequenos produtores e promovem a agricultura livre de desmatamento; a implementação do manejo florestal comunitário em 1,5 milhões de hectares; e a assinatura de acordos de conservação com mais de 300 comunidades nativas para preservar 3,1 milhões de hectares de floresta amazônica [6].

Durante o mês, também houve uma série de anúncios em parcerias internacionais. O Programa para Bionegócios do MINAM foi ampliado para cinco regiões amazônicas. Desse modo, micro, pequenas e médias empresas sustentáveis foram beneficiadas com crédito financeiro por promover o ecoturismo e o aproveitamento de recursos florestais não madeireiro. Este programa conta com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento [5]. Além disso, foram investidos mais de 1,7 milhões de euros da União Europeia, por meio do plano de ação Peru-Euroclima, a fim de fortalecer o monitoramento das ações de mitigação de gases de efeito estufa e a redução da vulnerabilidade frente às mudanças climáticas [1]. Esta iniciativa envolve o MINAM, o Ministerio de Energía y Minas, o Ministerio de Desarrollo Agrario y Riesgo e o Servicio Nacional de Áreas Naturales Protegidas por el Estado (Sernanp). O projeto visa a melhorar a qualidade de vida da população local, bem como a conservação ambiental, sobretudo no que toca a mitigação dos efeitos da mudança climática [1]. Finalmente, foi anunciado o Projeto Probosques y Humedales, em colaboração com a Agência de Cooperação Internacional do Japão. A iniciativa foca na conservação dos ecossistemas de florestas e áreas úmidas amazônicas. Tem como intenção fortalecer a capacidade técnica de mapeamento e monitoramento florestal, promovendo o uso sustentável dos recursos naturais e a mitigação das mudanças climáticas [4].

Referências

[1]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/968018-mas-de-1-700-000-euros-se-invertiran-para-fortalecer-las-acciones-frente-al-cambio-climatico-en-el-peru>

[2]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/971006-paises->



[amazonicos-identifican-actividades-y-estrategias-conjuntas-para-reducir-los-impactos-de-incendios-forestales-en-el-ambiente](#)

[3]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/970676-red-de-otca-se-reune-en-el-peru-para-combatir-los-incendios-en-la-amazonia>

[4]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/971409-gobierno-promueve-el-trabajo-multisectorial-para-conservar-los-bosques-y-humedales-ante-impactos-del-cambio-climatico>

[5]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/976949-programa-para-bionegocios-del-minam-se-amplia-a-cinco-regiones-amazonicas>

[6]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/978058-en-foro-global-peru-destaca-el-rol-vital-de-las-comunidades-nativas-para-la-accion-climatica-y-la-conservacion-de-nuestra-biodiversidad>

Suriname

Por Guilherme Fritz

Entre os dias 4 e 7 de junho, o Suriname realizou a Suriname Energy Oil and Gas Summit and Exhibition 2024, na capital Paramaribo. O evento foi promovido pela Staatsolie, empresa estatal de óleo e gás do Suriname. Assim como a Guiana, o Suriname também descobriu um potencial de exploração de petróleo offshore ímpar (no seu caso, na Margem Equatorial), de tal forma que o evento marca uma tentativa de divulgar os projetos de energia do país e atrair investidores externos [1].

O projeto de desenvolvimento do Suriname hoje consiste na exploração e exportação do petróleo offshore combinado com as reservas florestais, que permitem a captura de carbono. Entretanto, o Estado também busca a diversificação das possibilidades econômicas, o que o leva a investir no desenvolvimento de uma agricultura em áreas florestais, justificada por discursos sobre “insegurança alimentar”. Contudo, uma corte no Suriname ordenou a paralisação de um projeto que envolveria cerca de 535.000 hectares voltados para a agricultura. O plano seria a alocação de famílias menonitas [2], promovido pela empresa Terra Invest em parceria com o Ministério da Agricultura do Suriname, cujo objetivo, além de ocupar o território, seria o de desenvolver a agricultura localmente. A corte entendeu que o território em questão já é ocupado por populações nativas, de tal forma que determinou que o governo do Suriname não pode avançar com o projeto sem que os habitantes atuais do território se manifestassem, a favor ou contra. O projeto promoveria necessariamente um desmatamento que poderia chegar a 1% do total de florestas do país [3]. Apesar de incluir múltiplas frentes, o processo de desenvolvimento econômico no Suriname não escapa das contradições que implicam na transformação da natureza em prol do capital.

Referências

[1]Disponível em: <https://suriname-energy.com/seogs>

[2]Disponível em: <http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2024/03/Boletim-OPSA-2023-n4.pdf>. Ver Monitor da Governança Pan-Amazônica sobre o Suriname de outubro de 2023.

[3]Disponível em: <https://news.mongabay.com/2024/06/landmark-ruling-grants-protections-to-local-and-indigenous-communities-for-now/>

Venezuela

Por Thaís Jesinski Batista e Stephanie Braun

Em junho, o destaque da conjuntura política da Amazônia venezuelana continuou sendo a atuação da Força Armada Nacional Bolivariana (FANB). No dia 8, o Comandante Estratégico Operacional da FANB, Domingo Hernández Lárez, informou, por meio de postagem na rede social X, que voos de “ajuda social” de Porto Ayacucho, capital do Amazonas, até as remotas comunidades de La Esmeralda e Parima, na selva amazônica, foram ativados [1].

Essas comunidades são formadas por assentamentos indígenas do povo Yanomami. De acordo com o comandante da FANB, a ativação desses voos de ajuda social será importante para levar “paz, saúde, bem-estar e felicidade total para nosso povo Yanomami, apesar das medidas genocidas de paralisação estratégica [em alusão às sanções internacionais] impostas pelo Norte e por seus lacaios” [2]. Contudo, até o momento, as autoridades ainda não explicaram como funcionará e no que consistirá a ajuda que será enviada a essas pessoas [3].

No que se refere às operações de desmonte de acampamentos de mineração ilegal em áreas da Amazônia venezuelana, no dia 3, houve avanços na operação “Neblina 2024”, que atua no estado de Amazonas. Na ocasião, a FANB destruiu mais dois acampamentos na região, um no município de Atabapo (setor Yagua) e outro no município de Cerro Yapacana (setor Mina Anibal). De acordo com Lárez, esses acampamentos estavam equipados com uma série de materiais destinados à destruição ambiental e ecocídio [4]. No dia 7, outro acampamento foi destruído no estado de Amazonas [5]. Já no dia 12, no marco da operação “Caura 2024”, cerca de 50 estruturas de mineração ilegal foram desmanteladas, 49 no estado Bolívar e uma no Amazonas.

Como argumentou o comandante da FANB, “de acordo com o ordenamento jurídico territorial venezuelano, está proibida a exploração mineira em parques nacionais e reservas florestais, além da construção de instalações e a presença humana sem o controle do Ministério do Ecosocialismo (Ambiente) e Águas” [6]. Por fim, no dia 19, novamente sobre o marco da operação “Neblina 2024”, a FANB detectou e destruiu implementos utilizados por mineradores ilegais [7].

Para além da atuação da FANB, outro acontecimento relevante nesse mês foi a denúncia feita pela ONG Fundaredes, no Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil (12 de junho), sobre a violação de direitos humanos de crianças e adolescentes residentes no sul da Venezuela, mais especificamente nos estados de Amazonas, Bolívar e Delta Amacuro, principalmente em comunidades indígenas. Essas crianças e adolescentes seriam vítimas de “maus tratos cruéis por parte de grupos armados irregulares”, que exercem atividades de mineração ilegal, como ser “forçadas a trabalhar em minas sob condições desumanas”. Ademais, a Fundaredes denunciou a falta de ação do Estado venezuelano frente a tais condições, o que, de acordo com o informe, “permite que esses grupos delituosos operem sem controle, violando os direitos fundamentais das comunidades indígenas” [8].

Referências

[1]Disponível em: <https://www.elnacional.com/venezuela/activan-vuelos-de-ayuda-social-hacia-asentamientos-de-indigenas-yanomami-en-amazonas/>

[2]Disponível em: <https%3A%2F%2Fwww.elnacional.com%2Fvenezuela%2Factivan->

[vuelos-de-ayuda-social-hacia-asentamientos-de-indigenas-yanomami-en-amazonas%2F](#)

[3]Disponível em: <https://www.eluniversal.com/venezuela/183752/venezuela-activa-vuelos-de-ayuda-social-hacia-asentamientos-indigenas-en-la-amazonia>

[4]Disponível em: <https://www.eluniversal.com/sucesos/183277/amazonas-fanb-desmantelo-campamentos-de-mineria-ilegal>

[5]Disponível em: <https://www.eluniversal.com/sucesos/183670/militares-de-venezuela-destruyen-un-campamento-dedicado-a-la-mineria-ilegal-en-la-amazonia>

[6]Disponível em: <https://www.eluniversal.com/sucesos/184003/militares-venezolanos-destruyen-en-la-amazonia-estructuras-donde-realizaban-mineria-ilegal>

[7]Disponível em: <https://www.eluniversal.com/sucesos/184604/fanb-destruyo-implementos-usados-para-la-mineria-ilegal-en-amazonas>

[8]Disponível em: <https://www.elnacional.com/venezuela/fundaredes-denuncia-la-explotacion-infantil-en-el-arco-minero-del-orinoco/>

OTCA

Por Beatriz Bandeira de Mello

Entre os dias 4 e 6 de junho, aconteceu o Primeiro Encontro Regional da Rede Amazônica de Manejo Integrado do Fogo (RAMIF) da OTCA [1]. Sediada em Lima, no Peru, a reunião discutiu estratégias para operar a gestão integral do fogo nos marcos do “Memorando de Entendimento para a Cooperação e Assistência Mútua para o Manejo Integrado do Fogo entre os Países Membros da OTCA”, acordado em 2021 e aprovado em outubro de 2023. Além de ações para prevenir e gerenciar incêndios florestais, a iniciativa também prevê o fortalecimento das capacidades comunitárias, técnicas e científicas dos países amazônicos. Com apoio do Projeto CoRAmazônia (OTCA/BMZ/GIZ) e do Programa Amazônia+, financiado pela União Europeia, o encontro reforçou as diretrizes da Declaração de Belém no âmbito da OTCA.

No dia 5 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente, o Parlamento Amazônico (Parlamaz) realizou a sua VIII Reunião Extraordinária em Tarapoto, no Peru, depois de dez anos sem atividades [2]. Sob a presidência do senador Nelsinho Trad (Partido Social Democrático) e com a participação de delegações dos países membros, organizações que atuam na Amazônia e a diretora-executiva da OTCA, Vanessa Grazziotin, as autoridades discutiram aspectos da cooperação para o desenvolvimento sustentável, políticas públicas para a região amazônica e uma possível institucionalização do Parlamaz dentro da OTCA. Um dos resultados da reunião foi a moção de apoio aprovada pelos parlamentares para garantir a implementação das redes de apoio da organização.

Durante o encontro, o professor Carlos Eduardo Young, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), abordou a importância da integração da Amazônia com outros biomas, como o Pantanal. Além disso, os presentes pontuaram a participação dos países representados na OTCA na Conferência das Partes sobre Biodiversidade (COP16), que será realizada em outubro em Cali, na Colômbia, e na COP29 sobre o Clima, em novembro, em Baku, Azerbaijão.

No dia 11 de junho, a Procuradora-Geral da Nação da Colômbia, Margarita Cabello Blanco, visitou a sede da OTCA para promover o diálogo entre as duas instituições [3]. Junto aos membros da organização, Cabello Blanco discutiu temas ligados à intervenção em processos administrativos e judiciais, proteção dos direitos humanos e do meio ambiente,

prevenção de infrações e vigilância na Amazônia. Na reunião, a procuradora elencou que as prioridades de sua atuação são o combate ao desmatamento e à mineração ilegal, bem como a transição energética. Ela propôs uma parceria entre o Observatório Regional Amazônico (ORA) da OTCA e a Procuradoria-Geral da Colômbia, além da criação de um espaço na COP16 com representantes das procuradorias dos países amazônicos com o objetivo de compartilhar experiências e garantir as melhores práticas jurídicas na região.

Entre os dias 11 e 12 de junho, a diretora-executiva da OTCA, Vanessa Grazziotin, e o Coordenador de Assuntos Indígenas, Freddy Mamani, estiveram em La Paz, na Bolívia, onde participaram de uma série de reuniões com membros do governo [4]. Além de destacarem a importância da Amazônia na agenda internacional, Grazziotin e Mamani pontuaram o imperativo de fortalecer a cooperação regional para enfrentar os desafios gerados pelas mudanças climáticas. Grazziotin se encontrou com a Ministra de Relações Exteriores da Bolívia, Celinda Sosa, que reforçou a necessidade de promover ações concretas em prol da Amazônia, defendendo a manutenção das relações com a OTCA tendo como base as visões compartilhadas.

Depois, o Ministro do Meio Ambiente e Água da Bolívia, Alan Linsperguer, compartilhou com Grazziotin o posicionamento boliviano frente a temas como biodiversidade, áreas protegidas, desenvolvimento florestal e bioeconomia ou “Economia da Mãe Terra”, também reforçando o papel da OTCA nessas agendas. Por fim, Grazziotin participou de um painel de Avaliação Rápida da Diversidade Biológica e dos Sistemas Ecosistêmicos na Região Amazônica, organizado pela OTCA e pela vice-presidência da Bolívia, que analisou os avanços alcançados pelo projeto. Ao lado do vice-presidente boliviano, Jilata David Choquehuanca, a diretora-executiva da OTCA trocou experiências e registrou a importância das relações bilaterais em prol do desenvolvimento da Amazônia.

No dia 14 de junho foram publicados os resultados da participação da diretora-administrativa da OTCA, Edith Paredes, no 10º Fórum Mundial da Água (WWF) que aconteceu em Bali, na Indonésia [5]. Paredes mostrou o trabalho realizado pela OTCA na gestão de recursos hídricos da Bacia Amazônica e, a convite da Rede Internacional de Organismos de Bacias (INBO-RIOB), discorreu sobre o Projeto Bacia Amazônica, executado desde 2021 pela organização com apoio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF). Paredes enfatizou a governança democrática e participativa da água, além de destacar o papel da OTCA na promoção da cooperação política, técnica, científica e financeira, na construção de acordos multilaterais, na promoção do desenvolvimento sustentável e na redução das assimetrias entre os países da Amazônia.

No tocante à gestão da água, Paredes frisou a criação, em 2023, da Rede Amazônica de Autoridades da Água (RADA), ratificada na Declaração de Belém, e sua atuação na tarefa de garantir às populações o direito à água potável e à revitalização, conservação e proteção das fontes de água. Quanto à governança da água, Paredes citou as ações implementadas pela OTCA, como o Módulo de Redes do Observatório Regional Amazônico (ORA), sistema de monitoramento que fornece dados sobre chuvas, níveis e vazões dos rios e qualidade das águas amazônicas que facilitam a implementação de medidas de mitigação em eventos extremos, como enchentes e secas.

Em um painel organizado pela UNESCO, nomeado “Cooperação e paz pela água na América do Sul: perspectivas para o Guarani, a Amazônia e a Bacia do Prata”, Paredes frisou o papel fundamental da água na vida da população que reside na região amazônica e para os ecossistemas locais. No último dia do evento, a diretora-administrativa foi painelistada na sessão “Água Potável! Um desafio para as comunidades vulneráveis da América Latina”, promovida



pela hidrelétrica Itaipu Binacional. Na mesa, Paredes apresentou os tópicos principais do “Plano de Ação Transfronteiriço de Água, Saneamento e Resíduos Sólidos para a Amazônia”, desenvolvido pela OTCA e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

No dia 20 de junho, Vanessa Grazziotin, participou do Congresso Mundial de Governos Locais pela Sustentabilidade (ICLEI), em São Paulo [6]. Como parte da sessão “Cidades amazônicas, únicas e insubstituíveis”, Grazziotin destacou que é preciso falar sobre a Amazônia de maneira integrada, considerando a qualidade de vida dos cidadãos, a inclusão social e o desenvolvimento sustentável. Ela também pontuou as ações recentes da OTCA em matéria de saneamento básico e gestão de resíduos sólidos nas cidades amazônicas e na criação de um sistema integrado de alertas precoces para enchentes e secas.

Referências

[1] Disponível em: <https://otca.org/pt/lima-realiza-o-primeiro-encontro-regional-da-rede-amazonica-de-manejo-integrado-do-fogo-ramif-da-otca/>

[2] Disponível em: <https://otca.org/pt/parlamaz-retorna-ao-peru-para-debater-institucionalizacao-e-desafios-da-cooperacao-amazonica/>

[3] Disponível em: <https://otca.org/pt/procuradora-geral-da-colombia-visita-a-sede-da-otca/>

[4] Disponível em: <https://otca.org/pt/a-diretora-executiva-da-otca-se-reune-com-altos-funcionarios-do-governo-boliviano/>

[5] Disponível em: <https://otca.org/pt/gestao-integrada-da-bacia-amazonica-e-destaque-em-eventos-do-10o-forum-mundial-da-agua/>

